



Eugamma Coelho da Silva

**“A gente acaba sendo ferida pela própria segurança”**: adoecimentos e cuidados na trajetória de vida de jovens negros(as) da periferia de Juazeiro-BA

Santo Antônio de Jesus - BA

2023

Eugamma Coelho da Silva

**“A gente acaba sendo ferida pela própria segurança”**: adoecimentos e cuidados na trajetória de vida de jovens negras/os da periferia de Juazeiro – BA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde da População Negra e Indígena, como requisito para obtenção do título de Mestra em Saúde da População Negra e Indígena.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Souzas.

Linha de Pesquisa: Conhecimentos, tradicionais, adoecimento, cuidado, saberes e práticas de saúde e cura.

Santo Antônio de Jesus – BA

2023

**“We end up being hurt by our own safety”**: illness and care in the life trajectory of young black women from the outskirts of Juazeiro - BA.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde

S586 Silva, Eugamma Coelho da.

“A gente acaba sendo ferida pela própria segurança” : adoecimentos e cuidados na trajetória de vida de jovens negras/os da periferia de Juazeiro -BA / Eugamma Coelho da Silva. - Santo Antônio de Jesus, 2023.

147 f. ; il.

Orientadora: Profa. Dra Raquel Souza.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências da Saúde, 2023.

1. Serviços de saúde mental comunitária - Juazeiro (BA). 2. Jovens negros - Serviços de saúde mental - Juazeiro (BA). 3. Periferias – Tabuleiro - Juazeiro (BA). 4. Política de saúde mental. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Ciências da Saúde. II. Souza, Raquel. III. Título.

CDD : 362.12

Ficha elaborada por: Elaine Batista Sampaio CRB-5/1831

EUGAMMA COELHO DA SILVA

**“A gente acaba sendo ferida pela própria segurança”**: adoecimento e cuidados na trajetória de vida de jovens negras/os da periferia de Juazeiro – BA.

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Saúde da População Negra e Indígena, Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestra em Saúde da População Negra e Indígena.

Aprovada em: 03 de julho de 2023.

Banca Examinadora

Dra. Diana Anunciação Santos  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Documento assinado digitalmente  
DIANA ANUNCIACAO SANTOS  
Data: 04/07/2023 16:11:11-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dra. Laura Cecilia Lopez  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos



Documento assinado digitalmente  
LAURA CECILIA LOPEZ  
Data: 04/07/2023 15:27:06-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dr. Amália Nascimento do Sacramento Santos  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Suplente)

Dra. Raquel Souza (Orientadora)  
Universidade Federal da Bahia



Documento assinado digitalmente  
RAQUEL SOUZAS  
Data: 25/08/2023 12:32:21-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Santo Antônio de Jesus - BA

2023

À minha mãe, Ana Coelho de Santana,  
pelo seu olhar visionário para com seus  
filhos e filha e pela defesa e paixão por  
uma educação contextualizada.

## RESUMO

A juventude negra e periférica sofre inúmeras violações de direitos, incluindo o próprio direito de existir com dignidade e acesso ao bem viver. Neste contexto, compreendemos que equipamentos sociais públicos destinados a territórios de maior vulnerabilidade e riscos sociais, materializam políticas públicas e direitos sociais geradas por movimentos sociais e gestadas pelo SUAS. A ética que perpassa as políticas implementadas pelo CRAS precisa ater-se à construção do espaço e mitigar sofrimentos decorrentes da descaracterização e silenciamento das subjetividades dos que têm cor e histórias comunitárias específicas. O presente estudo buscou, por meio das memórias pessoais-profissionais e do trabalho de escuta de cinco jovens, em idades de 19 a 23 anos, sendo três mulheres e dois homens, autodeclaradas/os negras/os e moradoras/es do bairro Tabuleiro, em Juazeiro/BA, compreender, a partir da perspectiva destas/es jovens, os mecanismos de exclusão e adoecimentos que atravessam o cotidiano da periferia, identificar possíveis recursos de resistência e (auto)cuidado e, necessidades específicas relatadas por elas/es. Para compreensão do *corpus* de dados analisados fez-se uso da autobiografia e do método hermenêutico-dialético que nos ajudou a pensar os fenômenos sociais abrangentes, multifacetados que permeiam o cotidiano das/dos jovens residentes na periferia urbana do Tabuleiro. A análise das narrativas aponta para uma vivência frequente e intensa de múltiplas violências, que produzem desamparo social e adoecimentos emocionais, tais quais depressão, ansiedade e tentativa de suicídio demarcando a importância de uma psicologia que considere o entrecruzamento dos sistemas de opressão com base no gênero, raça e na classe social. Tais opressões se apresentam nas narrativas das/os jovens moradores da periferia como marcadores, que precisam ser balizados para que haja cuidado efetivo e integral. Em contraponto, as/os jovens desenvolvem tecnologias de autocuidado, lançam mão de recursos de proteção frente às violências, construindo resistências. As políticas públicas, neste cenário de exclusão, apresentam sérias limitações de desempenho. Entendemos, a partir deste estudo, a importância das políticas públicas integradas a partir da interseccionalidade de raça, classe, gênero, orientação sexual, religião e território. Como desdobramento dessa pesquisa, visando contribuir para pensar “*jeitos de cuidado*” integral e localizado nos seus territórios, foi confeccionado um cordel ilustrado sobre interseccionalidade, a partir dos elementos observados nas narrativas das/os jovens para ser distribuído nas escolas, UBS e CRAS do bairro Tabuleiro, especialmente para as/os profissionais destas políticas.

**Palavras-chaves:** Juventude; Negritude; Narrativas de vida; Políticas Públicas; Interseccionalidade.

## ABSTRACT

Black and peripheral youth suffer numerous violations of rights, including the very right to exist with dignity and access to good living. In this context, we understand that public social facilities destined for territories of greater vulnerability and social risks, materialize public policies and social rights generated by social movements and managed by SUAS. The ethics that permeate the policies implemented by CRAS need to stick to the construction of space and mitigate suffering arising from the mischaracterization and silencing of the subjectivities of those who have specific community color and histories. The present study sought, through the personal-professional memories and the listening work of five young people, aged between 19 and 23 years, three women and two men, self-declared blacks and residents of the Tabuleiro neighborhood, in Juazeiro/BA, to understand, from the perspective of these young people, the mechanisms of exclusion and illnesses that cross the daily life of the periphery, to identify possible resources of resistance and (self)care and, specific needs reported by them. In order to understand the corpus of analyzed data, autobiography and the hermeneutic-dialectical method were used, which helped us to think about the broad, multifaceted social phenomena that permeate the daily lives of young people living in the urban periphery of Tabuleiro. The analysis of the narratives points to a frequent and intense experience of multiple violences, which produce social helplessness and emotional illnesses, such as depression, anxiety and suicide attempts, highlighting the importance of a psychology that considers the intersection of oppression systems based on gender, race and social class. Such oppressions are presented in the narratives of young people living in the periphery as markers, which need to be marked out so that there is effective and comprehensive care. In contrast, young people develop self-care technologies, use protection resources against violence, building resistance. Public policies, in this scenario of exclusion, have serious performance limitations. Based on this study, we understand the importance of integrated public policies based on the intersectionality of race, class, gender, sexual orientation, religion and territory. As a result of this research, aiming to contribute to thinking about “ways of care” that are integral and located in their territories, an illustrated string on intersectionality was made, based on the elements observed in the narratives of the young people, to be distributed in schools, UBS and CRAS of the Tabuleiro neighborhood, especially for professionals in these policies.

**Keywords:** Youth; Blackness; Life narratives; Public policy; Intersectionality.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Perfil das/os participantes da pesquisa.....	45
Fotografia 1	Riacho: travessia precária feita pelas/os moradoras/es.....	49
Fotografia 2	Riacho: Travessia feita pela prefeitura para pedestres.....	50
Fotografia 3	Praça pública do bairro Tabuleiro.....	86
Fotografia 4	Centro de Referência de Assistência Social CRAS/Tabuleiro	87
Fotografia 5	Praça CEU.....	88



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC/LOAS	Benefício de Prestação Continuada, Lei Orgânica da Assistência Social
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAPS I J	Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil
CCA I	Centro de Atendimento à Criança e Adolescente
CEASA	Central Estadual de Abastecimento
CECAD	Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico.
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CONPAS	Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREPOP	Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IVJ	Índice de Vulnerabilidade Juvenil
MS	Ministério da Saúde
NOB	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema
RH/SUAS	Único de Assistência Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PJV	Plano Juventude Viva
PNAS	Plano Nacional de Assistência Social
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PRAÇA CEU	Centro de Artes e Esportes Unificados Alan Cleber Souza Dantas
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PSC	Psicologia Social/Comunitária
RAF	Relatório de Acompanhamento Físico
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SGEP	Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UBER	Aplicativo de uso público para solicitação de transporte rápido particular
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	12
2	<b>MEMÓRIAS DE UMA PSICÓLOGA NEGRA E TRABALHADORA DA PERIFERIA.....</b>	17
3	<b>METODOLOGIA.....</b>	33
3.1	(AUTO)BIOGRAFIA E ETNOGRAFIA: UM PROJETO DE ESCUTA.....	33
3.2	Entrevista Narrativa, Adoecimentos e Cuidados na trajetória de vida.....	35
3.3	O Centro de Referência em Assistência Social – CRAS/Tabuleiro e a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.....	46
3.4	No bairro Tabuleiro: Jovens negras e negros da periferia de Juazeiro – BA da margem ao centro de investigação.....	48
4	<b>A JUVENTUDE NEGRA E PERIFÉRICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	52
4.1	ESTATUTO DA JUVENTUDE (2013).....	53
4.1.1	Plano Juventude Viva: um levantamento histórico (2018).....	54
4.1.2	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN.....	57
4.1.3	SUS e SUAS: aproximações e distanciamentos.....	59
4.2	Psicologia no SUAS (Diretrizes e normas).....	62
5.	<b>VULNERABILIDADE SOCIAL, RESISTÊNCIAS E ADOECIMENTOS NA TRAJETÓRIA DE JOVENS NEGRAS/OS E PERIFÉRICOS.....</b>	65
5.1	AS VÁRIAS FACETAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL.....	66
5.1.2	Adoecimentos/mecanismos de exclusão.....	70
5.1.3	A vivência da pandemia a partir da experiência das/os jovens negras/os do bairro Tabuleiro.....	82
5.2	RESISTÊNCIAS: RECURSOS POLÍTICOS, AFETIVOS E CULTURAIS/PROCESSOS DE CURA.....	85
5.3	NECESSIDADES ESPECÍFICAS DAS/OS JOVENS NEGRAS/OS DO BAIRRO TABULEIRO.....	96
6	<b>PSICOLOGIA SOCIAL/COMUNITÁRIA.....</b>	102

6.1	POR UMA PSICOLOGIA FORJADA NA INTERSECCIONALIDADE DAS NARRATIVAS DE VIDA DA JUVENTUDE NEGRA E PERIFÉRICA.....	104
6.2	PRODUTO: CORDEL DO SERVIÇO PÚBLICO.....	108
7	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	110
8	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	113
9	<b>APÊNDICES</b> .....	121
9.1	Apêndice A - Roteiro Entrevista.....	121
9.2	Apêndice B - Cordel do serviço público.....	124

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo é resultado de uma pesquisa realizada para o mestrado profissional em saúde da população negra e indígena (CCS/UFRB). Trata-se de um trabalho que tem como objetivo geral mobilizar narrativas de jovens negras/os periféricas/os, residentes no bairro Tabuleiro, Juazeiro-BA, na perspectiva de produção de sentidos sobre vulnerabilidade social, resistências e adoecimentos nas suas trajetórias de vida.

Soma-se a isso, como objetivos específicos, compreender temas como racismo e relações sociais de classe, gênero e território, como essas dimensões se interseccionam nas narrativas desses jovens, além de produzir uma análise sobre a relação destes com as políticas públicas e contribuir para o desenvolvimento de iniciativas pessoais, que desafiem as desigualdades. As/os jovens, durante as entrevistas, também puderam refletir sobre seus recursos internos de autopreservação, conquistas e capacidade criativa de autoproteção, superação de perdas e rupturas.

Ao final, relatamos necessidades específicas declaradas pelas/os jovens negras/os do bairro Tabuleiro e a importância do conceito de interseccionalidade para “o fazer profissional” dentro do Centro de Referência em Assistência Social-CRAS e demais equipamentos públicos presentes no território, com a elaboração de um cordel ilustrado sobre o tema, a ser distribuído nos equipamentos citados, especialmente para as/os profissionais, demarcando a importância de um cuidado interseccional e territorializado para com a juventude negra e periférica.

Segundo Pais (1990), o conceito sociológico de juventude deve ser continuamente reavaliado e reconstruído, pois assim como os demais conceitos e teorias, a categoria social “juventude” carrega suas contradições, mitos, proximidades e distanciamentos com a realidade – constantemente mutável. O autor chama a atenção sobre os riscos de uma história única sobre a juventude, demarcando que o movimento “central que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos sociais de jovens (...), mas também – e principalmente- as diferenças sociais que entre eles existem” (PAIS, 1990, p.140).

Essa questão, de acordo com o autor é bastante relevante, visto que historicamente a juventude é relacionada a determinados problemas sociais e a certa

instabilidade e “missão” de, adquirir e atender a um conjunto de responsabilidades e expectativas sociais para forjar-se a partir disso uma vida adulta (PAIS, 1990).

Pais (1990) afirma que as produções sobre o “pensar a juventude” devem se dar nos meandros da *unidade* e da *diversidade*. Unidade quando referida a uma fase da vida e diversidade ao adquirir consciência de que há desigualdades sociais estruturadas com base na raça, classe e gênero entre as/os jovens. As possibilidades de mudança surgem do reconhecimento destas hierarquizações sociais. Uma suposta e plausível resolução ao olhar as diferentes juventudes é o fazê-lo

a partir dos seus *contextos vivenciais, quotidianos* – porque é quotidianamente, isto é, no curso das suas interações que os jovens constroem formas sociais de compreensão e entendimentos que se articulam com formas específicas de consciência, de pensamento, de percepção e de acção (PAIS, 1990, p. 164).

Quando nos referimos a jovens negras/os, a juventude negra, reconhecemos a sua diversidade, ao passo que temos uma unidade definida de desenvolvimento de pessoas negras marcadas por processos de violência de intensidades diferentes, do nascimento à sua morte por políticas de embranquecimento/eugenismo (BRITO, 2021).

Em contrapartida, este desenvolvimento, também é influenciado e amortecido por uma cultura de resistência, pela afetividade negra e pela possibilidade de concepções e construções de humanidades pretas (BRITO, 2021). O cuidado ofertado para pessoas/jovens negras/os passa, essencialmente, pela garantia de direitos e pela proteção social.

Bens sociais são aqueles que, teoricamente e legalmente, materializam as políticas públicas conquistadas pelo poder popular. Desse modo, para atuarmos e fazermos política pública foram necessárias ferramentas analíticas, científicas e empíricas que captassem os diversos atravessamentos presentes nos diferentes percursos e histórias de vida.

Em fevereiro de 2013, aos 24 anos, iniciei minha trajetória profissional como mulher negra bacharel em psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF. Meus pensamentos e ações eram forjados a partir de um discurso de que a psicologia precisava sair dos *settings* convencionais e de que “meu diploma” estaria a serviço das políticas públicas. Desse modo, lá estava eu, compondo a equipe técnica de nível superior do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, localizado no bairro Subestação, periferia do município de Cabrobó – PE.

Passei a integrar o Centro de Atendimento à Criança e Adolescente – CCA I, programa também vinculado a Política de Assistência Social.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2005, não foi abordado no currículo acadêmico pelo qual me formei, nem mesmo na etapa de formação profissionalizante, nem mesmo no campo teórico e de produção de saberes. Esta invisibilidade exigiu um debruçar-se com afinco sobre a dimensão política, termos técnicos, sobre estratégias de como fortalecer vínculos, reduzir vulnerabilidade e riscos sociais, como garantir e promover direitos, laços comunitários, além de noções que transversalizam o campo de atuação como território, intersetorialidade, acompanhamento familiar passaram a fazer parte do meu repertório linguístico diário. Nas “quebradas”<sup>1</sup>, com sandália de couro, muito protetor solar e o repetido: “você já ouviu falar no CRAS, sabe pra que serve!?” Que me concebi psicóloga.

A materialização das ações da política assistencial realizadas pelo CRAS(s), é centrada no sujeito, sua família e no território, a partir de uma perspectiva integrada, emancipatória e autônoma. A base de produção da assistência social é alicerçada na escuta do território/o, o reconhecimento das demandas, necessidades e potencialidades dos sujeitos e sua comunidade, constitui o tecido social e sustenta os direitos, bem como a proteção social (BRASIL, 2012).

A noção de território extrapola o espaço físico, é uma arena de disputas políticas e de intensas relações sociais, sob a jurisdição de um governo, dotado de uma certa autonomia, com sujeitos sociais construídos em uma determinada organização socioespacial composta de sentimentos de pertencimento (GOTTMANN, 2012).

Dentre os vários desafios de se efetivar diariamente uma política pública, o principal deles é conseguir executar as ações face a um modelo de gestão participativa, com controle social e ativa participação popular, onde as/os supostos beneficiárias/os possam participar nos eixos de construção, implementação, planejamento e avaliação (monitoramento) da política. Além do necessário mapeamento/diagnóstico/processual e dinâmico do território. Sendo de fundamental importância para a democratização do serviço e conseqüentemente uma maior resolutividade e adequação a realidade das famílias (BRASIL, 2012).

---

<sup>1</sup> Gíria, referindo-se nessa dissertação, a lugares/bairros mais distantes do centro e que, na maioria das vezes, apresentam precariedades na sua infraestrutura e limitações ou ausência de saneamento básico.

Ancorada neste pensamento reconhecemos que a juventude negra e periférica sofre inúmeras violações de direitos. Entre elas, o próprio direito de existir com dignidade e acesso ao bem viver. Dados apresentados pelo monitor da violência (2022) aponta a Bahia como a unidade da federação com expressivo índice de mortes violentas. A taxa de mortalidade por causas violentas envolve feminicídios, homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte. Dentre as causas de mortalidade por causas violentas, os jovens negros baianos são marcadamente as maiores vítimas dos homicídios dolosos (assassinatos premeditados)<sup>2</sup>. Além disso, os adolescentes negros estão entre os grupos com maiores índices de automutilação, tentativas de suicídio e suicídio, bem como são os mais assassinados e expostos à violência policial (BRASIL, 2018).

Ainda nesta direção é importante frisar, como alerta Tavares (2021), houve piora da saúde mental de adolescentes e jovens negros durante a pandemia de COVID-19, além do aprofundando as vulnerabilidades sociais já vivenciadas, não só pelos riscos de contaminação desses sujeitos e familiares, ao terem que continuar trabalhando, muitas vezes, em empregos informais, mas também pelo não direito ao trabalho remoto, pelas perdas de familiares e ente queridos, pelo aumento do desemprego entre os seus pares, pelo fechamento presencial das escolas e com isso, a ruptura do contato social e do acesso a alimentação escolar diária.

Paralelamente a isso, é pertinente destacar que as políticas públicas não têm sensibilidade no trato e no cuidado da juventude negra. Ainda é possível observar espaços anti-negro, com profissionais racistas e homofóbicos, dentro de um equipamento que leva o nome do território e que se propõe, na sua definição, a ser referência em assistência social para essa comunidade e adjacências. “O racismo institui e/ou potencializa as vulnerabilidades, atribuindo obstáculos a garantias de direitos ou negligenciando necessidades” (SANTOS; RODRIGUES; TAVARES, 2022, p.15).

Ribeiro (2019) demarca o quanto a herança da escravidão faz com que o ambiente de trabalho, e especificamente o realizado através dos equipamentos públicos seja especialmente racista e, conseqüentemente um “chamado” para que a luta antirracista seja mais preponderante e transformadora. Para tanto, é necessário

---

<sup>2</sup> Disponível em: < <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/03/01/monitor-da-violencia-bahia-lidera-ranking-de-mortes-violentas-no-brasil-pelo-4o-ano-consecutivo.ghtml>>. Acesso em: 22/04/2023.



empreendermos esforços em colocarmos temas sensíveis para o debate entre profissionais, acadêmicas, comunitárias e na agenda governamental.

A dissertação está dividida em sete capítulos: (1) introdução, no qual é apresentado um panorama geral dos resultados da pesquisa, objetivos geral e específicos e desdobramentos; (2) memórias pessoais-profissionais de uma psicóloga negra, servidora pública e trabalhadora da periferia, indicando os caminhos trilhados (de afetação) para a escolha do tema abordado e possíveis semelhanças estruturais entre vidas de mulheres negras; (3) metodologia utilizada de narrativas de vida, somado a outros recursos analíticos; (4) uma revisão focada e resumida das ações no campo das políticas públicas centradas na juventude e para a população negra, bem como, do trabalho desenvolvido pela psicologia no SUAS, suas possibilidades e embates.

O (5) quinto capítulo aborda as vulnerabilidades, adoecimentos, possibilidades de cuidado e necessidades específicas apontadas pela juventude no cotidiano do território; o (6) sexto, um capítulo “inacabado” sobre psicologia social/comunitária, SUAS, interseccionalidades e sua importância na resolutividade das políticas públicas e (7) sétimo considerações finais arrematando que representações sociais sobre as/os jovens carregadas de racismo e demais opressões impedem um trabalho de construção de metodologias de cuidado para a juventude negra e periférica.

## 2. MEMÓRIAS DE UMA PSICÓLOGA NEGRA E TRABALHADORA DA PERIFERIA

Enquanto pesquisadora, ao destinar neste trabalho acadêmico/científico um capítulo para minhas memórias pessoais-profissionais (auto)biografia, me submeto a experimentar um lugar hermenêutico e pedagógico de reflexões sobre a minha trajetória de vida, ao passo, que a proposta do reconhecimento de histórias de jovens negras/os periféricas/os, aqui elencadas/os, poderiam ser a minha, pois guardam semelhanças entre si. Histórias essas, como veremos mais adiante, marcadas pela racialização desses corpos, por inclusão e exclusão, resistências e adoecimentos, por marginalidades e vulnerabilidades sociais. Condição que está posta, historicamente, para corpos de mulheres pretas. E “narrar a nossa história é um ato político” (EVARISTO, 2023, p.01)<sup>3</sup>.

\_\_ Alô, mãe!?

\_\_ Oi, filha!

\_\_ A benção!?

\_\_ Deus te faça feliz!

\_\_ Mãe, acho que não dou conta de acompanhar o ritmo de uma universidade não, recebi a nota daquela resenha que te falei e foi tão baixa. Mãe, a minha nota foi uma das mais baixas da sala! Fora os erros de português que a professora pontuou (voz embargada, de choro).

\_\_ (Risos) Pois deixe, que a minha certeza que você vai dar conta dá pra nós duas. Filha, você veio de escola pública e faculdade é mais puxado mesmo, já já você pega o ritmo. (Eugamma e sua mãe, do orelhão da UNIVASF, semestre 2007.2).

A vida me ensinou e exigiu muito mais do que ter boas notas em uma universidade. Mas não podemos dizer isso! Então dizemos: “sem uma mentalidade descolonizada, estudantes inteligentes, vindos de contextos desprovidos de direitos, frequentemente pensam ser difícil ter sucesso nas instituições educacionais da cultura do dominador” (hooks, 2020, p.56).

Minha mãe, Ana Coelho de Santana, antes de falecer, ensinava na rede municipal de ensino, gestora da primeira escola de referência de tempo integral da minha cidade natal – Santa Maria da Boa Vista – PE. O diálogo que escrevi acima aconteceu nesse momento. Logo depois veio a falecer em 2008, aos 50 anos de idade, vítima de negligência médica em um hospital público. Na época do seu

---

<sup>3</sup>EVARISTO, Conceição, curso Ler o Brasil, Casa Sueli Carneiro, módulo 04, 06/04/23 a 04/05/23 – Conceição Evaristo: Escrivência: narrar nossa história é um ato político, 2023. Disponível em:< <https://cursos.casasuelicarneiro.org.br/courses/ler-o-brasil/>>. Acesso em: 27/02/2023.

falecimento eu tinha 19 anos, estava em férias, indo para o terceiro período do curso de psicologia.

Sua morte prematura me deixou extremamente fragilizada e passei a refletir sobre segurança, afeto, alegria, autoconfiança e direitos que eu tinha com ela. Seu atestado de óbito, com os dizeres “era professora e deixou filhos”, passou a ser o documento oficial-pessoal para qualquer barganha de direitos dentro e fora da universidade.

Ao mesmo tempo, se complexificavam as variáveis e os sentidos de se permanecer em um curso de tempo integral, com cinco anos de duração, demandando de mim, jovem negra, aspirante a psicóloga, uma energia vital ainda maior, associada ao auxílio alimentação, apostilas emprestadas, pensão por morte de menos de 400,00 (quatrocentos reais), um bom núcleo de amizade em sala e coeficiente de rendimento acadêmico (CRA) suficiente para concorrer a bolsas de projetos de pesquisa ou extensão.

Neste capítulo de memórias pessoais-profissionais (auto)biográfico, como diria Neuza Santos, a “experiência é a matéria-prima. É ela que transforma o que poderia ser um mero exercício acadêmico, exigido como mais um requisito de ascensão social, num anseio apaixonado de produção de conhecimento” (SOUZA, 2021, p.46). Como diria Brito (2021, p. 28) “todos carregam em punho uma ferramenta para lutar pela vida, suas narrativas e itans que possibilitam o desenvolvimento do autoconhecimento e a busca por realização”. A vida vai sendo desenhada no caminho e nas trocas vivenciais. E aqui estamos!

Qual a narrativa de uma mulher negra, psicóloga, servidora pública e trabalhadora da periferia? Quanto da sua subjetividade está presente em sua prática? Quantas experiências escutadas/observadas/sentidas também falam de si? Quantas inquietações e indagações metodológicas atravessam o seu fazer profissional e a deixam em estado de efervescência?

Antes mesmo de desenhar um percurso metodológico, tais questões que norteiam meu modo de pensar foram se constituindo como problemas filosóficos nos 10 anos de serviço público e 10 anos de formação em psicologia, me permitindo afirmar que dentre os sabores que mais gosto e experimento, cotidianamente, um deles é estar junto ao meu povo, na busca por garantia de direitos e por uma psicologia que dê conta, com afetividade, respeito e eficiência as demandas comunitárias.

Elas e eles, mas sobretudo elas, usuárias da política pública de Assistência Social, me ensinam sobre a cadência da vida, a diferença entre urgência e prioridade. O que podemos esperar, tendo a oralidade e o próprio corpo como instrumento político, nas mais diversas formas de expressão e tons (doce, apressado, ríspido, risonho, sério, choroso, envergonhado e etc.) na luta pela comunicação dos seus desejos, necessidades e dores.

Aprendi que os baixos salários destinados as/aos trabalhadoras/trabalhadores das políticas públicas, especialmente, da Política de Assistência Social - SUAS é proposital e é racismo. Um técnica/o social de CRAS atende as mais variadas demandas e complexidades, pois é a unidade que junto com a escola e a UBS estão presentes nos territórios mais pobres, distantes e vulneráveis.

Também venho exercitando a análise crítica como uma prática diária de auto-vigilância, o lugar do elogio no discurso institucional, que não paga conta e não traz saúde mental e ainda serve de fator de exploração, porque o outro se utiliza das coisas que a gente acredita e defende para “empurrar” goela abaixo jornadas não remuneradas e atividades que extrapolam o rol das nossas atribuições.

Dito isto, temos aí um território de disputa, negociações e a missão de encampar diversas frentes de luta na construção de uma psicologia social, política, emancipatória, qualificada e instrumentalizada para uma população negra, periférica e violentada pelo próprio Estado. A quem chame esta psicologia de Preta, a quem diga que seria a Psicologia para Todes ou ainda uma Psicologia/Clínica Racializada.

Segundo, Lopes e Rabelo (2022) a Psicologia precisa pautar as consequências do racismo e das práticas coloniais ainda presentes na sociedade e para tanto há que se discutir a fragilidade da formação, a dimensão étnico-racial dos teóricos e teóricas, das práticas em psicologia e, os saberes interdisciplinares produzidos no campo, com outros profissionais e em diálogo com as camadas populares, aqui, designada como povo negro e periférico.

Em pleno século XXI, anos 2022-2023, no Brasil, vivemos e sentimos na pele os tensionamentos e as contradições entre o Estado Democrático de Direito e a barbárie, o espraiamento do fascismo e de atos golpistas gerados no seio deste mesmo Estado, tendo como fio condutor o que eu arrisco chamar de ideologias do baixo calão: racismo, colonialismo, autoritarismo, homofobia, fanatismo religioso, a domesticação dos corpos e etc.

É um fato facilmente reconhecido no cotidiano que essas mesmas ideologias atravessam a construção das políticas públicas, sendo acomodadas na dinâmica das instituições, gerando profundas incongruências entre a proteção e a desproteção social, a inclusão e a exclusão, a defesa e a violação de direitos: lembro-me de uma senhora buscando o CRAS para relatar a falta de vaga na escola do bairro e a não condição de pagar transporte público para o filho estudar em outras escolas distantes do local de moradia (MEMÓRIAS - CRAS, 2013 -2022).

Cumprimentar, me apresentar, olhar, sorrir, escutar, legitimar o choro, a dor, silenciar, acolher, suspirar, beber água (momento de pausa, tomada de fôlego e reflexão) e iniciar um processo criativo, empírico e em rede de delineamento de possibilidades, estratégias e soluções para os problemas da comunidade. Mapeio e construo, processualmente, uma teia de contatos, formais e informais, de profissionais e setores para diálogos e crio os tensionamentos possíveis para a defesa de direitos básicos, ditos constitucionais das pessoas que chegam ao CRAS.

Em uma manhã de atendimento no dispositivo CRAS me chega uma idosa de aproximadamente 62 anos de idade relatando que o neto não tinha documentação civil, que seu filho (e pai da criança) havia falecido e a mãe era usuária de drogas e desapareceu. Conta que havia ido várias vezes no hospital que disseram que o neto nasceu, mas os profissionais não encontraram nada de documentação. A idosa diz não aguentar mais e que toda vez que tem que levar o neto no postinho é um constrangimento. Segundo ela, ele só estuda porque o Conselho Tutelar deu uma declaração. A idosa, mulher preta, se agita e chora copiosamente (MEMÓRIAS-CRAS, 2013 -2022).

Na escuta/relato da idosa surgem pautas como a perda do filho, o desaparecimento da mãe da criança, ser a responsável pelo neto compulsoriamente, estar em situação de pobreza e não ter registros de trabalhos formais na CLT que lhes garantam o direito ao gozo da aposentadoria, precisando com isso, aguardar a idade dos 65 anos para requerer o BPC/LOAS – pessoa idosa, entretanto são demandas secundárias, frente a necessidade urgente do registro civil da criança.

Atuar na Assistência Social, diferente do que já experimentei em outros equipamentos sociais públicos como na saúde e na educação, é atender pessoas majoritariamente negras brigando pelo direito de existir e de serem assistidas, minimamente, em seus direitos fundamentais, vejo olhos de fome e desespero, vejo

olhos de luta e resistência. As vezes sustentar o olhar se torna insuportável e é preciso desviá-lo (beber água) para evitar o choro.

Relatos como a da idosa, diz muito mais do que uma violação de direitos básicos ou sobre violências simbólicas, é a materialização do chamado racismo estrutural (ALMEIDA, 2018). Tal qual a espinha dorsal de um peixe ou o esqueleto que sustenta os músculos do corpo humano, assim é o racismo, uma estrutura que produz, sustenta e mantém todo o sistema de opressão e iniquidades direcionadas a grupos específicos racializados.

Almeida (2018) ao realizar um apanhado histórico sobre a ideia de raça, narra como a partir do século XIV o homem passa de objeto filosófico para objeto científico. A categorização de atributos pessoais como a índole foram associadas a ideia de raça e adquiriu relevância explicativa, configurando o chamado racismo científico.

Entretanto, após este período, já no século XX, com o surgimento da antropologia e, em conjunto com a biologia, começa-se a colocar por terra a crença de que existiriam diferenças biológicas suficientes que justificassem a hierarquização e o tratamento desigual direcionados a grupos e indivíduos racializados distintamente (ALMEIDA,2018). No entanto, como pontua o autor, a estrutura social, permeada pela concepção de raça, seguiu como elemento constitutivo de medidas políticas para segregações, desigualdades e genocídios.

Atuando, na época, no SUAS do município de Cabrobó/PE fui realizar uma visita domiciliar em um bairro periférico da cidade, ao me aproximar da residência escuto a criança, de aproximadamente seis anos, gritar: “tia, tia...venha vê meu irmão no jornal”, e correu para o interior da casa toda empolgada, trazendo consigo um jornal impresso. No folhetim é possível observar o rosto do irmão, jovem negro, detido por furto (MEMORIAS-CRAS, 2013 – 2022).

Fui convocada a fazer a visita domiciliar por ter estabelecido vínculos com a família do jovem participante do SCFV, com a demanda de verificar as ausências consecutivas ao serviço. Na época eu estava na equipe de um CRAS – Indígena, a família descrita não fazia mais parte do território de abrangência sob minha responsabilidade. Compareci para a visita e, me senti totalmente despida, li rapidamente o folhetim e me dou conta do está acontecendo. A mãe, “espantando” os inúmeros filhos para poder se locomover da sala até a porta, se apressa em me explicar o ocorrido e pediu ajuda.

Ainda com base nesta memória profissional, concordo com Almeida (2018) sobre o racismo estrutural. Nas palavras do autor, “os conflitos raciais são parte das instituições(...) a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. Com efeito, o racismo é dominação” (ALMEIDA, 2018, p. 27-28). Nas palavras de Santos, Rodrigues e Tavares (2022),

A população negra enfrenta diariamente desafios relacionados à sua posição social e econômica, apoio social e às condições de vida, incluindo: enfrentamento de estigma e discriminação, violência, abuso, acesso reduzido aos serviços de saúde e educação e exclusão de geração de rendas e trabalho. Estes fatores interagem entre si, levando à diminuição de recursos e ao aumento da marginalização e vulnerabilidade das pessoas afetadas (p.05).

O Estado reforma as instituições sociais públicas para absorver mais facilmente mudanças políticas, culturais, econômicas e geográficas sem, contudo, afetar o racismo estrutural. Faz concessões a grupos discriminados racialmente para o bom funcionamento do projeto político e da manutenção da ordem social (ALMEIDA, 2018). Como consequência temos vidas jovens negras, ceifadas, aprisionadas e adoecidas de forma organizada e intencional:

Nesse ponto, recordo-me de uma jovem negra de 22 anos, única letrada do seu núcleo familiar – possuía cinco filhos, com idades entre 07 anos a 06 meses de vida – a filha caçula nasceu com o diagnosticada de Cardiopatia Congênita. A jovem chega ao CRAS verbalizando uma sobrecarga de responsabilidades, dificuldades de garantir atendimento qualificado para a filha e um desejo constante de morrer/ideação suicida (MEMÓRIAS-CRAS 2013- 2022).

Na experiência de vida das jovens é possível observar elementos que se somam ao racismo, de forma interseccional, tais quais gênero, classe e território. A jovem moradora de um bairro considerado uma ocupação e classificado pela política de saúde como “área descoberta” e, pela gestão, como uma moradia ilegal. Logo, não há saneamento, agentes e unidades de saúde, iluminação pública ou quaisquer tipo de infraestrutura, que não seja obtida pelas mãos dos próprios moradores.

Construir vínculos, se mostrar disponível ao outro e prestar informações qualificadas sobre direitos, benefícios e como acessá-los permite, as/aos usuárias(o)s do serviço público, um afrouxar do aperto no peito e uma tomada de ânimo para continuar a travessia dos obstáculos da vida. No SUAS podemos chamar isso de atendimento socioassistencial, e quando necessário há a inserção do serviço voltado para o atendimento da família (PAIF), que viabiliza acompanhamento familiar.

No final do extenso atendimento da jovem negra, foi preciso apresentá-la a toda a rede de serviços do município: defensoria pública, agendamento no MEU INSS, gratuidade no transporte público, atualização do CadÚnico, ambulatório em saúde mental, benefícios eventuais e realizar encaminhamentos por escrito, as vezes, com menções às leis, que tem como objetivo “constranger” a rede de direitos e evitar que o acesso seja negado. Por fim a jovem verbalizou a importância do acolhimento, das orientações e o quando o atendimento mitigou o sofrimento na busca por direitos. A jovem também indagou se era possível trazer a sua vizinha para atendimento, pois compreendia que a mesma estava passando por muitas provações (MEMÓRIAS-CRAS, 2013-2022).

Compreendi que não poderia deixar de atender a vizinha da jovem em hipótese alguma, pois é esta vizinha que a socorre nos momentos de maior necessidade, compartilha alimentos e forma a rede de proteção e afeto, ficou com os quatro dos seus cinco filhos, para que ela pudesse estar ali, no CRAS, apenas com a bebê de colo. Antecipadamente, já registro a solicitação de benefício eventual – de cesta básica, direcionado para dois núcleos familiares, caso contrário, não cumpriria o seu objetivo.

Além do atendimento com o objetivo de garantir/viabilizar direitos tenho o “dever de casa”, digo, de trabalho, de refletir sobre este lugar do “tornar-se negro”, um lugar de via de mão dupla, pois também estou em processo contínuo de “me descobrir negra”. Transitar por esta temática é ter: ora um fluxo tranquilo e agradável, ora congestionamentos, ora uma condução solitária na equipe e, me permito dizer, alguns acidentes no percurso.

A reflexão realizada acima, me traz como lembrança um atendimento e posterior acompanhamento familiar de um homem preto que perdeu a companheira e ficou responsável por uma criança e dois adolescentes. Após realizar algumas visitas domiciliares a sua residência, com o intuito de sensibiliza-lo sobre o retorno dos filhos à escola, e a respeito da função protetiva da família, contrariando o que ele havia falado: sobre não ir a lugares coletivos, ele compareceu ao CRAS. Afirmou que as coisas estavam mais tranquilas em casa, que os meninos tinham retornado para escola, e que havia pensado sobre o que eu disse: “que sem estudo a gente que é dessa cor vai sempre trabalhar no pesado”. Exemplificando, a partir da sua realidade, que trabalhava em roça, desentupindo fossa, ganhando uma miséria e até para receber o pagamento do seu trabalho haviam dificuldades.



O homem em questão estava, no dia desse diálogo, bastante roco, ao ser indagado sobre o motivo afirmou que foi limpar uma roça em outra cidade e o proprietário do terreno não levou água gelada para os trabalhadores, tiveram que beber natural, da própria encanação que molhava a plantação, e segundo ele, como tinha asma ficou extremamente roco (Memórias-CRAS, 2013-2022).

Não acho que os meus argumentos foram dos melhores e podem desembocar no campo da meritocracia, mas foi o meu possível no “calor” do momento/da visita. Todavia, como ele comparece no dispositivo e traz mais elementos, tento apresentar algumas estratégias da política de redução de danos, pois segundo relato do mesmo está em consumo de alto risco das drogas: álcool e cocaína, a importância do cuidado com o corpo, já que é seu principal instrumento de trabalho e conseqüentemente, sustento e o quanto a atitude do “patrão” foi violenta/racista e desumana. Ele sinaliza positivamente para a proposta de serem inseridos no acompanhamento familiar – PAIF.

O sujeito da conversação se sente incapaz de comparecer a escola dos filhos para inteirar-se dos últimos acontecimentos relacionados a eles, bem como, ao próprio CRAS, para um atendimento particularizado, alega ser analfabeto, não ter estudo e não saber lher dar com gente. Paulo Freire, em 1981, já alerta que “para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma “chaga”, nem uma “erva daninha” a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta” (FREIRE, 1981, p. 13).

A dialógica entre nós e as atividades de campo, aponta para as possibilidades no campo metodológico, pedagógico, criativa, potente e objetiva do “tornar-se negro” de Neusa Santos (2021) ou como “decretarmos o fim do colonialismo. Sair da grande noite, operar a descolonização radical de Fanon” (MBEMBE, 2007 apud VEIGA, 2019, p. 244).

Brito (2021) nos alerta que a questão racial já se anuncia nos primeiros anos da infância, onde a criança branca recebe diversos estímulos que fortalecem a sua autoestima e a compreensão de que representa o padrão da normalidade, em detrimento da criança negra, que pouco se vê representada nos espaços, desenhos animados, bonecas, filmes e contação de histórias, acha-se uma estranha e deseja o apagamento da sua cor/da sua negritude. Em um atendimento a uma menina negra, olhos de jabuticaba, seis anos de idade, pergunto a criança se ela sabe o porquê da mãe a ter trazido para um atendimento junto ao CRAS do Tabuleiro, ao qual ela me

responde com muita firmeza: porque eu sou preta e me acho feia! (Memórias-CRAS, 2013-2022).

Brito (2021) enfatiza o quanto esse movimento de apagamento é violento e cruel e acrescenta “é necessário enegrecer o simbólico na infância!” (2021, p.78). Sabemos que combater o racismo é uma missão secular, coletiva e ancestral, com várias vias de entrecruzamento no campo político, histórico, cultura, econômico, subjetivo, institucional etc.

Neste ponto institucional, aproveito para deixar aqui registrado que apenas no ano de 2022 o SUAS do Estado da Bahia as/os profissionais desta política pública passam a preencher/coletar o quesito raça/cor como campo obrigatório do instrumental RAF - Relatório de Acompanhamento Físico (de preenchimento mensal). Além do quesito raça/cor das/dos atendidas/dos, são preenchidos os campos da identidade de gênero, incluindo as pessoas LGBTQIA +, do núcleo familiar e de famílias pertencentes a povos/comunidades tradicionais (SJDHDS, n. 08/2016).

O RAF integra a Rede SUAS - Bahia, conforme Resolução Nº 008/2016 da Comissão Intergestores Bipartite - CIB, fruto de um amplo processo de debate e discussão, consolidando-se como uma ferramenta capaz de qualificar dados dos atendimentos e acompanhamentos realizados, possibilitar a avaliação da execução física dos recursos repassados pela Gestão Estadual, e dar indicativos das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre às famílias, bem como dos padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial. Este se constitui também como um instrumento complementar as informações do Registro Mensal de Atendimentos – RMA instituído pelo Ministério de Desenvolvimento Social em 2013 (Resolução nº 04/2011 alterada pela Resolução nº 20/2013) – (SJDHDS –BA, 2020).

O RAF é um instrumento desenvolvido na gestão SUAS - Bahia, isso implica dizer que apesar do atraso, é uma inovação se comparada aos demais Estados da União. Já que os instrumentais de uso geral, fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) aos estados, não coletam essa informação. Em julho de 2022, recebemos o RAF com estes campos, descritos acima, atualizados, e a tarefa de retroalimenta-los de janeiro até então.

O trabalho no CRAS é substancialmente político-reflexivo, este é o componente que dá sentido ao fazer socioassistencial. Entretanto, não é tarefa fácil manter-se bem alimentado/nutrido, pois a cada mudança de gestão, coordenação, presidente podemos avançar ou retroceder e, muitas vezes, gastar uma quantidade imensa de energia pra defender e garantir o óbvio.

Quando estou cansada e sentindo o meu trabalho inútil frente a tantos sofrimentos e violações de direitos, gosto sempre de lembrar de uma frase de uma amiga psicóloga, proferida em uma discussão de caso, ela psicóloga do CAPS, eu psicóloga do CRAS: “Eugamma, você já percebeu que a gente que trabalha em política pública ganha pra pensar e achar saídas à baixo custo!?! Isso é bom ou ruim? E gargalhamos juntas!” (MEMÓRIAS-CRAS, 2013-2022).

Foi assim que já perto do fim do meu expediente de trabalho em um atendimento angustiante de um rapaz desempregado, a última ideia que me veio à cabeça foi a confecção de um cartaz “FAÇO TRABALHO DE PEDREIRO E DE SERVENTE COM QUALIDADE. CEL. (74) XXXX-XXXX” plastificado com o papel adesivo disponível no CRAS. O rapaz vai embora entusiasmado, depois de ter afirmado não querer “favor” do governo, que sabe e gosta de trabalhar e faz bem o seu ofício (MEMÓRIAS-CRAS, 2013-2022). O acompanhei até a porta e saí reflexiva perante as profundas desigualdades sociais que imperam no país e eu, estando em uma política social que, em consonância a gíria, atual, da juventude “promete tanto e entrega tão pouco ou quase nada”.

Volto atrás ligeirinho para me dar um puxão de orelha e a quem concordou comigo, que atribuímos a uma única política pública, que não tem porcentagem fixa de repasse de recurso financeiro, a responsabilidade pela solução de questões estruturais: como a pobreza, a fome e o desemprego, pensar dessa forma é sermos cúmplices das engrenagens do Estado que moem a gente e as/os nossas/os. Qual a cor predominante do contingente de pessoas desempregadas, em situação de rua ou em condição de pobreza extrema?

Passo a acreditar, já como produto deste exercício de escrita, que talvez, a assistência seja apenas um termômetro que indica o nível de desproteção social e violação de direitos da sociedade, bem como, o seu alcance em produzir proteção social, visto que há pessoas que não acessaram nem a educação e nem a saúde, mas foram detectadas e visibilizadas no “radar” da Assistência Social.

Contudo, com base nas memórias trazidas até aqui, não posso incorrer no erro de deixar subtendido a/ao leitora/leitor, que porventura não tenha tanta familiaridade com a Política de Assistência Social, que as ações se dão apenas no campo do “atendimento de balcão”, apesar de ser uma armadilha para as tecnologias sociais, confortável, perigosa e extremamente limitante.

Paulo Freire, em suas primeiras andanças como educador já advoga a favor dos “círculos de cultura”, compreendendo que “trabalhar com grupos era uma forma de fugir do atendimento individual, prática recorrente das ações de um assistencialismo que via apenas no indivíduo, e não na sociedade, as dificuldades e os acertos da existência humana (hooks, 2020, p.13).

Do mesmo modo que não é, ou pelo menos não deveria ser, um trabalho solitário, mas em parceria com todas/todos as/os profissionais do equipamento, com as demais técnicas e áreas do conhecimento de forma multi, inter e transdisciplinar, com o apoio da coordenação e da gestão, quando assim for possível, seguro e condizente com as propostas da política.

Quando cheguei na Ilha da Assunção (CRAS – Indígena) fui chamada pela assistente social a refletir sobre um caso em uma determinada aldeia, onde havia uma criança com comportamentos de forte agressividade e agitação, sendo preterido, segundo o relato da mãe, na escola e no espaço compartilhado com outras crianças. Isto deixava a mãe emocionalmente arrasada e se sentindo impotente e culpada.

A assistente social já havia estruturado algumas intervenções junto à escola e ao núcleo familiar e pediu a minha colaboração na ampliação das ideias. Foi quando incluímos, no plano de acompanhamento familiar, dias em que iríamos até a aldeia brincar com a referida criança no espaço aberto, para que as outras crianças ficassem curiosas e aos poucos fossem se enturmando com o colega e criando outros conceitos sobre o mesmo.

Então, em finais de tarde, porque a aldeia ficava no nosso caminho de retorno para casa, lá estávamos nós, brincando feito crianças, curtindo um belíssimo pôr do sol e materializando os princípios da política, no tocante à convivência, ao fortalecimento de vínculos e a proteção social (MEMÓRIAS-CRAS, 2013-2022).

O CRAS – Indígena mencionado, possuía uma proposta de trabalho, nas aldeias, desenvolvido pela equipe volante (assistente social, psicóloga, orientadora social, motorista) muito interessante, criativo e potente, onde temas elencados pela comunidade indígena eram debatidos, *in loco*, através de esquetes teatrais, tendo como ponto de apoio alguns locais já predefinidos: escola, UBS ou o quintal com árvores frondosas de alguma/algum moradora/morador.

Nas encenações, havia o congelamento do ápice da cena, para fazer um momento “vocês decidem!” e incluir a opinião da comunidade no final daquela história. Os temas escolhidos transitavam entre violência doméstica, gravidez na adolescência,

as “condicionalidades do programa bolsa família”, os benefícios socioassistenciais, dentre outros. Uma linguagem típica dos documentos oficiais vai se apossando do nosso pensamento e construindo também uma certa percepção. Foi um prazer imensurável, chegar e acompanhar um pedacinho desse projeto.

Dentro do escopo deste trabalho desenvolvido pelos CRAS(s) uma das nossas atribuições também é acompanhar os núcleos do SCFV, e por vezes, uma técnica de nível superior: psicóloga, pedagoga ou assistente social era elegida como a técnica de referência daquele núcleo ou faixa etária, com grandes demandas/queixas, das orientadoras sociais, relacionadas a área comportamental.

Já no CRAS de Curaçá – BA, para o qual fui convocada através de um processo seletivo, onde cumpri a sina que diz que sem dois vínculos uma profissional, literalmente, não se cria, me designaram, aproveitando-se do meu lugar de novata, a realizar uma oficina que tinha como objetivo “combater o uso dos xingamentos” pelas/os adolescentes, as orientadoras faziam queixas constantes a coordenação sobre o assunto.

Tenho a compreensão que o xingamento tem um intuito muito bem consolidado e que para além de demonstrar descontentamento, gera atenção/audiência do coletivo e consegue desestabilizar o ambiente (as adultas). Organizei a oficina e fui deixada, quase que as pressas, em uma sala quente – com pouca ventilação, repleta de adolescentes que eu não conhecia e de orientadoras sociais que a poucos dias havia sido apresentada.

A oficina, resumidamente, consistia em elencar os principais palavrões utilizados por eles, e em grupos, elas e eles teriam que representá-los (os palavrões) em outros tons: apaixonado, vendedor na feira, apresentando um jornal, explicando tal qual um professor em sala de aula. O grupo que cumprisse a tarefa corretamente, pontuava. Então, por volta das 15h, estávamos nós, eu e as orientadoras sociais vendo as/os meninas/meninos xingarem com a autorização da Psicóloga. Durante a execução a turma ficou bastante envergonhada e algo que eles faziam com tanto “profissionalismo”, tornou-se algo difícil (MEMÓRIAS-CRAS, 2013-2022).

Posso dizer que cumpri com qualidade o objetivo? Não sei, até porque tornam-se ações pontuais engolidas por outras demandas do serviço, mas foi extremamente divertido e corajoso da minha parte e nas palavras de hooks (2020, p.59) “houve e continuará havendo mudanças construtivas radicais na maneira como ensinamos e aprendemos, uma vez que mentes “em busca de liberdade” ensinam a transgredir e a

transformar”. Havia também uma nítida sensação, ao ser escalada para aquela atividade com tanta brevidade e sem maiores entrosamentos com a equipe, que eu estava sendo testada, colocada à prova. Essa menina, jovem e negra, “sabe” mesmo ser psicóloga!?

Ainda no meu primeiro ano profissional, fui convidada a compor a equipe do centro de atendimento à criança e adolescente(CCA), serviço vinculado a política de Assistência Social. Topei, de pronto, porque via neste lugar um fazer profissional muito pedagógico e no fundo, sempre flertei com a educação. Para a famigerada pergunta: caso não fosse psicóloga, o que você seria? Responderia: professora alfabetizadora, como a minha mãe!

O CCA I oferta um espaço de convivência diária aquelas crianças e adolescentes vulneráveis, com o trabalho direto das/dos orientadoras/res sociais e oficinas/os e o acompanhamento da equipe multidisciplinar: psicóloga, pedagoga e assistente social, além do administrativo, serviços gerais, cozinheiras, motorista e coordenação.

Estávamos com o nosso contingente de materiais pedagógicos muito reduzidos e sucateados, as crianças reclamavam cotidianamente, e não tínhamos um retorno positivo da gestão frente a isso, apesar das pressões frequentes da nossa coordenadora. Em uma reunião de planejamento, tivemos a ideia de levarmos os próprios usuários até o secretário, como uma atividade de cidadania (um dos eixos do programa). Agendamos com o secretário, trabalhamos o tema durante a semana, auxiliamos na construção da pauta de reivindicações e fomos. Foi algo lindo de se vê, elas e eles muito seguras/seguros de si, cumprimentando, fazendo perguntas e logo após, soltando a língua nos pedidos: queremos bola, ternos pra dividir os times, lápis de cor, cola, tesoura “que prestem, viu”. Lá pras tantas o “mais danado” e o chefe da turma, solta: “e um armário com chave, pra tia (orientadora social) trancar as coisas, se não a gente pega e leva pra casa”. Dias depois, chegou o armário e alguns destas solicitações.

Ficamos muito apreensivas com a atividade, pois eram crianças e adolescentes ditos “muito danados”, não sabíamos o desdobramento do momento e se conseguiríamos contornar algum incidente que ocorresse (MEMÓRIAS-CRAS, 2013-2022). Sobre isso hooks (2020, p.49) nos ensina que “quando todos nos arriscamos, participamos mutuamente do trabalho de criar uma comunidade de aprendizagem. Descobrimos juntos que podemos ser vulneráveis no espaço de aprendizagem

compartilhado, que podemos nos arriscar”. A autora menciona o que seria uma pedagogia engajada que “cria uma sala de aula onde estar inteiro é bem-vindo, e os estudantes podem ser honestos, até mesmo radicalmente abertos” (hooks, 2020, p. 49).

Em uma outra ocasião, dia de planejamento no serviço, deliberamos sobre a realização de uma atividade comunitária no bairro onde a maioria dos nossos usuários residiam e que para ter o efeito desejado teria que ocorrer a noite, quando as famílias já estivessem em seus lares. Foi uma organização bem cuidadosa, incluindo a “interdição” de rua, carro de som, cadeiras, lanche, estrutura audiovisual e, não menos importante, a nossa disponibilidade de estar ali, orientadoras/es e a equipe técnica, fora do nosso horário de trabalho. Na programação havia música, roda de capoeira, brincadeiras coletivas, exibição de um curta metragem e uma roda de conversa.

O espaço escolhido, antecipadamente, só como ponto de apoio, visto que a atividade se deu na rua, foi designado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, a residência de um Sr., apontado pela gestão como parceiro do município e que se dizia a liderança do bairro. Apesar da movimentação, os adultos não se aproximavam do espaço montado, apenas as crianças e adolescentes e a maioria já tinha vínculos conosco por serem do CCA I.

Decidimos, numa investida para agregar novos participantes, nos dividir em dupla e fazer o convite de porta em porta, explicando a proposta do momento. Foi quando começamos a ouvir dos moradores que o Sr. que “gentilmente” colocou sua moradia como ponto de apoio não era bem quisto pela comunidade (MEMÓRIAS-CRAS, 2013-2022). Foi uma lição aprendida sobre atividade coletiva, *in loco*. É preciso antes conhecer e compreender os meandros das relações comunitárias.

Por fim, como parte final das minhas memórias do CCA I, relato que em uma reunião de equipe, sugeri fazermos no chão, com tinta, o contorno da mesa e das cadeiras quebradas pelos alunos do CCA I e não colocar nada no lugar, como forma de demonstrar a falta de tais objetos para o coletivo. A equipe me olhava espantada, com olhos de quem diz: essa menina é louca! Eu mantinha meu cérebro a mil, pensando em diversas formas de sensibilizar a equipe de que suspender ou expulsar aluna/o ia na contramão do nosso trabalho. E não, a minha ideia não foi aceita pela equipe!

Ah, como tinha sonhos nesta época e cogitei a construção de um espaço formativo, com um/uma convidado externo, para toda a equipe do CCA I sobre

indisciplina, tema que era frequentemente abordado nas oficinas do projeto de extensão VICCEP – Vivências Colaborativas em Escolas Públicas de Petrolina, do qual fiz parte durante graduação. A gestão alegou não ter recursos para tal e depois de dois anos neste serviço, por uma questão de vida ou morte mental (exaustão emocional), pedi transferência para o CRAS – Indígena e fui atendida na minha solicitação.

O CCA I foi o equipamento que mais me provocou no campo orçamentário da política SUAS, me fazendo querer entender de recursos (bens de consumo e bens permanentes): porque podíamos comprar um armário, mas não podíamos comprar um lápis, por exemplo. As/os assistidas/os nos impeliam a isso já que nossa missão era conquistá-los e precisávamos de atrativos/de recurso.

E nessa época resolvi fazer parte do conselho municipal de assistência social, ler sobre plano plurianual, orçamento e etc. Deliberei junto com os demais membros do conselho, pela compra de uma van para o transporte das/dos alunas/alunos do CCA I. Confesso que depois deste período a minha ação de “militância” nesse campo mingou bastante e foi preciso retomá-la.

Com quantas atribuições se faz uma técnica social, sendo ela psicóloga, assistente social, pedagoga, dentre outras, especialmente, de CRAS? Mencionei apenas alguns recortes, das inúmeras possibilidades: rodas de conversa, acolhimento individual e em grupo, plano de acompanhamento familiar, diagnóstico e mapeamento do território, elaboração de projetos, grupos PAIF(s), planejamentos, acompanhamento dos núcleos do SCFV, discussão de caso com a rede setorial e intersetorial, referências e contrarreferências, busca ativa, visitas domiciliares e institucionais.

As atividades comunitárias, leituras de normativas, legislações e decretos, relatórios técnicos para a rede, alimentação de sistemas, relatórios de prestação de contas (quinzenais, mensais, anuais), encaminhamentos, angustias e inabilidades com situações cada vez mais complexas, atritos e discordâncias com a gestão, falta de materiais e recursos, debates políticos etc. Tudo isso e muito mais compõem o cerne das políticas públicas, que atuam junto as famílias em território de nossa abrangência.

Neste momento, considero importante sublinhar aqui, que a psicologia que busco construir cotidianamente tem como “mote” de trabalho a psicologia periférica, que deve contribuir para a/o sujeita/o acessar o seu “tornar-se negra/o” e consciente



caminhar pela vida, transgredindo com sapiência o sistema, lutando por seus direitos e a ampliação (e manutenção) dos mesmos e recuando ou se resguardando, quando necessário, para manter-se vivo, proteger o seu Orí<sup>4</sup> e a sua comunidade.

Admito que memórias são falhas e ora transparecerem modestas ou soberbas, mas são minhas experiências, vivências que vão além do fazer profissional, me lapidou para as trincheiras da vida, constituem a práxis e me ensinou que um banco de universidade não é nada frente as 40 horas semanais, como servidora, mulher negra, desenvolvendo ações nas políticas públicas da vida.

“Esse é o meu lugar de fala!”, construto empregado com o sentido de demarcar os diversos “fuxicos”, definido como técnica ancestral e artesanal de alinhar com a linha do esperar, construções diárias e contínuas da colcha de retalhos da minha identidade profissional, do meu lugar no mundo. “Nesse sentido, “lugar de fala” possibilita um olhar sobre as experiências dos corpos subalternizados valorizando o lugar comum, compreendido como *locus* social que atravessa as experiências coletivizadas desses corpos (RIBEIRO, 2007 apud SANTOS, 2019, p. 361).

Sigo! Ora querendo “fugir” para lugares onde a psicologia parece ser melhor remunerada, reconhecida e com *status quo* bem mais consolidado. Onde o trajeto casa-trabalho não é tão longo e para onde não precisarei compor uma bolsa tão repleta de itens de primeira necessidade, como o repelente, nos períodos em que os pernalongos se reproduzem no canal do bairro Tabuleiro e os atendimentos são “supervisionados” por eles.

Ao passo, que quero ficar e que sinto um afago no peito e um tanto de realização ao ouvir, da sala de atendimento, alguém se dirigir a recepcionista e com a firmeza de quem sabe o que tá fazendo, entoar a frase: Bom dia, eu gostaria de falar com a Sr.<sup>a</sup> “Ogama”, ela está atendendo hoje!? Pasmem, mas agora já sou uma senhora. “\_\_E porque a senhora traz tanta comida na bolsa?” Me pergunta a criança que antes do atendimento diz ainda não ter comido nada hoje!

“\_\_Porque eu não estou sozinha no mundo”, sou *Eu* e uma *Gama* de pessoas: *Eugamma*, esse é meu nome!

---

<sup>4</sup> Orí – cabeça, lugar que abriga os orixás. Palavra/conceito utilizado nas religiões de matriz africana.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1 – (AUTO)BIOGRAFIA E ETNOGRAFIA: UM PROJETO DE ESCUTA

Ao mobilizar, neste projeto, a escuta de experiências plurais e singulares de jovens negras/os, periféricas/os me aproximo da perspectiva dos estudos biográficos. Perspectiva essa de investigação, legitimamente multidisciplinar e polissêmica, utilizada em diversas ciências (SOUZA, 2006). Como lembra Delory-Momberger (2012) as bases da pesquisa biográfica, devemos voltar o nosso olhar para dois níveis da metodologia de pesquisa, à saber: a coleta de materiais/dados e a análise (interpretação) que fazemos desses materiais.

Dito isto, é importante demarcar que a pesquisa biográfica tem um projeto específico, ora simples/modesto, ora empreendedor e belo, qual seja: mostrar como os sujeitos formatam/elaboram suas experiências, atravessados por um tempo-espaço (idade) e produzindo representações de si que são, ao mesmo tempo, experiências de um ser social que produz, reproduz e constroem sentidos sobre a realidade (DELORY-MOMBERGER, 2012).

A abordagem biográfica, focada na singularidade das narrativas (auto)biografias, pode ser compreendida como pesquisa narrativa ou de história de vida. História de vida como um conceito amplo e genérico empregado para compreender processos de aprendizagens, experiências de vidas, redes de relações; são modos de evidenciar e reconstituir processos históricos, subjetivos e sociais (SOUZA, 2006).

Além disso, essa metodologia de pesquisa narrativa, se coloca como uma tentativa de superação das bases positivistas que operam nos modos hegemônicos de produção do saber científico, ao reconhecer que não há imparcialidade na produção do conhecimento (SANTOS et al., 2021). O que “exige a percepção de que todo conhecimento é localizado e atravessado pelos marcadores sociais de diferença e pelas experiências vividas “pelus pesquisadoris e participantes” das pesquisas” (SANTOS, et al., 2021, p. 175, designação de gênero dado pelo autor).

Pesquisa narrativa ou de história de vida é uma forma de demarcar que somos sujeitos históricos e protagonistas do fazer social, possuindo elementos de uma perspectiva decolonial de produzir ciência. O decolonial como algo que:

Não vem de cima, mas de baixo, das margens e das fronteiras, das pessoas, das comunidades, dos movimentos, dos coletivos que desafiam, interrompem e transgridem as matrizes do poder colonial em suas práticas de ser, atuação, existência, criação e pensamento. (WALSH, 2016, p. 72).

No processo narrativo, o sujeito fala de si de diversas formas recorrendo aos gestos, comportamentos, atitudes, dentre outras, por isso a importância da observação e do diário de campo, a fala/discurso ainda é a forma privilegiada de acesso ao sujeito. O foco dessa pesquisa é no discurso narrativo das/dos jovens, elegendo-o por compreender que ele faz uma relação mais próxima com a experiência humana (DELORY-MOMBERGER, 2012).

Tais experiências falam de uma intencionalidade, de um trabalho hermenêutico do sujeito (que organiza, interpreta e avalia suas ações) e, por fim, oferta uma razão narrativa a pesquisadora, de uma história de vida (trajetória) ainda em curso (DELORY-MOMBERGER, 2012). Portanto, um espaço de ressignificação, um instrumento também pedagógico (SOUZA, 2006).

A pesquisa ainda tem como objetivo uma valorização do campo de estudo, onde estou diretamente implicada com os sujeitos da pesquisa, que são os beneficiários da política SUAS (e meu local de trabalho) e os moradores/agentes sociais do território (bairro Tabuleiro). Com base nesse apanhado geral, podemos falar, ainda, de uma aproximação com a etnografia.

A Etnografia, arte de pesquisa da Antropologia, convida a uma reflexão epistemológica sobre o: olhar, o ouvir, o sentir e o escrever. Que apesar de serem atos cognitivos corriqueiros, merece nossa atenção e consideração, pois por meio deles que produzimos conhecimento e construímos sentidos para as coisas, os acontecimentos e o mundo (OLIVEIRA, 1996).

O *olhar* muda ao iniciarmos a investigação empírica, não é mais um olhar despretensioso, mas provocado pelas teorias disponíveis e pelos documentos históricos previamente estudados. Esse olhar está intimamente interligado com o *ouvir*, produzindo a primeira parte da metodologia da produção dos dados. Entretanto, há o alerta de que esse ouvir não é neutro, quem ouve exerce, em alguma medida, autoridade sobre quem fala, existe uma relação de poder (OLIVEIRA, 1996).

Portanto há, na etnografia, a recomendação da construção de uma relação dialógica e não de um mero informante sendo escutado, mas de uma interação, um “encontro etnográfico”, no qual ouvir e ser ouvido são vias de mão dupla na busca da significação de quem vive a experiência (OLIVEIRA, 1996).

Completando a tríade, temos o *Escrever* como a segunda parte da metodologia, evocamos aqui: a memória, a observação, o diário de campo na configuração final do produto. Nessa etapa, trazemos os acontecimentos observados (e gravados) para o gabinete, na missão de transformá-los em um discurso (disciplinado), forjando a construção de argumentos e de uma comunicação, a ser apresentada para o coletivo profissional e social (OLIVEIRA, 1996).

Oliveira (1996) discorre ainda, sobre como essa comunicação é delicada e complexa, visto que baseia-se na interpretação de um discurso de outrem, atravessado por todo o arcabouço teórico vivencial da pesquisadora, ao passo, que demarca que é no ato de escrever que fazemos, processualmente, o criativo movimento de pensar soluções para as problemáticas propostas, movimento esse que dificilmente antecede o processo de observação sistemática (o olhar e o ouvir).

Por fim, o intercruzamento dessas metodologias/abordagens nos traz, enquanto perspectiva, o desejo de dar visibilidade às vozes de jovens negras e negros, que estão à margem, pelo que suas vidas denunciam de violações e negligências, mas também de resistência e cuidado. Margem sendo vista não “apenas como um espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas sim como um espaço de resistência e possibilidade” (KILOMBA, 2019, p.68). Para tanto, faremos uso das entrevistas narrativas/projetivas nessa empreitada de contarmos histórias.

### 3.2 Entrevista Narrativa, Adoecimentos e Cuidados na trajetória de vida

Para nos aproximar dos nossos objetivos de estudo, somada a observação e ao diário de campo, fizemos uso da entrevista narrativa (história de vida), *focada* e *projetiva*, como instrumento de investigação. Tal ferramenta, muito utilizada na pesquisa qualitativa, mostra-se um recurso apropriado de compreensão das vivências humanas. A referida pesquisa foi submetida e aprovado pelo comitê de ética em pesquisa - CEP/UFRB, sob. CAAE: 57279622.9.0000.0056 e número do parecer consubstanciado 5.468.758.

As entrevistas narrativas foram registradas em um gravador de voz portátil e posteriormente transcritas na íntegra. Segundo Marcondes e Sigolo (2009, p. 201) são indicados que as entrevistas “sejam gravadas para auferir maior preservação do discurso do entrevistado (...), além de permitir que o entrevistador esteja livre para prestar total atenção ao que diz o entrevistado”.

Esse tipo de entrevista ainda permite que o sujeito participe ativamente do processo de construção do conhecimento, sendo visto como um parceiro da pesquisa, oportunizando a pesquisadora a aprender a ouvir o sujeito sobre aspectos específicos da sua vida (SANTOS, I.; SANTOS, R., 2008).

Falamos aqui de uma entrevista “*focada*” para dar ênfase que tivemos temáticas específicas nas histórias de vida narrada pelas/os jovens que participaram da pesquisa, com o objetivo de construir núcleos de sentido sobre: *vulnerabilidade social; adoecimentos e mecanismos de exclusão; resistências: recursos políticos, afetivos e culturais/processos de cura e necessidades específicas das/dos jovens negras/negros do bairro Tabuleiro*. O roteiro de entrevista segue no anexo dessa dissertação: apêndice A, p. 121.

Por outro lado, também fizemos uso do termo “*projetiva*” por contemplar e permitir a utilização de alguns recursos audiovisuais que estimulassem a compreensão das questões problematizadas e tornasse o momento mais atrativo (lúdico) para as/os jovens. Aqui, houve a exibição do videoclipe “Lute e faça amor” da banda Tio Zé Bá, que nasceu no vale do São Francisco, como uma “preparação/ambientação pré-entrevista” (IGNEZ, 2011, p.72). O videoclipe utilizado transitava no campo da juventude negra e periférica, da resistência e do afeto, foi um estímulo à temática abordada; os comentários e impactos observados foram registrados no diário de campo.

Segundo Ignez (2011), as técnicas projetivas podem ser escolhidas ao tratarmos de temas mais sensíveis e emocionais, muitas vezes, difíceis de serem narrados, que passam por uma hermenêutica do sujeito, que avalia e interpreta suas ações a partir de afetações e vivências singulares. A autora ainda defende que essa técnica não é uma ferramenta excludente ou isolada das demais, mas complementar, que contribui para olhar o fenômeno social de forma holística.

Este posicionamento, de como pensar e analisar os fenômenos sociais complexos e multifacetados está em consonância com o método hermenêutico-dialético que traz no seu bojo dados subjetivos, entretanto, frutos de uma análise objetiva e intencional dos significados da linguagem do interlocutor, a partir das suas condições subjetivas e sociais e num tempo-espço delimitado (NETTO; CHAGAS, 2019).

Soma-se a isso, o fato de que esse método (hermenêutico-dialético) propõe a chamada triangulação de dados e teorias, onde os achados são comparados a outros

estudos produzidos acerca da temática analisada ou submetidos a avaliações sucessivas com outros pesquisadores da área, dentro de um espaço temporal semelhante, permitindo com isso, um movimento dialético e plural sobre o fenômeno social estudado (MINAYO, 2005 apud NETTO; CHAGAS, 2019).

Para a construção desse estudo contamos com cinco entrevistas narrativas, de participantes com idades entre 19 a 23 anos, classificados como jovens por organismos internacionais, entendendo que “é possível, entrevistando pequeno número de pessoas, adequadamente selecionadas, fazer um relato bastante consistente sobre um tema bem definido” (BARRO; DUARTE, 2006, p. 68).

A demarcação final do número de entrevistas foi definida pelo critério de saturação dos dados, ferramenta das pesquisas qualitativas, que tem no seu núcleo central a ideia de provisoriedade, onde encerra-se a coleta das entrevistas ao dar-se conta, de forma sensível e analítica, que a lógica interna do objeto de estudo, que também é sujeito ativo no processo da pesquisa, foi encontrada (MINAYO, 2017).

Foram incluídos no estudo jovens com interesse voluntário em participar da pesquisa, que residem no bairro Tabuleiro e autodeclaradas/os pretas/os ou pardas/os. São considerados negros, aqueles que se declaram pretos ou pardos, de acordo com o sistema de classificação do IBGE e é assim que são reconhecidos na política de saúde voltada para a população negra (PNSIPN, 2017).

Foram excluídos da pesquisa indivíduos com idade inferior a 15 anos; aquelas/es que residiam fora do bairro Tabuleiro; todas/os que não demonstraram interesse voluntário em participar do projeto e aquelas/es que se autodeclararam como branco, indígena ou amarela, conforme classificação do IBGE (2018).

Dessa forma, tivemos na pesquisa duas jovens com histórico de participação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS/Tabuleiro, dois com vivências em outros grupos institucionalizados dentro do próprio território e uma sem participação em grupos de jovens.

A divulgação do projeto deu-se: na Praça CEU Tabuleiro (espaço de cultura que compartilha o espaço físico com o CRAS), nas atividades coletivas realizadas no CRAS e na recepção (sala de espera) também do CRAS. Ao apresentar e explicar a proposta do projeto, com ênfase no público alvo, iam-se coletando, através de lista física, nomes e telefones para contatá-las/os a posteriori. Os contatos deram-se via

mensagem de *whatsapp* para agendamento das entrevistas, conforme a sequência de interessadas/os da lista.

No dia agendado organizava-se sala para a entrevista e, após a chegada das/dos participantes, recepção seguida da apresentação do projeto e da metodologia para a coleta de dados, entrega do TCLE para uma leitura tranquila, questionamentos (e dúvidas) a respeito do TCLE e do projeto, assinaturas na última e nas demais folhas/ entrega da via do participante.

Logo após a exibição do videoclipe no *notebook*, era lançada uma pergunta geral sobre o que acharam do vídeo; pedíamos autorização para iniciar a gravação das entrevistas, e por fim, questionamos sobre como foi participar da entrevista, agradecemos e indagamos se gostariam de receber a gravação (da sua entrevista) no seu número pessoal do *whatsapp* (para apreciação, complementação ou cancelamento/desistência de algo). Nenhum dos participantes teve interesse em ter acesso à sua gravação.

Só foi realizada uma entrevista por dia, garantindo maior disponibilidade da pesquisadora para o momento e impedindo que as/os participantes se encontrassem dentro do espaço e que tivessem algum desconforto ou constrangimento. A principal dificuldade no método utilizado se deu na etapa da entrevista, houve muita adesão em querer participar, mas houve pouco comparecimento efetivo para as entrevistas. Por vezes, ficamos no aguardo da/do participante na sala, sem êxito.

Percebi, nas fisionomias faciais e nos relatos verbais das/os participantes satisfação em narrar suas próprias histórias e ter um espaço seguro para falar de si. Ao passo, que a entrevista/projeto possibilitou um espaço concreto e subjetivo de contato e ressignificação das suas vivências como jovens, negras/os e moradoras/es da periferia. As entrevistas foram realizadas no período de julho a agosto de 2022.

Optamos por atribuir as/aos sujeitos da pesquisa, como forma de identificação, codinomes de heroínas e heróis negras/os baianas/os presentes na história de luta e resistência do povo negro pela libertação e que, assim como as/os jovens da pesquisa, muito pouco se sabe a respeito de suas vidas/histórias, pois foram e são invisibilizadas/os nos componentes curriculares de ensino.

A escrita também é uma ferramenta de resistência, por isso, apresentaremos nossas/os interlocutoras/es como: Luísa Mahin, Maria Felipa, Zeferina, Jônatas Conceição e Luís Gama.

## **Sujeitos da pesquisa**

### *Luísa Mahin*

Luísa Mahin era princesa nas terras da África, veio vendida com escrava para o Brasil, região de Salvador/BA. Descrita como magra, muito bela, resistente e resiliente, além de muita astuciosa. Quituteira, utilizava-se do seu tabuleiro para organizar e ajudar nos motins repassando mensagens e coordenadas, participou da Revolta dos Malês e da Sabinada. Em uma dessas revoltas, segundo relatos, precisou fugir para o Rio de Janeiro, outros afirmam ter sido “deportada” para Angola e há ainda os que dizem que ela fez morada no Maranhão, lá desenvolvendo a Dança Tambor de Criola (ARRAES, 2016).

Nessa pesquisa ela toma forma de uma jovem de 23 anos, gestante, negra, astuta, mãe solo de uma linda menina, sonhadora, estudante do segundo ano do ensino médio, que realiza seus “corres”, na informalidade, fazendo bicos de manicure, faxineira, para como diz ela “ter minhas coisas” (sic), mas que, por ora, está sem ocupação financeira.

Se orgulha em dizer que saiu do relacionamento abusivo que vivia com o pai da sua primeira filha, no qual era muito maltratada, define-se como corajosa e forte, que ergue a cabeça diante das dificuldades, sobretudo, por causa da filha. Na Pandemia, cuidou sozinha dos pais acometidos pela COVID-19, temendo que sua filha também contraísse o vírus e com enorme medo de perdê-los, não os levou para o hospital com receio da superlotação.

Não participou de um grupo específico de jovens, mas busca se fazer presente nas várias atividades destinadas para o público, desde que disponibilizadas de forma gratuita e nos períodos em que a filha fica com o pai. Reconheceu alguns dos espaços culturais presentes no vídeo exibido na pré-ambientação e afirmou, com veemência, que não deixa nada e nem ninguém atrapalhar os seus sonhos “de ser quem eu quero ser. Nem pelo fato de ser negra, nem pelo fato de ser simples e pobre” (sic). Luísa Mahin, presente!

### *Maria Felipa*



Lá para as bandas da Ilha de Itaparica, na Bahia, nasce uma guerreira exemplar por nome de Maria Felipa, negra, pobre, marisqueira, corajosa e trabalhadora. Conhecida como uma heroína de ousadia, comandou as trincheiras de luta pela independência da Bahia e junta com 40 mulheres incendiaram embarcações inimigas e armaram uma armadilha para os portugueses: depois de seduzi-los e os deixarem sem roupas, deram uma surra de cansação (planta típica do nordeste com forte poder de judiação). Maria Felipa juntando a força feminina foi líder pela independência da Bahia fortificou as praias de Itaparica, organizou o envio de alimentos e fez história na luta do povo negro (ARRAES, 2016).

Ela retorna aqui, como uma jovem de 20 anos, estatura mediana, cabelos cacheados e volumosos, que fala pelos cotovelos, mãe de um menino de 01 ano e 22 dias de vida, evangélica, afirma realizar “bicos” como babá e faxineira, atualmente está desempregada, se declara parda e conta que reside, há quatro anos, em uma das áreas mais perigosas do bairro Tabuleiro.

Fez parte das oficinas de violão ofertadas pelo CRAS, através do professor de música, mas não chegou a integrar o núcleo do SCFV, passou por situações de abuso sexual, bullying na escola e de violência policial direcionadas a seu pai e ao seu “namorado” (sic). Descreve minuciosamente os fatos com revolta e indignação:

e aí, os policiais invadiram nossa casa, e espancou o meu esposo. Eu tava, eu acho, que gestante do meu filho, eu acho que tinha um pra dois meses. E isso me feriu muito, porque, é ...eu tenho um pouco de conhecimento, no, no ...artigo aí, o direito dos cidadãos...a gente não pode ser tratado assim, isso é tratamento desumano. Dos policiais chegar na sua, e já chegar lhe espancando, lhe maltratando. É, por mais que você seja uma pessoa negra, tatuada, que se vista como essas pessoas, é, que não age corretamente com a sociedade, num é que...não quer dizer que todas as pessoas sejam iguais. E meu esposo, ele, por mais que ele aparente, ele é uma pessoa completamente honesta (MARIA FELIPA, 2022).

Maria Felipa finaliza a narração dos fatos afirmando “tem pessoas que têm segurança, mas nós que vive nessa área, a gente não consegue se sentir muita segurança não. *A gente acaba sendo ferida pela própria segurança*” (sic).

Estudante do terceiro ano do ensino médio foi excluída do direito à educação no período da pandemia pois, na época, estava sem celular para as aulas *online*. Sonha com um trabalho digno, cursos profissionalizantes, ter sua casa própria e ser empresária. Tem ótimo poder de articulação e uma forte rede de familiares, amigos e colegas no bairro. Afirma ter um propósito desde criança: “eu creio que eu vou ser uma pessoa abençoada. E eu creio que vou ajudar muitas pessoas, mais pessoas que

já ajudei, né? Ao longo da vida, eu creio que eu vou ajudar mais e mais” (sic). Maria Felipa, presente!

### *Zeferina*

Outra grande mulher, das terras de Angola, negra, e que veio parar, ainda criança, em terras baianas de Salvador, é a jovem Zeferina. Trazida nos braços de sua mãe, fez da sua origem Africana o alicerce de luta, resistência e organização, liderando o Quilombo do Urubu, formado por pretos e indígenas, chamados de Nagô, mantendo a vivência do Candomblé e os ensinamentos repassados por sua mãe (ARRAES, 2016).

Zeferina usava arco e fecha, lutava corajosamente e era uma “preta furacão” como a mencionavam, a rainha do Quilombo. Segundo alguns apanhados históricos, em meados de 1826, planejavam invadir a capital baiana e libertar os irmãos da tirania da escravidão, o projeto, apesar da garra dessa mulher e da forma como animava os guerreiros para a luta, não foi totalmente exitoso e, Zeferina foi presa e morreu, sem muitas informações sobre as circunstâncias desse falecimento (ARRAES, 2016).

Ressurge, no século XXI, aos 19 anos, como uma jovem autodeclarada negra, solteira, ensino médio completo, mãe solo de um recém-nascido (11 dias), evangélica e que adora cantar, inclusive, fazendo parte do coral da igreja. Relata, com tristeza, que teve uma gestação solitária, temerosa de compartilhar sentimentos com os pais e ser julgada ou não compreendida por eles.

Trabalhava em uma lanchonete, como atendente, mas foi demitida após alguns meses de gestação. Entretanto, pós nascimento da criança, sente-se amparada e acolhida no seio familiar. Durante a entrevista a mãe de Zeferina ficou com o neto do lado externo da sala, incentivando-a e apoiando-a para que a filha participasse da pesquisa, contudo, durante o processo a criança chora e é necessário interromper a gravação para acolhimento do filho e amamentação, permanecendo no colo materno até a finalização da entrevista.

Zeferina narra a violência do bairro onde reside há 19 anos, sobretudo, nas ruas mais periféricas como a sua “é muita violência. Muita mesmo! É...principalmente lá pro lado onde eu moro. É muita violência. E muita morte” (sic).

Fala do racismo que sofreu na escola por conta da cor, cabelo e vestimentas. Deseja assistência a maternidade, já que encontra-se desempregada, morando de

aluguel, sem a contribuição do pai da criança e ainda aguardando contemplação no Auxílio Brasil<sup>5</sup>. Participou, por volta dos 12 anos, do SCFV - CRAS Tabuleiro, o reconhecendo como um espaço de ampliação de sonhos, senso crítico e liberdade:

Abriu mais a minha mente sobre o mundo. Esse nosso...nosso Brasil. Abriu bastante a minha mente. Pra mim entender as, as dificuldades que eu não entendia. O que era certo, o que era errado. Agora eu entendo o que é certo, o que é errado. Eu entendo a, a nossa luta. A nossa luta negra (ZEFERINA, 2022).

Sonha com a casa própria e com a faculdade de odontologia, sonho este, que teve que adiar em decorrência dos gastos com a gestação. Afirma que a pandemia afetou seus estudos, mas não a impediu de terminar o ensino médio, recorrendo ao pai, que cedeu o celular pelo tempo necessário para acompanhar as aulas remotas. Como uma boa Zeferina, canta para manter a sua religião, a fé e se sentir livre. Zeferina, presente!

### *Jônatas Conceição*

Baiano nato, soteropolitano, jogador de futebol na infância, poeta ativista, escritor, radialista, roteirista, professor e fundador, no ano de 1978, do Movimento Negro Unificado da Bahia, assim são algumas das atribuições e características de Jônatas Conceição da Silva. Jônatas faleceu aos 56 anos, em 2009, vítima de câncer (SILVA, Angélica; SILVA, Ana, 2021).

O jovem negro baiano deixou um vasto legado de intervenções artísticas e culturais alicerçadas pela valorização da cultura negra. Formado em licenciatura em Letra Vernáculas pelo Universidade Federal da Bahia também foi diretor e idealizador do projeto de extensão pedagógico da associação cultural Ilê Aiyê, na perspectiva de formação de professores para um ensino pluricultural (SILVA, Angélica; SILVA, Ana, 2021).

Jônatas se reafirma na história da juventude negra e periférica, agora com 23 anos de idade, se reconhecendo como negro, homossexual e candomblecista. Continua com vínculos com as artes, sendo amante da dança. Faz relatos duros de

---

<sup>5</sup> Programa de transferência de renda para famílias em situação de vulnerabilidade econômica, de acordo com perfil de renda, composição familiar e o cumprimento de condicionalidades no âmbito da saúde, educação e assistência social. Em 2023, com a mudança de presidente, o programa volta a se chamar Programa Bolsa Família.

homofobia e intolerância religiosa vivenciadas na escola, o que provavelmente contribuiu para que largasse os estudos no terceiro ano do ensino médio:

Chamava de macumbeiro, e eu nem ligava, às vezes. Às vezes eu...eu chorava, mas às vezes eu num chorava, não. Nem ligava, às vezes. Passava e nem ligava. Eu sou home...homosse...sexual, como eu falei. E...chamavam de viadinho, até, hoje chamam, mas eu nem ligo mais (sic) (JÔNATAS CONCEIÇÃO, 2022).

Jônatas reconhece no vídeo de ambientação “Lute e faça amor” a pauta da negritude e elementos do candomblé. Verbaliza que sua mãe de santo, cultuar seu orixá, seu núcleo familiar e ir para a praça lanchar e beber cachaça como algumas das suas estratégias de cuidado, proteção e externalização de dores e angustias.

Afirma que seus grandes sonhos são: ser dançarino (tendo participado de um grupo de dança na escola onde estudou) e realizar o sonho da sua mãe de ser enfermeira. Declara que uma das melhores coisas que aconteceu nestes 23 anos de vida é “ser a pessoa que eu sou” (sic). Jônatas Conceição, presente!

### *Luís Gama*

Por último, Luís Gonzaga Pinto da Gama, popularmente conhecido como Luís Gama, também de naturalidade baiana, com raízes nas terras de São Salvador. Intelectual negro, advogado abolicionista radical (sem formação acadêmica), jornalista, escritor, funcionário público, filho de Luísa Mahin (CRUZ, 2014) e coroadado, na atualidade, como o “Patrono da Abolição da Escravidão no Brasil”<sup>6</sup>.

Luís Gama foi vendido pelo pai (homem branco), como pagamento por dívidas de jogo, aos 10 anos de idade. Percorre com isso, estados como Rio de Janeiro e São Paulo, desenvolvendo atividades como copeiro e escravo de ganho, neste último estado, aos 17 anos de idade - aproximadamente, tem contato com o estudante de direito, Antônio Rodrigues de Prado Júnior, aprendendo a ler e escrever, bem como, adquirindo um arcabouço jurídico (CRUZ, 2014).

De posse deste capital simbólico, advoga por sua própria liberdade, comprovando ser um escravo livre, nascido de uma negra livre. A partir disso, empreende sua vida em demonstrar sua oposição à escravidão, denunciando e

---

<sup>6</sup> LEI nº 13.629, 16 de Janeiro de 2018: Declara o advogado Luiz Gama Patrono da Abolição da Escravidão do Brasil.

combatendo o racismo e ajudando a libertar inúmeros escravos, de forma ostensiva e inteligente. Morreu aos 52 anos, seu funeral foi superpopuloso (CRUZ, 2014).

Luís Gama se faz presente, na atualidade, como um jovem declarado pardo, de 20 anos, morador há 09 anos do bairro Tabuleiro, católico, união estável, ensino médio completo, gosta de jogar bola e viajar. Luís Gama é o único dos entrevistados que atualmente está trabalhando formal e com carteira assinada de acordo com a CLT. Ao assistir o vídeo de ambientação reconheceu pessoas e lugares que aparecem no clipe. Relata, com pesar, que sofreu *bullying* na escola em relação ao seu peso Euro(gordofobia), tentou suicídio e teve sintomas de ansiedade e depressão:

Bullying na escola. Naquele tempo eu era mei... forte, véi. Bem fortam. Bem gordinho. Aí, todo mundo xingava, falava coisa. Eu já era mei... a, a ansiedade já tinha batido, aí... Fiz até um vídeo também... explicando também, que eu ia se matar, e tal. Aí foi daí que me botaram no CRAS. Botaram na ingreja e, depois saí. Quis não (sic) (LUÍS GAMA, 2022).

Declara que a paternidade foi uma das melhores coisas que aconteceu em sua vida, ao passo, que demarca a violência do bairro onde mora e o desejo de ir embora para São Paulo. Tem como sonhos ser caminhoneiro, ter sua casa própria e um transporte. Durante a pandemia trabalhou normalmente, junto com seus pais e a esposa, em uma empresa de fruticultura irrigada, deixando o filho com a irmã de quatorze anos.

Explicou que a sua família, culturalmente, tenta manter uma reserva em dinheiro e isto foi fundamental para enfrentarem a pandemia. Luís Gama já foi internado, aparentemente, por sintomatização das violências sofridas e advoga por uma escola que respeite as diferenças:

... incentivar os aluno parar de, de xingarem na escola, fazer bullying cum, com os oto. Cara tem, tem muitas pessoas nessa escola aí, que eu conheço, que tem depressão. Que os professores cheguem junto, conversem com os aluno: “Ó, tal, assim... parem com isso, que isso é f...”. Aí, depois que... aí, quando morre, aí todo mundo fica lá, sentindo a culpa (sic) (LUÍS GAMA, 2022).

Luís Gonzaga Pinto da Gama, presente!

Abaixo, organizado em quadro, temos o perfil dessas/es jovens participantes da pesquisa:

Quadro 1 – Perfil das/os participantes da pesquisa

<b>JOVEM</b>	<b>Luísa Mahin</b>	<b>Jônatas Conceição</b>	<b>Luís Gama</b>	<b>Maria Felipa</b>	<b>Zeferina</b>
<b>GÊNERO</b>	Feminino	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino
<b>IDADE</b>	23 anos	23 anos	20 anos	20 anos	19 anos
<b>ORIENTAÇÃO SEXUAL</b>	Heterossexual	Homossexual	Heterossexual	Heterossexual	Heterossexual
<b>RELIGIÃO</b>	_____	Candomblé	Católica	Evangélica	Evangélica
<b>ESCOLARIDADE</b>	2º ano médio (Cursando)	Ensino médio Incompleto (Parou no 3º)	Ensino médio Completo	3º ano médio (Cursando)	Ensino médio Completo
<b>COR/RAÇA</b>	Negra	Negra	Parda	Parda	Negra
<b>PROFISSÃO</b>	Manicure/ Faxineira (faz bicos)*	_____	CLT – CEASA	Babá/ Faxineira (faz bicos)*	Garçonete**
<b>ESTADO CIVIL</b>	Solteira	Solteiro	União Estável	Solteira	Solteira
<b>FILHOS</b>	01 + gestação	_____	01	01	01
<b>GRUPO DE JOVENS</b>	_____	Grupo de dança (parou)	Banda de música da escola (parou)	Oficina de música no CRAS (o serviço não foi mais ofertado)	Grupo de jovens da igreja (Coral)
<b>SCFV</b>	_____	_____	_____	_____	Sim
<b>TEMPO NO BAIRRO</b>	11 anos	23 anos	09 anos	04 anos	19 anos
* No momento da entrevista estavam sem acesso a qualquer tipo de atividade remunerada; ** Ficou desempregada durante (em decorrência) a gestação.					

Quadro 1 – Elaborado pela pesquisadora (nov. de 2022).

É possível observar, inicialmente e diante das informações presentes no quadro que apenas Luís Gama e Zeferina concluíram o ensino médio, Luísa Mahin e Maria Felipa estão cursando, com distorções idade-série e, uma exclusão escolar, do jovem Jônatas Conceição. Chama a atenção o fato de Jônatas Conceição, descrito como homossexual e candomblecista, ser justamente o que está fora da escola e sem contato aparente com o mercado de trabalho.

Percebe-se vínculos informais de emprego (apenas um CLT); registros de participação em grupos de jovens (maioria), reconhecimento/declaração de cor, religião e orientação sexual e a vivência já presente da maternidade/paternidade, com exceção de Jônatas Conceição.

Outro ponto de destaque diz respeito as atividades econômicas desenvolvidas pelas jovens negras: babá, faxineira e, em segundo plano, manicure e garçonete, ocupações com papéis alusivos ao “servir”, sustentar e fazer girar a máquina

econômica do país com a força de trabalho da mulher negra, ao mesmo tempo, que demarca os subempregos (informalidades) e o cerceamento de direitos trabalhistas.

### 3.3 O Centro de Referência em Assistência Social – CRAS/Tabuleiro e a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

Como já afirmado anteriormente, os Centros de Referência em Assistência Social – CRAS (s) compõem a proteção social básica, dentro do delineamento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que por sua vez, junto com a saúde e a previdência social, em um conjunto de ações integradas, formam a chamada Seguridade Social (BRASIL, 1991).

A Seguridade Social é o direito da/o cidadã/o de usufruir depois de ter contribuído diretamente ou não, de benefícios socioassistenciais, de obtenção de garantias sociais para viver com dignidade, amparo social e do acesso à saúde enquanto direito e dever do Estado (BRASIL, 1991). Foi o direito a seguridade social, conquistada e garantida na Constituição Federal de 1988, que possibilitou, inclusive, uma “redução mínima de danos” no impacto devastador da pandemia da COVID- 19 na vida das pessoas, sobretudo, daquelas já consideradas em situação de vulnerabilidade social.

E foram os CRAS (s), presentes na periferia, juntamente com diversos outros órgãos não governamentais (especialmente) e governamentais, sendo chamados de serviços essenciais, dentro de ações micro e macrossociais, que mantiveram o diálogo direto com a comunidade. Seja nas orientações, seja nas inscrições no auxílio emergencial, realizando acolhimentos e escutas (presenciais e remotas), efetuando o provimento de benefícios eventuais, no formato de cestas básicas e kit(s) de higiene, dentre outras ações.

Contudo, a assistência social, e especificamente a proteção social básica, está “para além da atenção a situações emergenciais, centradas exclusivamente nas situações de risco social” (BRASIL, 2012, p. 11). Ela foi pensada para ser um serviço integral, com ações no âmbito da prevenção e de uma atuação protetiva e proativa, desenvolvendo potencialidades e fortalecendo vínculos comunitários e familiares (BRASIL, 2012).

Acerca disto, a política de assistência social faz um destaque às trabalhadoras e aos trabalhadores de que “é necessário romper com a imagem da família somente

como espaço de proteção e cuidados mútuos, contemplando-a também como lugar onde podem existir conflitos e violências, que podem ser reflexo das desigualdades sociais vigentes na sociedade” (BRASIL, 2012, p. 20).

Nesse meandro, apresentamos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) como um dos espaços ofertados pelo CRAS, complementando o trabalho social desenvolvido com as famílias e regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS Nº 109/2009) e reafirmado na Resolução Nº 01/2013 (BRASIL, 2016). “O SCFV organiza-se em grupos, de modo a ampliar as trocas culturais e de vivências entre os usuários, assim como desenvolver o seu sentimento de pertença e de identidade” (BRASIL, 2016, p. 13).

O SCFV oferta atividades regulares e de caráter coletivo que devem considerar as necessidades e a realidade do território e são pensadas enquanto ciclos de vida: grupos de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e intergeracional (a depender da demanda); que assegurem a participação de pessoas com deficiência, assegurando que a diversidade com relação ao gênero, raça e orientação sexual (BRASIL, 2016). Essas atividades são planejadas pela/o orientadora/o social sob a supervisão da/do técnica/o de referência (psicóloga/o, assistente social ou pedagoga/o) e consideram os eixos norteadores de: convivência social/ direito de ser e participação (BRASIL, 2016).

Entendo, diante da experiência e trajetória profissional no equipamento-CRAS/Tabuleiro que, tratando-se, sobretudo, do grupo referente aos adolescentes, entre 15 a 17 anos, há constantemente e processualmente, um esvaziamento do público atendido, bem como, não se concretizam grupos com adultos (30 a 59 anos) e muito menos com jovens (18 a 29 anos).

Tais adolescentes e jovens são, muitas vezes, invisibilizados dentro da política SUAS e percebidos, apenas, através de demandas das famílias direcionadas ao CRAS, alusivas a: conflitos familiares, exclusão escolar, dificuldades de aprendizagem, consumo de alto risco de álcool e outras drogas e/ou comercialização destas, solicitações de acesso à documentação civil, auxílio natalidade e orientações para processos de pensão alimentícia e tentativas de inserção no mundo do trabalho como jovem aprendiz.

Acrescidas a essas demandas, há também as solicitações via escola, ou de um dos responsáveis familiar, relacionadas a saúde mental, com jovens apresentando



quadros de ansiedade, depressão, com ideação ou tentativas de suicídio e, comportamentos de automutilação.

Neste ponto, vale ressaltar que o CRAS não desenvolve “ações de caráter terapêutico, compreendidas aqui como as práticas psicoterapêuticas, psicodiagnósticas e psicopedagógicas ou seja, práticas clínicas no âmbito do PAIF, pois não correspondem às seguranças afiançadas pela política de assistência social” (BRASIL, 2012, p. 18).

Entretanto, o princípio da escuta, do acolhimento, do fortalecimento de vínculos e de potencialidades, da territorialização, bem como, a prevenção de situações de risco fazem parte do escopo da política, este último diretamente ligado à proteção básica, aos CRAS (s). A esse respeito, o que dizem as/os jovens negras e negros do bairro Tabuleiro sobre si, sobre suas trajetórias, potencialidades e dificuldades, sobre o território onde estão inseridos? Quais as narrativas de história de vida estão sendo silenciadas, não ditas ou não escutadas?

As entrevistas foram realizadas em uma sala climatizada, da própria instituição CRAS, em horários pré-agendados, no contraturno do meu expediente de trabalho e seguiu os protocolos para conter a COVID – 19, garantindo assim, o sigilo e o conforto das/os participantes. Vale ressaltar, que O CRAS está presente no território do bairro Tabuleiro desde agosto de 2006<sup>7</sup>.

### 3.4 No bairro Tabuleiro: Jovens negras e negros da periferia de Juazeiro – BA da margem ao centro de investigação

Juazeiro da Bahia, região nordeste do Brasil, localiza-se, geograficamente, na bacia hidrográfica do rio São Francisco, ao norte da Bahia, semiárido nordestino, na margem direita do rio e faz fronteira com os municípios de Petrolina/PE, Curaçá/BA, Jaguarari/BA e Sobradinho/BA (SILVA, 2020). O bairro Tabuleiro fica localizado à 7,1 km do Centro de Juazeiro-BA, tendo como data de reconhecimento o ano de 1969 e seu aniversário é comemorado no dia 21 de outubro, conforme lei nº 2.279/2012

---

<sup>7</sup>Informação extraída junto a Secretaria de Desenvolvimento Social, Mulher e Diversidade – SEDES do município de Juazeiro/BA.

(JUAZEIRO/BA, 2012). Dessa forma, o referido bairro tem 53 anos e a cidade de Juazeiro-BA, 144 anos (data de fundação em 15 de julho de 1878)<sup>8</sup>.

Segundo relatos de antigos moradores (SACRAMENTO, p. 01, 2010), o Tabuleiro fazia parte da Juazeiro Velha, passando a chamar-se Barro Alto e, posteriormente, Tabuleiro. Na sua constituição populacional estavam presentes pessoas naturais de Juazeiro, mas também advindas de outras cidades e estados, como Pernambuco. Em 2017, a população do Tabuleiro era estimada em 5056 pessoas, conforme dados da Unidade Básica de Saúde do referido território<sup>9</sup>.

No seu processo de desenvolvimento (infraestrutura) é importante destacar, ainda conforme relato dos mais velhos, que devido à enchente de 1979 e que trouxe consequências para toda a cidade de Juazeiro/BA, como medida de intervenção foi aberto um canal para o escoamento da água oriunda das chuvas para desaguar no rio São Francisco. Este canal teve seu início no bairro Itaberaba (bairro vizinho) e atravessa todo o bairro Tabuleiro (SACRAMENTO, p. 01, 2010).

O referido canal, ainda presente nos dias atuais, é extremamente rudimentar, a céu aberto e utilizado como depósito de esgoto e lixo desses bairros. Para acessar o bairro Tabuleiro, obrigatoriamente, é necessário transitar por pontes de dimensões e capacidades diferentes (SACRAMENTO, 2010). Há ainda, relatos que afirmam ser um riacho natural, “um bracinho do rio”, onde as crianças tomavam banho e as mulheres lavavam roupa e, posteriormente, foi transformado em canal onde se despeja esgoto da cidade.

**Figura 1** – Riacho: travessia precária feita pelas/os moradoras/es



<sup>8</sup>Informação extraída no site oficial do município de Juazeiro/BA. Disponível em:< <https://www.juazeiro.ba.gov.br/historia/>>, acesso em 24 de abril de 2022.

<sup>9</sup> Mapeamento Territorial realizado pela equipe do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/Tabuleiro, sobre a coordenação da pedagoga Valeria Cristiane da Silva, no ano de 2017.

Fonte: Registro fotográfico feito pela pesquisadora (abr. de 2023)

**Figura 2** – Riacho: Travessia feita pela prefeitura para pedestres.



Fonte: Registro fotográfico feito pela pesquisadora (abr. de 2023)

Tratando-se do aspecto socioeconômico do bairro, uma boa parcela dos moradores, sobretudo, os que são referenciados ao Centro de Referência de Assistência Social- CRAS/Tabuleiro vivem da agricultura, com vínculos empregatícios (sazonais) em empresas de fruticultura irrigada, desenvolvem trabalhos informais (bicos de carrego e descarrego) na Central Estadual de Abastecimento – CEASA e são também pedreiros, serventes, catadores de materiais reciclados, eletricitas, balconistas, vendedores, autônomas ou diaristas, estes dois últimos, muito direcionado às mulheres.<sup>10</sup>

Segundo dados do CECAD<sup>11</sup> (2022) existem, atualmente, 5.464 pessoas moradoras/es do bairro Tabuleiro inscritas no CadÚnico, destes, 1101 são jovens com idades entre 15 a 24 anos, sendo que, em média, 89 jovens se autodeclararam ou foram declarados pelos seus responsáveis como brancos, 95 como pretos, 913 como pardos e apenas 01 como indígena.

Em relação à renda mensal desses jovens, o mesmo sistema aponta que, em média, 736 deles (autodeclarados ou informado pela/o responsável familiar)

---

<sup>10</sup>Mapeamento Territorial realizado pela equipe do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/Tabuleiro, sobre a coordenação da pedagoga Valeria Cristiane da Silva, no ano de 2017.

<sup>11</sup> CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico – vinculado ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Os dados foram solicitados a gerente do CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais), no município de Juazeiro/ BA, no mês de dezembro de 2021, entretanto, o sistema apresentava-se fora do ar e só com o troca de governo federal, em fevereiro de 2023, é que tivemos acesso aos referidos dados.

apresentam renda entre 0,00 a 100,00 (reais); 48 jovens com renda entre 120,00 a 210,00 (reais); 92 com renda entre 240,00 a 606,00 (reais); 25 com renda entre 700,00 a 1.212,00 (reais) e 07 com renda entre 1.219,00 a 3.710,00 (reais).

O bairro Tabuleiro, atualmente, conta com uma variedade de instituições e dispositivos que contribuem, processualmente, para uma ressignificação do estereótipo ligado aos índices de violência, conforme relato abaixo:

O crescimento demográfico e a constante ocupação de pessoas vindas de diversas regiões por diversos motivos, dentre eles o desemprego e a falta de moradia, são uma das causas da violência do bairro que ganhou certa repercussão anos atrás o colocando em primeiro lugar da violência na cidade, no entanto essa história vem mudando devido a projetos de incentivo cultural do governo para com a infância e juventude (SACRAMENTO, p. 01, 2010).

Nesse sentido, estão presentes no território, órgãos governamentais e não governamentais, entre eles: um Centro de Artes e Esportes Unificados Alan Cleber Souza Dantas - Praça CEU, uma escola estadual e uma municipal, um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, ainda terreiros de candomblé e umbanda, igrejas evangélicas e católica, associação de moradores, Unidade Básica de Saúde - UBS, dentre outros<sup>12</sup>.

Logo, o bairro Tabuleiro é considerado uma das periferias de Juazeiro-BA, definição essa, mensurada, dentre outras formas, a partir da distância do bairro ao centro: “pra levar o menino, só quando sair o bolsa família pra pagar a passagem (sic)”, “não tem como a senhora atendê-la aqui mesmo, não!?! O CAPS IJ é muito longe (sic)”.

Assim como o cancelamento do *UBER*, ao visualizar a localização, no sucateamento de alguns equipamentos públicos citados anteriormente, na falta de saneamento básico, na não ampliação ou construção de mais escolas públicas, com disputas por vagas todo início de ano e na violência concreta e simbólica de um Estado, no seu “poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2016, p. 123).

Por outro lado, periferia também definida pelas suas diversas formas de resistência, por toda uma rede de apoio construída entre seus pares e vizinhos: nos terreiros, nas igrejas, nos empreendimentos comerciais e pela capacidade criativa de uma juventude que dança, canta, pulsa e poetiza a vida nas mais diversas ações individuais e coletivas.

---

<sup>12</sup>Idem 9

#### 4. A JUVENTUDE NEGRA E PERIFÉRICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O que é mais caro para um adolescente negro de periferia do que a liberdade?

Nem a vida!

Quem disse foi Jota, não eu. Eu não saberia responder.

Por ironia dos nossos destinos, eu acompanhei Jota vivendo a liberdade pela metade. Institucionalizado.

Eu falo isso como se fosse possível. Mas na verdade não é!  
Jota era a própria liberdade, vinha de dentro, mais forte que qualquer coisa que surgia nele.

A liberdade como palavra, como ato de ser e respirar, de estar no mundo.

Ele era livre e era talentoso, o menino homem!

Entendia de todo assunto. Sabia cozinhar, arriscava em outros idiomas, falava dos caminhos das águas de Angola, das constelações, de temperos, de futebol.  
Muito bom em futebol, sério!

Mas não sabia falar de família, nem de futuro!

Na certidão, Nome do pai e da mãe: nada consta.  
Me surpreendi quando vi, nem o nome da mãe?  
Exatamente.

Hora e local do nascimento, um número na certidão e o nome que alguém escolheu para ele, talvez por parecer com um conhecido, talvez não tenha um motivo.

Jota era cria do mundo, das encruzilhadas.

‘Aprendiz da rua – mãe que tudo lhe ensinou’ (fala dele).

E tudo que ele aprendeu, ele ensinava também. Surpreendente.  
Professor do dia a dia.

De um bocado de outros meninos, parecia bem mais velho na postura. Mas só tinha 16.

Jota era o aqui e agora. Intenso no momento presente.

Hoje eu falo de Jota no passado.  
E me pergunto, na minha trajetória de psicóloga,

Quantas pessoas ainda encontrarei que não terão tempo de fazer as pazes com o futuro?

**@orípsicologia, 19 de maio de 2022.**

A epígrafe acima, de autoria baiana, carrega um sabor agridoce, nos fazendo refletir sobre a potência da juventude negra, jovens criativos e talentosos *versus* uma necropolítica, que mata e sequestra, inclusive, os sonhos e a “alma” dessa mesma juventude. Escutá-los, nesse lugar dos sonhos, dores e cicatrizes traz uma pretensão de forjar estratégias de ressignificação, possibilidades de enfrentamento e linhas de cuidado.

#### 4.1 ESTATUTO DA JUVENTUDE (2013)

O Estatuto da Juventude é regulamentado pela lei n. 12.852, de 05 de agosto de 2013 e versa sobre o Sistema Nacional de Juventude: o SINAJUVE, e os direitos da juventude, diretrizes e princípios ao planejarmos políticas públicas para este público. É considerado, para efeitos desta lei, que jovem é a pessoa que situa-se entre 15 a 29 anos, sendo que para aqueles com idade entre 15 a 18 anos, aplica-se o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 2013).

Dentre os VIII (oito) princípios previstos neste Estatuto, estão presentes: o bem estar e o desenvolvimento integral do jovem; o reconhecimento como sujeitos de direitos universais, geracionais e singulares; e o incentivo a criatividade e participação no desenvolvimento do país, bem como, a promoção da autonomia e emancipação desses indivíduos (BRASIL, 2013).

É um documento que enfatiza e prioriza a juventude enquanto um segmento social que deve, obrigatoriamente, participar na construção e nas tomadas de decisões em relação as suas próprias demandas e as questões políticas, econômicas, culturais e identitárias do país.

Traz no seu bojo, os direitos da juventude relacionados à: “Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; à Educação; à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; à Diversidade e à Igualdade; à Saúde; à Cultura; à Comunicação e à Liberdade de Expressão; ao Território e à Mobilidade; à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente; à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça (BRASIL, 2013).”

Sendo que, durante toda a redação/construção do documento, localiza-se menções a juventude negra apenas na seção II – do direito à educação:

§ 1º É assegurado aos jovens negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública o acesso ao ensino superior nas instituições públicas por meio de políticas afirmativas, nos termos da lei.

§ 2º O poder público promoverá programas de expansão da oferta de educação superior nas instituições públicas, de financiamento estudantil e de bolsas de estudos nas instituições privadas, em especial para jovens com deficiência, negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública (BRASIL, 2013, p. 28).

E, posteriormente, de forma mais geral a concepção de igualdade que faz do jovem cidadão de direitos na expressão de seus potenciais de vida: “não será discriminado por motivo de: I - etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo; II - orientação sexual, idioma ou religião; III - opinião, deficiência e condição social ou econômica” (BRASIL, 2013, p. 29). Assegura assim, nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), que os programas adotados deverão garantir a igualdade de direitos dos jovens de forma a respeitar raça, etnia e origem (BRASIL, 2013).

Tal documento é finalizado com a criação do SINAJUVE, Sistema Nacional de Juventude, que tem dentre as suas competências formular e coordenar a efetivação da Política Nacional de Juventude e, com a descrição das atribuições dos Conselhos de Juventude (capítulo III). Dentro do SINAJUVE é possível ter acesso ao Plano Juventude Viva: caminhos da política de prevenção à violência contra a juventude negra no Brasil (BRASIL, 2013).

#### 4.1.1 Plano Juventude Viva: um levantamento histórico (2018)

O Plano Juventude Viva (PJV) é uma construção coletiva, parceria com organismos internacionais que promovem os direitos humanos em estreita relação com o Estado. O alto índice de assassinatos de jovens negros no Brasil é um problema que exige que as políticas públicas produzam ações efetivas no combate ao racismo. (BRASIL, 2018).

O PJV conta com o uso do IVJ – Índice de Vulnerabilidade Juvenil que mensura e avalia os maiores índices de mortes e vulnerabilidades dos jovens negros à nível municipal, contribuindo o enfrentamento ao racismo e as diversas formas de desigualdades sociais (BRASIL, 2018).

Segundo a Secretaria Nacional de Juventude, por ano, perdemos cerca de 30 mil jovens, sendo que desse total, 71% são vidas negras. Tal dado coloca o Brasil

como um violador dos Direitos Humanos. Este cenário assustador convocou o poder público, com ajuda de diversos segmentos sociais (movimentos sociais, sociedade civil, instituições públicas e privadas) a reformular este Plano, elaborado em 2012, com implementação iniciada nos dois anos seguintes e paralisado (engavetado) por quatro anos (BRASIL, 2018).

O Plano tem como categorias analíticas: *juventude*, *políticas públicas* e *violência*. *Juventude* para além de uma faixa etária, isto é, uma construção social ampla, diversa e referenciada por várias ciências; *política pública* como uma intervenção social embasada e instrumentalizada para enfrentar e solucionar problemas sociais; e *violência* compreendida não apenas como um embate entre o explorado e o dominador, mas nas diferentes formas do “não existir”, da exclusão e do silenciamento (BRASIL, 2018).

Vale salientar que, outrora, o Estado era totalmente ausente quanto a garantia de direitos à juventude, havendo apenas algumas ações no âmbito do assistencialismo e de iniciativas individuais de caridade. O jovem era percebido como um problema social, de marginalização, passível de punição e repressão.

Enfatiza-se, neste ponto, como uma repetição necessária, que o jovem percebido como “problema social” nunca foi o jovem branco e isso fala também de uma implicação ético-política ao pensarmos e atuarmos em políticas públicas pensadas para a juventude; “as feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade social do país (NASCIMENTO, 1978, p. 82).

É nesse contexto que surgem aparatos legais de controle e vigilância, tais quais: o Código de Menores, vigente de 1927 à 1979 e o Serviço de Assistência ao Menor – 1947 (BRASIL, 2018). Apesar desses aparelhos legais possuírem características distintas, no qual o primeiro objetivava punir e reprimir e o segundo trabalhava com menores abandonados, ambos têm em comum a criminalização e objetificação de corpos negros; é nessa conjuntura que surge o chamado menor delinquente.

Este cenário só sofre modificações com a promulgação da Constituição Cidadã, a partir da mobilização de movimentos sociais, estudantil e a influência de agentes internacionais, como a Organização das Nações Unidas – ONU. Aqui, passa-se a falar de jovem como sujeito de direitos, e aqueles, menores de 18 anos, passíveis a normas legais específicas e penalmente inimputáveis (BRASIL, 2018).



Posteriormente à constituição de 1988, temos a inauguração do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), discorrendo sobre garantia de direitos, proteção integral, medidas socioeducativas e ações organizadas e sistematizadas de amparo legal, quando o jovem é negligenciado pela família, sociedade e/ou Estado (BRASIL, 2018).

A nível mundial, a partir de 1995, também surge uma agenda mais contundente direcionada a juventude, reconhecendo e problematizando fatores políticos, culturais, econômicos e sociais que impedem avanços e concretudes no âmbito da garantia de direitos aos jovens, entre eles a xenofobia e o racismo. Mas, foi na década de 2000, no Brasil, que temos uma sucessão de conquistas, entre elas: a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), o Estatuto da Juventude e o próprio Plano Juventude Viva (BRASIL, 2018).

O Plano Juventude Viva faz uma reflexão de como o racismo, ancorado nas bases de um sistema escravocrata, é uma das principais causas da morte de jovens negros no Brasil, e no mundo, e apresenta dados alarmantes. Ao passo que reconhece a importância dos movimentos, como destaque para o movimento negro, na garantia e ampliação de políticas públicas de amparo e proteção ao povo negro.

Tal plano foi implementado em três fases: 1ª ETAPA (2012-2014) / 2ª ETAPA (2014-2016) / 3ª ETAPA (2017 – ATUAL). Na Primeira, dentre outras ações, articulação com os 11 Ministérios, atuando em programas e serviços já existentes, para combater o racismo, prevenir violências e garantir direitos. Na segunda fase, atuação de forma mais incisiva no combate aos homicídios de jovens negros, saindo um pouco do âmbito da prevenção e, na terceira fase, existe o movimento de retomar o plano, fortalecendo a sua gestão e contratando consultores, chamando-o, inclusive, de Novo Plano Juventude Viva, frente a uma suspensão, ocorrida entre 2014 e 2016 (BRASIL, 2018).

Nota-se que o plano é paralisado justamente quando se propõe a ser mais incisivo em suas ações, pressionando instâncias e órgãos diretamente ligados ao sistema de justiça, combatendo impunidades. Havia a intenção de um acompanhamento das ações do legislativo de fortalecer ouvidorias e de atuar junto aos sistemas prisionais e socioeducativos (BRASIL, 2018).

O documento aqui descrito encerra-se com a seguinte pretensão:

A meta central do Novo Plano Juventude Viva é a redução em 15% no número de homicídios contra jovens negros e negras em 4 anos, com ações embasadas em três eixos: 1) Gestão do Novo Plano Juventude Viva 2) Direitos e Proteção nos Territórios 3) Justiça e Segurança Cidadã para Jovens Negros (BRASIL, 2018, p. 44).

Por conseguinte, é notório, que apesar dos avanços a níveis de políticas públicas, amadurecimento e atuação dos movimentos sociais, especialmente, do movimento negro, entre eles a Coalizão Negra Por Direitos, aquela conotação racista do jovem enquanto um ser delinquente está presente nas narrativas sociais atuais: “vamos reduzir a maioria penal”, ‘bandido bom é bandido morto” tanto quanto o jovem como um sujeito de direitos, numa perspectiva racial e constitucional (BRASIL, 2018).

E é nessa disputa de narrativas que continuamos gritando, propondo, construindo e denunciando o racismo nas suas mais diversas facetas, ao passo, que reconhecemos a importância de fortalecer e articular espaços de saúde, cuidado e afeto, a partir das singularidades e demandas do nosso povo. Precisamos efetivar uma Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN.

#### 4.1.2 Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - PNSIPN, instituída pela portaria n. 992, de 13 de maio de 2009, do Ministério da Saúde (MS), é uma conquista, produto da organização e reivindicação dos movimentos negros na luta pelo enfrentamento e reconhecimento do racismo enquanto determinante social para as desigualdades sociais e condições de saúde (BRASIL, 2013).

Sua elaboração dar-se a partir da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP), por meio do Comitê Técnico de Saúde da População Negra que constrói uma interlocução mais efetiva com os movimentos sociais e, posteriormente, consegue a aprovação do documento no Conselho Nacional de Saúde.

A população negra vive em constante luta pela cidadania, desde o período colonial, época de grande exploração e violência para o povo negro. Desde lá, esse segmento populacional constrói suas bases de resistência, através de quilombos, do conhecimento africano, de estratégias de fugas e articulações políticas e sociais. A Frente Negra Brasileira de 1931 foi um desses movimentos de auto-organização,

fundada pós abolição, diante da percepção e constatação da negação de direitos ao povo negro e da falácia de uma democracia racial no Brasil (BRASIL, 2013).

Outra grande marca de resistência, luta e organização popular foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), que possibilitou o delinear do Sistema Único de Saúde – SUS, a presença ativa e atuante do movimento negro, a introdução de pautas ligadas a reforma sanitária e a disputa, por vez e voz, também dos povos indígenas, demarcando a necessidade de um modelo de atenção à saúde diferenciado e específico (BRASIL, 2013).

A PNSIPN convoca a sociedade e as trabalhadoras e trabalhadores do SUS, para o combate ao racismo institucional presente nos serviços e nas instituições de saúde, ao passo que demarca que a população negra sofre, em maior grau, de algumas doenças e agravos, tais quais: anemia falciforme; diabetes (a maioria em homens negros); hipertensão arterial; deficiência de glicose 6-fosfato desidrogenase; agravos no âmbito da saúde mental (maior índice de suicídio); maior exposição a diversas formas de violência (policial, obstétrica, homofobia, transfobia, intolerância religiosa...), que levam a um número maior de óbitos, sobretudo, da juventude negra periférica, demonstrando, inclusive, uma expectativa menor de vida em relação ao restante da população (BRASIL, 2013).

Sua operacionalização foi pensada a partir de uma comissão de gestão tripartite, pactuada para acontecer no âmbito federal, estadual e municipal. E se efetiva a partir de ações como a educação permanente (já preconizada no SUS), na qual deve estar presentes temas sobre racismo e a saúde da população negra. Como também, fortalecer a participação do movimento negro dentro do SUS e nos espaços deliberativos; estimular a produção de conhecimento científico e tecnológico sobre saúde da população negra e o aprofundamento do debate em termos acadêmicos e científicos, para qualificar o debate em termos sociais e políticos (BRASIL, 2013).

Além disso, para efetivar a sua implementação faz-se necessário, dentre outras atuações, respeitar e incluir as práticas e saberes populares, abarcando aquelas mantidas pelas religiões de matrizes africanas e:

Garantir e ampliar o acesso da população negra do campo e da floresta, em particular as populações quilombolas, às ações e aos serviços de saúde; Incluir o tema Combate às Discriminações de Gênero e Orientação Sexual, com destaque para as interseções com a saúde da população negra, nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde e no exercício do controle social; (...)Aprimorar a qualidade dos sistemas de informação em saúde, por meio da inclusão do quesito cor em todos os instrumentos de coleta de dados adotados pelos serviços públicos, os

conveniados ou contratados pelo SUS; Melhorar a qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, processamento e análise dos dados desagregados por raça, cor e etnia; Identificar as necessidades de saúde da população negra do campo e da floresta e das áreas urbanas e utilizá-las como critério de planejamento e definição de prioridades (...)(BRASIL, 2013, p.19-20).

Entretanto, apesar de ser uma política com mais de dez anos, ela apresenta poucos avanços na sua implementação, sobre a qual pesquisas “sugerem que o ciclo da PNSIPN está incompleto” (CHEHUEN NETO et. al., 2015, p. 1915), o que impede um monitoramento e avaliação dos impactos positivos na redução das iniquidades em saúde.

Segundo um estudo realizado por Chehuen Neto et. al., (2015), no município de Juiz de Fora - MG, das 391 pessoas negras entrevistadas e usuárias do SUS, 90,5% não sabiam da existência de uma política específica que seja capaz de fazer frente e mitigar o sofrimento gerado pelo racismo, ao passo que 53% da amostra afirmaram já ter sofrido uma possível discriminação ao utilizar o serviço público em saúde.

Vale destacar ainda, que para o quesito raça/cor da pele fosse levado em consideração na análise da situação epidemiológica da COVID-19, foi preciso existir cobranças da Coalizão Negra, do Grupo Temático Trabalho Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e, da Sociedade Brasileira de Médicos de Família e Comunidade, pois não apareceu nos primeiros boletins epidemiológicos (SANTOS et. al., 2020); além do mais “os desdobramentos da pandemia da Covid-19 numa sociedade estruturada pelo racismo penaliza grupos vulneráveis, especialmente entre pessoas negras” (SANTOS et. al, 2020, p. 230).

Contudo, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN)- embora transversal, pois dialoga com diversas outras políticas dentro do Ministério da Saúde- ela é considerada uma política do SUS, uma política especialmente da saúde, apesar, de sutilmente, fazer menção à outras áreas correspondentes (BRASIL, 2013). E o que a Assistência Social tem a ver com a saúde?

#### 4.1.3 SUS e SUAS: aproximações e distanciamentos

A Política Pública Nacional de Assistência Social (2004), possui direcionamentos que se assemelham ao Sistema Único de Saúde, tendo à família como núcleo de

atendimento e estando atrelada à atenção psicossocial e ao cuidado integral aos sujeitos a partir dos seus territórios. Segundo Oliveira (2014, p. 38), o SUAS

reproduz toda a lógica no SUS, especialmente no que se refere aos já citados princípios, às diretrizes e à gestão participativa, com comando único e descentralizado. Isso reflete uma proposta de funcionamento das políticas articuladas em rede não só em seu interior, mas na relação de uma política com as demais.

Demarcar essas semelhanças entre SUS e SUAS, significa ampliar a nossa compreensão de saúde/doença para nela incluir tudo aquilo que transita no campo do direito, como necessidade social, desde acesso a moradia, saneamento básico, educação, lazer, segurança alimentar..., como também espaços de escuta, acolhimento e orientações qualificadas para resoluções de demandas e conflitos sociais.

É nesse sentido que o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, apelidado de a “Casa das Famílias”, propõe-se a ser o dispositivo que representa a proteção básica do SUAS, problematizando e tensionando a teia social na garantia e defesa de direitos básicos; assim como a unidade básica de saúde – UBS simboliza a atenção primária à saúde no SUS. Entretanto, o SUAS ainda é uma política pública pouca conhecida e debatida como objeto de estudo científico/acadêmico.

Reivindicar esse lugar de estudo é extremamente importante para o aperfeiçoamento da política, sobretudo, no que tange aos “vícios”, posturas obsoletas e o reforço, muitas vezes, das desigualdades e desproteção social sofridas, historicamente, pelo povo preto. Saucedo (2018, p. 42) nos diz que:

A subjugação, o confinamento de negros e de negras nas camadas sociais e econômicas mais baixas, a violação de seus direitos, as violências múltiplas, a negação da sua condição de humanidade, a privação de liberdade, as iniquidades em saúde, o repúdio de seus conhecimentos e contribuição para formação social vêm se perpetuando em processos nocivos.

De modo que a juventude negra periférica é um dos maiores alvos desses mecanismos de violência e exclusão, ou dito de outra forma, objeto da política de extermínio de um “Estado que determina quem deve viver e quem pode morrer” (MBEMBE, 2016, p. 123). E quais as estratégias desses jovens para não sucumbirem ao adoecimento mental e continuarem resistindo em seus territórios? Quais possibilidades de ser e existir, com saúde e dignidade, nossos jovens estão tendo acesso?

Para contribuir na construção desse pensar faremos uso da psicologia preta e da psicologia social/comunitária, tendo como metodologia as trajetórias de vida desses jovens. Veiga (2019, p. 244) nos alerta que “o sofrimento psíquico não é da ordem da intimidade, ele é político” e acrescenta:

Como psicólogo, me interessa sobremaneira a descolonização do inconsciente. Nosso inconsciente é colonial. O sucesso da colonização se baseia na capacidade não apenas de colonizar territórios geográficos, mas na capacidade também de colonizar territórios existenciais, o inconsciente. Racismo, machismo, lgbtfobia são produtos da máquina colonial de produção de subjetividade, produtos que operam um corte na realidade e que dividem o mundo num arranjo que compõe quem exerce violência e quem a sofre. Opressão do branco sobre o negro, do homem sobre a mulher, do cis sobre a/o trans, do hétero sobre o homossexual. Este mundo tal como o conhecemos se funda na violência (VEIGA, 2019, p. 244).

Nessa perspectiva, enquanto psicóloga, quando escutamos a trajetória de uma/um jovem negra/negro não é só uma história individual que está sendo narrada, mas coletiva, com elementos históricos de dor, violência e também de desejos de liberdade, de estratégias “de fuga”, de cicatrização de feridas. Quando a profissional que escuta também é negra esse encontro produz cura, e apresenta-se como estratégia de aquilobamento (VEIGA, 2019, p. 248).

Cabe ressaltar, que o racismo institucional traz consigo uma escassez, proposital, de estratégias singulares para cuidar da saúde mental, física e política dos nossos jovens, tornando políticas públicas, como o SUAS, inexpressiva para esses usuários e, “para pensar soluções para uma realidade, devemos tirá-la da invisibilidade” (RIBEIRO, 2019, p. 30).

Logo, é preciso reconhecer e denunciar tais violências/invisibilidades, para a partir daí construirmos espaços que efetivamente contribuam para a construção positiva de uma identidade negra e de sentimentos de pertencimento, com metodologias que abarquem a diversidade social e que reconheçam o protagonismo e o poder da nossa juventude. “É certo que só nós negros e negras sentimos o racismo com sua pungente dor e somos nós que devemos protagonizar a produção de conhecimento acerca dele, trazendo dessa experiência existencial nossa própria perspectiva” (SANTOS, 2017, p. 164).

## 4.2 Psicologia no SUAS (Diretrizes e normas)

A psicologia, ao longo dos anos, enquanto ciência e profissão, vem construindo e amadurecendo seu arcabouço teórico-vivencial, compreendendo a necessidade de uma expansão ética e normativa do fazer profissional, nas diversas possibilidades de atuação da psicologia, para além da área clínica (de consultório).

Nessa perspectiva, em 2006, foi criado o CREPOP - Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas, empreendimento do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia, com o objetivo de, a partir de consultorias públicas destinadas a profissionais da área, desenvolver referências técnicas de orientações e direcionamentos para a psicologia nas diversas políticas públicas e segmentos populacionais (CREPOP, 2007).

Desse modo, demarcamos e problematizamos aqui, de forma geral, dois documentos: a Cartilha de Referências Técnicas para Atuação do/a Psicólogo/a no CRAS/SUAS – 2007 e a Nota Técnica com Parâmetros para Atuação das (os) Profissionais de Psicologia no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – 2016, este último, uma complementariedade do documento anterior e uma construção da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social – CONPAS.

Segundo dados do CENSO SUAS 2019 e apresentado no site do CONPAS<sup>13</sup>, cerca de 24.800 psicólogas e psicólogos, no Brasil, atuam no contexto da Política de Assistência Social. Esse número cresceu e vem crescendo, sobretudo, após a obrigatoriedade da/do psicóloga/o compor as equipes de referência dos equipamentos da Assistência Social, resolução CNAS nº 17 de 20 de junho de 2011 (CONPAS, 2016).

Ambos os documentos, Cartilha e Norma Técnica, discorrem sobre uma atuação multidisciplinar e interdisciplinar, com o incentivo para a construção de um novo saber, oriundo da interação com as diversas categorias profissionais e das necessidades e observações advindas da prática nos territórios (CREPOP, 2007; CONPAS, 2016).

Além disso, romper com um passado de assistencialismo e caridade que outrora esteve presente no fazer da atuação socioassistencial, e conseqüentemente,

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://conpas.cfp.org.br/comissao/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

olhar o sujeito como um sujeito de direitos, participante de uma política pública que se forja na comunidade e para a comunidade (CREPOP, 2007; CONPAS, 2016).

Soma-se a isso, a desconstrução de práticas estigmatizantes, psicologizantes e culpabilizadoras; o trabalho em rede (intersectorialidade); a construção e o fortalecimento dos fóruns de usuários; as ações e atividades coletivas e contínuas; o diagnóstico socioterritorial; as escutas qualificadas com foco no fortalecimento da autonomia dos sujeitos e as inovações metodológicas (CONPAS, 2016).

Cabe acrescentar, ainda, o trabalho com povos indígenas e comunidades tradicionais e a observância de temas e projetos ligados “aos movimentos sociais de grupos étnico-raciais, religiosos, de gênero, geracionais, de orientação sexual, de classes sociais e de outros segmentos socioculturais” (CREPOP, 2007, p. 14).

Em outro aspecto, as/os profissionais da psicologia também são convocadas/os a se fazerem presentes na gestão do SUAS, ocupando espaços de liderança e deliberações, atuando por melhores condições de trabalho, educação permanente, aprovações de planos de cargos e carreiras para as trabalhadoras e trabalhadores, na consolidação dos dados da vigilância socioassistencial, na gestão participativa e na defesa de um SUAS cada vez mais justo e democrático, conforme a NOB-RH/SUAS, 2006 (CREPOP, 2007).

Para tanto, deve-se atentar a toda uma legislação documental e constitucional de acúmulo histórico na luta por direitos, sobretudo, das pessoas em vulnerabilidade social, material, relacional, tanto dentro da assistência, como de áreas afins, entre elas:

Constituição Federal – 1988; Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS/1993; Estatuto da Criança e Adolescente – ECA/1990; Plano Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Política Nacional do Idoso – PNI/1994; Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência – NOB-SUAS/2005; Novo Código Civil (CREPOP, 2007, p. 24).

Outro documento também de iniciativa do CREPOP é o “Relações Raciais: Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas/os”, de 2017, um ganho proporcionado pela atuação do movimento negro junto aos conselhos de psicologia.

Tal documento versa sobre: o “mito da democracia racial” e o branqueamento, o racismo em três dimensões: estrutural, interpessoal e pessoal; o movimento negro no Brasil, na psicologia, a formação e atuação deste profissional na desestruturação e enfrentamento do racismo e na promoção da equidade (CREPOP, 2017).



Circunscrito na compreensão de que toda a luta de mulheres e homens negros e negros é uma luta histórica e cumulativa, a referência técnica das relações raciais para a psicologia também sucede outros documentos, discussões e marcos legais, entre eles: a Resolução nº18/2002, que regulamenta o problema da discriminação dever ser tratado no campo profissional dos psicólogas(os). Os anos 2000 é reconhecido como o momento em que o Conselho Federal de Psicologia volta-se para pauta racial (CREPOP, 2017). O documento “Relações Raciais: Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas/os (2017)”, informando que é uma construção ofertada a todas/todos as psicólogas e psicólogos, reivindicando que os temas raça e racismo sejam abordados de forma transversal na formação profissional e que saibamos fortalecer e avaliar o compromisso e a resolutividade das políticas públicas no trabalho relacionado à temática (CREPOP, 2017).

Para se trabalhar a pauta das questões étnico-raciais, pela psicologia, convocamos a honrar os que vieram antes de nós e mencionar contribuições teóricas e analíticas no campo da psicologia, entre elas, a obra Tornar-se Negro (1983) de Neusa Santos; Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil (2002), além dos trabalhos de Kabengele Munanga (2004) e Frantz Fanon, dentre outros (CREPOP, 2017).

Demarca ainda, neste documento, que quem mais sofre racismo no Brasil são negros e indígenas, e que o racismo opera, conjuntamente, com outros marcadores sociais, tais quais gênero e classe. Há uma criminalização e hipersexualização dos corpos negros e negras, a exemplo das mulheres negras que são preteridas nos relacionamentos, e temos uma população branca que possui o capital, o poder político e, conseqüentemente, as melhores condições de vida (CREPOP, 2017). Ao pensarmos e produzirmos conhecimento através da história de vida de jovens negras/os, devemos nos debruçarmos sobre a operacionalização dessas diversas variáveis e sua manifestação dentro das estruturas das políticas públicas, para potencializar cuidado e resistência e para reduzir vulnerabilidades e adoecimentos.

## 5. VULNERABILIDADE SOCIAL, RESISTÊNCIAS E ADOECIMENTOS NA TRAJETÓRIA DE JOVENS NEGRAS/OS PERIFÉRICAS/OS DE JUAZEIRO/BA.

O Estado não possui apenas uma definição/função “cortês” de zelar pelo bem comum, materializar as vontades e os anseios populares etc., “Estado é “relação material de força” ou uma forma específica de exercício do poder e de dominação” (ALMEIDA, 2020, p. 91). Dominação esta alicerçada no desenvolvimento do capitalismo, permitindo a liberdade individual no exercício da troca mercantil, entre livres e iguais, regidos perante a lei e com direitos a propriedade privada. Produzindo neste processo (como forma de manter a ordem), a assimilação “pacífica” das diversas contradições, a dominação dos corpos, a coerção física e, não menos importante, as ideologias que as justifiquem (ALMEIDA, 2020). Portanto, o Estado é um poder político que “joga e que se abstém”, se caracterizando, nas palavras do filósofo como “centralizado, impessoal e que é visto como separado da sociedade” (ALMEIDA, 2020, p. 91).

Sodré (2023), em sua aula intitulada: “A liberdade de ser infeliz onde e como queira”, afirma que depois do domínio direto do senhor sobre o negra/o escravizada/o,

começa um outro domínio, o das condições de produções sociais regidas pela mercadoria. Começa o domínio do capital. A libertação do escravo se dá no quadro de substituição do controle do trabalho humano pelo fetichismo da mercadoria. O fetichismo da mercadoria é a ocultação do poder da mercadoria. Entra em cena um novo senhor, não é mais o homem concreto de chicote na mão e o seu escravo submisso. Esse novo Senhor é o capital e a mercadoria, que é indiferente a qualificação humana do liberto (informação verbal).<sup>14</sup>

Um/a liberto/a ao qual não foi garantido/a nenhum mecanismo de reparação ou estratégias de atenuar os danos severos do regime escravista, nem a níveis concretos e econômicos, nem a níveis de representações sociais outras e de fomento de conceitos e ideologias de cunho democráticos e inclusivos (CARNEIRO, 2023).

E, desse modo, qual a cor dos senhores que detém o capital? Qual a cor dos que detém a sapiência para a produção das mercadorias? E a quem serve o lucro das mercadorias produzidas? Sodré (2023) apresentando princípios e conceitos de Luís

---

<sup>14</sup> Fala do prof. Muniz Sodré, no curso Ler o Brasil, Casa Sueli Carneiro, módulo 02, 7/2/23 a 7/3/23 – Muniz Sodré: O conceito de liberdade a partir de Luis Gama, aula 01 – “A liberdade de ser infeliz onde e como queira”, 2023.

Gama, advogado abolicionista, afirma que saímos “de uma estrutura social escravista para a forma social escravista, constituída pelo racismo (informação verbal)<sup>15</sup>”.

São com bases nestes pressupostos que afirmamos que o racismo é a base, o pano de fundo sobre o qual se subscreve as demais opressões. Neste escrito, a raça vem primeiro, como estrutura histórica e analítica de compreensão da realidade. E como nos ensina Davis (2011, p. 08) “raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe”. De modo que a intersecção: raça, classe, gênero, seguida de outros marcadores como religião e território (território como local de moradia – periferia) só podem ser sentidas, numa perspectiva afetiva, subjetiva e visceral, servindo para a construção de instrumentos/tecnologias, eficazes e eficientes, no cuidado para com o povo negro se estivermos dispostos a ouvir suas histórias, dores e potencialidades, que forjaram os caminhos de sobrevivência, as rotas de fuga para uma liberdade clandestina.

Dividiremos as narrativas de vida das/dos jovens participantes da pesquisa em três grandes núcleos de sentido sobre: *vulnerabilidade social, adoecimentos e mecanismos de exclusão; resistências: recursos políticos, afetivos e culturais/processos de cura e, necessidades específicas das/dos jovens negras/negros do bairro Tabuleiro*). Utilizamos a vulnerabilidade social, o racismo e a interseccionalidade como conceitos analíticos das narrativas das/dos jovens seguidas de teorias outras que julgamos pertinentes sobre o assunto.

## 5.1. AS VÁRIAS FACETAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL

Ao utilizarmos o conceito de vulnerabilidade social estamos reconhecendo diversos elementos que impelem grupos específicos para situações de risco social e/ou violação de direitos, tendo o racismo como o precursor dessas exclusões. Dito de outra forma, reconhecemos que vulnerabilidades sociais e violências não são intrínsecas aos sujeitos, mas produtos das relações sociais e dos mecanismos de desigualdade e exclusão presentes em uma sociedade racista e, conseqüentemente, observadas nas trajetórias de vida de jovens negras/os da periferia.

---

<sup>15</sup> Muniz Sodré. Aula 02 - A diferença entre sociedade escravista e a forma social escravista, 2023.

Cançado et al. (2014) se dedicaram a analisar o conceito de vulnerabilidade apontando diversas definições, sua multicausalidade e expansão ao longo dos anos.

Segundo as/os autoras/es:

Uma das grandes contribuições do termo consiste na superação de análises simplórias referentes à pobreza, isso porque se trata de uma qualidade heterogênea, tornando-se necessário compreendê-la pelo entrecruzamento de seus fatores multicausais. Falar em riscos sociais não se restringe a situações de pobreza, mas está associado a um amplo espectro de situações, como o desemprego, dificuldades de inserção social, enfermidades, violência, etc (CANÇADO, C. et al., 2014, p. 02).

Vulnerabilidade social surge como conceito na década de 90 e tem suas raízes nas discussões e tensionamentos da luta de classes, sobre desigualdades sociais produzidas na estrutura de uma sociedade capitalista, com pensadores como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim (CANÇADO et al., 2014).

Carmo e Guizardi (2018, p. 05), partem da tradução etimológica da palavra vulnerabilidade com vocábulos em latim, sendo que a junção dos seus significantes formaria algo próximo a “suscetível de ser prejudicado/lesado/ferido” (p.05). Segundo as autoras, vulnerabilidade foi incluída na estrutura das políticas públicas da seguridade social com o objetivo de orientar e ampliar a sua efetividade, contribuindo para um olhar mais integral sobre o sujeito, seu território e necessidades.

Este conceito vem sendo compreendido como falta de acesso a esquemas de oportunidade presentes nas estruturas sociais; precariedade de alguns indivíduos, grupos ou famílias em possuírem recursos para enfrentarem situações de risco, gerando perdas de bem estar social. Vulnerabilidade também definida como uma relação desigual entre seus recursos materiais, simbólicos e culturais e os esquemas de oportunidade do território onde residem, comprometendo ou impedindo, a ascensão social destes (VIGNOLI, 2001; BUSSO, 2001; MOSER, 1998 apud CANÇADO. C. et. al. , 2014).

Para a área da saúde, ao romper com o paradigma de saúde enquanto ausência de doenças, o termo vulnerabilidade entra em cena para colaborar na incorporação do entendimento de diversos fatores na promoção e proteção à saúde, tais quais: saneamento básico, trabalho e renda, alimentação e acesso a bens e serviço, ampliando, inclusive, as ações e potencialidades da política de saúde (CARMO, GUIZARDI, 2018).

Já em relação a Política Nacional de Assistência Social – PNAS em movimento de rompimento com o paradigma assistencialista, ainda em curso, vulnerabilidade

ganha status de que para além da pobreza ou ausência do acesso a renda, analisa-se as fragilidades de vínculos afetivos – sociais - comunitários e restrições de acesso a equipamentos sociais públicos (CARMO, GUIZARDI, 2018).

Como produto consensual entre as duas políticas, existem grupos e indivíduos mais suscetíveis a danos sociais e desvantagens em conseguir mobilidade social. A problematização de tal conceito tem como um dos objetivos, tensionar o Estado a garantir proteção social levando em consideração a multicausalidade da vulnerabilidade. Efetivando a equidade social no delinear e na oferta das políticas públicas e combatendo compreensões que colocam nas famílias e seus membros a responsabilidade, única e determinante, de situações de injustiça social (CARMO, GUIZARDI, 2018).

Logo, mensurar vulnerabilidade social perpassa por considerar variáveis quantitativas e qualitativas de grupos sociais específicos em relação ao capital físico e humano e também capital social. Desse modo, dados censitários (IBGE, DATASUS), bem como, intercruzamento de renda *per capita*, composição, responsável, tipos e tamanhos de núcleos familiares, características do domicílio, aspectos socioeconômicos do território de moradia, acesso a emprego, renda e lazer, dentre outros, podem ser utilizados como indicadores de vulnerabilidade social, como ocorre na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, sobretudo, através do CADÚNICO (CANÇADO et. al., 2014).

Outro recurso que soma-se aos demais, é o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), que avalia e trabalha com variáveis de violências e exclusões direcionadas a população juvenil, formado por: taxa de mortalidade por homicídio da população masculina e feminina, percentual de jovens fora da escola e de mães adolescentes e suas taxas de nascidos vivos entre outros aspectos, articulando-os com a raça/cor da pele destes jovens (CANÇADO et. al., 2014).

Existe essa problematização da vulnerabilidade juvenil por considerá-la um grupo de risco, mediante algumas características, entre elas, o tensionamento da economia na geração de novos postos de trabalho, com a contrapartida da exigência de atributos sociais para o pleito das vagas, maiores taxas de mortalidade por causas externas e influências do ambiente social para que performem certos protocolos e expectativas do ser adulto, sem levar em consideração o enfrentamento dos riscos sociais para alcançar tal feito (CANÇADO. C. et. al. , 2014).

Na mesma direção Carmo e Guizardi (2018) debatem a presença e utilização do termo vulnerabilidade nas políticas SUS e SUAS a partir de um estudo de revisão da literatura com trabalhos que abordassem o tema vulnerabilidade e cidadania e vulnerabilidade e seguridade social. O método de busca, espontaneamente, apresentou uma produção acadêmica concentrada entre os anos 2000 e 2014.

Neste estudo vulnerabilidade, aparece em maior número nas Ciências Sociais, Assistência Social e Psicologia, com trabalhos mais direcionados a ciclos de vida e, coincidentemente, com maior destaque para temáticas relacionadas a adolescência/juventude, seguida da terceira idade (velhice). Na pesquisa, vulnerabilidade é debatida, em grande maioria, em trabalhos relacionadas a desastres ambientais, população de rua, adolescência, famílias – atreladas a perspectiva de gênero e inclusão produtiva.

Cançado et al. (2014, p. 15) ainda pontuam a vulnerabilidade relacionada ao território (espaço geográfico) alertando que entender essa faceta da vulnerabilidade social perpassa por compreender e considerar “os processos de periferização e segregação espacial, sobretudo da população de baixa renda”.

Faz-se presente também uma vulnerabilidade no âmbito jurídico, onde grupos específicos, apesar de terem seus direitos garantidos legalmente, em estatutos e na própria constituição, através de luta e organização dos movimentos sociais, são invisibilizados e impedidos de exercê-los. Em síntese, vulnerabilidade social abrange “questões econômicas, políticas, territoriais e culturais” (CANÇADO et. al., 2014, p. 16). De igual maneira, defende-se neste estudo, que vulnerabilidade social abarca, de forma expressiva, questões étnico-raciais.

Questões estas, materializadas em dados científicos e censitários ao observamos que “embora o Brasil possua a maior concentração de população negra fora da África” (SILVA, 2000 apud ARAUJO et.al., 2009, p.384), “este grupo social está desproporcionalmente representado em posições de poder e, do ponto de vista econômico e social, é mais pobre e menos instruído, em termos educacionais, que o restante da população brasileira” (FIBGE, 2002 apud ARAUJO et.al., 2009, p.384).

Carneiro (2023) aponta, na história do Brasil, o “mito da democracia racial” e a apologia a miscigenação como vetores para o ocultamento do racismo. Desse modo, “somente a partir dos anos noventa, o Brasil passou a reconhecer a existência de diferença racial como um dos fatores de desigualdade social” (ARAUJO et.al., 2009, p.384).

Ainda segundo a análise de Carneiro (2023), tomando como base o pensamento de Carlos Hansenbalg (1942-2014) existiriam duas matrizes teóricas (ou ideológicas) “atrasando” em quase cem anos, pós abolição da escravatura, políticas de combate ao racismo e de ações afirmativas, são elas:

- Mito da democracia racial. Segundo Hansenbalg o mito resulta em uma poderosa construção ideológica cujo principal efeito tem sido manter as diferenças interraciais fora da arena política, criando severos limites às demandas do negro por igualdade racial;
  - E a força do pensamento de esquerda, na configuração do pensamento social brasileiro – um pensamento que ao privilegiar a perspectiva analítica da luta de classes para a compreensão das nossas contradições sociais, tornam secundárias as desigualdades raciais, obscurecendo o fato da raça, social e culturalmente construída, ser determinante, inclusive, na configuração das hierarquias sociais no Brasil(...)
- As duas matrizes ideológicas citadas tem em comum a minimização, o não reconhecimento ou a invisibilização na intersecção de raça para as questões dos direitos humanos, da justiça social e da consolidação democrática e permanecem atuantes como elementos que dificultam a inserção da erradicação das desigualdades raciais como prioridades nas políticas públicas (informação verbal).<sup>16</sup>

Ao passo, que são os movimentos negros e de mulheres negras as grandes responsáveis pela defesa de uma agenda política que prime pela promoção da igualdade racial, fazendo com que, desde a constituinte de 1988, direitos sejam processualmente conquistados nas arenas de disputa, bem como, o delinear e a ampliação de políticas públicas (CARNEIRO, 2023).

Dessa forma, faz-se necessário reafirmar que “raça/cor deve ser compreendida, não do ponto de vista biológico, mas como variável social que traz em si a carga das construções históricas e culturais, representando um importante determinante da falta de equidade em saúde entre grupos raciais” (ARAÚJO et.al., 2009, p.384) e nas demais conjunturas políticas da sociedade brasileira.

### 5.1.2 Adoecimentos/mecanismos de exclusão

Um ponto que nos chama a atenção nos relatos das/os jovens, diz respeito ao espaço geográfico do bairro, constituinte de desigualdade social, em que ruas específicas apresentam um nível maior de violência, com maior brutalidade policial,

---

<sup>16</sup> Fala da profa. Sueli Carneiro, no curso Ler o Brasil, Casa Sueli Carneiro, módulo 03, 8/3/23 a 5/4/23 – Sueli Carneiro: “A luta por igualdade racial no Brasil (1985- 2022), aula 2 – “Desigualdades raciais e a produção de políticas públicas na história recente do Brasil”, 2023.

tráfico de drogas e assassinatos, em detrimento de outras. Essas ruas são as mais precárias, sem infraestrutura básica e exatamente as mais periféricas, as mais distantes do “núcleo central” do bairro que comporta as: escolas, praça CEU, ponto de ônibus, asfalto, grandes comércios/empreendimentos, dentre outros.

As coisas ruins... como eu falei no início, violência. É muita violência. Muita mesmo! É...principalmente lá pro lado onde eu moro. É muita violência. E muita morte (ZEFERINA, 2022).

Na mesma direção o Luís Gama afirma:

Coisas boas? Boa num tem, não. Esse Tabuleiro... antigamente quando eu cheguei aqui era de paz, mas agora... uma violência do cabrunco, uma, um mata-mata. Tu é doido, homi... Quando eu cheguei aqui era em paz, mais agora? Mataram um lá perto de casa, do lado de casa. Tu é doido. Matança demais...Eu ouvi, assim... Oxe... Logo logo eu tô saindo fora daqui, pra ir pra São Paulo. Foi um ex-colega meu. Deveno... tava deveno coisa pra ele, num quis pagar, ele foi lá e matou (LUÍS GAMA, 2022).

Maria Felipa (2022) também demarca como a sua rua traz o estigma contundente do racismo e, portanto, com cenas frequentes de violência policial:

E teve um outro fato que ocorreu, também com meu... quando, depois que eu saí de casa, é, teve uns seres humanos, que roubaram uns objeto por aí, e aí, os policiais foram procurar, e aí, da rua 12 em diante...[inaudível]... daqui do bairro Tabuleiro, considerada a invasão, é considerado a parte mais perigosa, a parte onde só ia... onde só mora pessoas ruins, as pessoas que não presta. Que “dizem”, né? Entre aspa. E a gente morava lá do lado da rua 14, que era a parte mas, onde tem esses povo, assim, que mexe com essas coisas errada. E aí, os policiais invadiram nossa casa, e espancou o meu esposo. Eu tava, eu acho, que gestante do meu filho, eu acho que tinha um pra dois meses. E isso me feriu muito, porque, é... eu tenho um pouco de conhecimento, no... no... no artigo aí, o direito dos cidadãos... a gente não pode ser tratado assim, isso é um tratamento desumano. Dos policiais chegar na sua, e já chegar lhe espancando, lhe maltratando. É, por mais que você seja uma pessoa negra, tatuada, que se vista como essas pessoas, é, que não age corretamente com a sociedade, num é que... não quer dizer todas aquelas aparência, a que... todas as pessoas sejamos iguais. E meu esposo, ele, por mais que... ele aparente, ele é uma pessoa completamente correta. Ele trabalha, ele parou de estudar por conta da correria, e agora que ele é pai, aí ele parou de estudar, e aí, tá só no trabalho mesmo, cuidando do filho, meu esposo nunca foi desse negócio de mexer com coisa errada, graças a Deus! Mas, por conta da estética, né? Que todo mundo gosta de julgar o livro pela capa, às vezes... o policial... ele já chegou, dele chegar na porta de casa, e o policial mandar ele ir pro meio da rua, pra... pudê fazê, é... pra coisar ele... esqueci o nome (revistar). É isso! Pra... porque... a pessoa viu ele conversano com outra pessoa suspeita, e achou que ele também fazia parte daquilo. Então... a segurança, é... tem pessoas que têm segurança, mas nós que vive nessa área, a gente não consegue se senti muita segurança, não. A gente acaba sendo ferida pela própria segurança (MARIA FELIPA, 2022).



Nos relatos acima, como pontua Sposati (2006), território, cor da pele, migração, cidadania, pobreza são componentes das manifestações de exclusão social. Onde o Estado age com desumanização sobre corpos negros. Faz parte da regulação do Estado gerenciar a morte, desenvolver mecanismos de extermínio/genocídios de maneiras variadas e mutáveis, mas tendo como fundamento o racismo (MBEMBE, 2016). Seria a necropolítica “formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte (Idem, p.146)”, definindo “quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é (Idem, p. 135).

No Brasil, 75% da população mais pobre é negra e os negros são mais de 54% da população e, uma parcela considerável deste público mora nas periferias, encostas e ocupações, demonstrando o tamanho da desigualdade racial no país<sup>17</sup>. Isto também fica explícito no bairro Tabuleiro, conforme média salarial das/dos jovens moradores do bairro, apresentada anteriormente. Esse quadro de disparidades sociais foi desenhado com a participação do estado brasileiro, sobretudo, quando as primeiras medidas/leis/decretos/políticas públicas pós abolição tinham como objetivo a segregação e o isolamento da população negra “liberta” (CARDOSO, 2022). “Não houve reforma agrária para o ex-escravo” (informação verbal).<sup>18</sup>

Milton Santos (2009) se propôs a realizar uma discussão sobre a relação da expansão da urbanização, com o ritmo e proporção do aumento da pobreza, demarcando ser este um tema atual por atingir diversos países, especialmente, os subdesenvolvidos. No bojo dessa problematização, alerta sobre os perigos de uma compreensão limitada do conceito de pobreza, sobretudo, aquelas baseadas em dados estatísticas, formulados por teorias e conceitos sobre outras realidades, que não são dos países considerados subdesenvolvidos, a partir de ideias pensadas e concebidas para os países do ocidente.

Na compreensão de Milton Santos (2009) o fenômeno da pobreza é complexo formado por múltiplas variáveis e a estatística é apenas um dos vários instrumentos de análise. A pobreza está posta historicamente, portanto, completamente mutável e

---

<sup>17</sup> Disponível em: < <https://exame.com/economia/o-tamanho-da-desigualdade-racial-no-brasil-em-um-grafico/>>. Acesso em: 28 de mar. de 2023.

<sup>18</sup> Fala do prof. Edson Cardoso, no curso Ler o Brasil, Casa Sueli Carneiro, módulo 01,16/11/22 a 14/12/22 - Edson Cardoso: A mancha indelével da cor: uma aproximação às questões raciais no Brasil, aula 2 – “Políticas reparatórias e compensatórias”, 2022.

atrelada ao tempo da sociedade que está em debate. A Pobreza extrapola as linhas econômicas, se configurando como um problema sociohistórico e estrutural.

No entanto, desde a segunda guerra mundial, sob a vigência de concepções de planejamento, crescimento, expansão, que adentraram o que chamavam terceiro mundo, a pobreza ficou invisibilizada como produto e consequência da dinâmica global. Sob uma intensa condição de pobreza urbana vivem milhões de indivíduos, em situação de extrema privação de recursos para subsistirem em seus modos de vida, em uma sociedade dividida em classes (SANTOS, 2009).

A divisão em classes sociais desdobra-se para as cidades, materializadas nas configurações dos bairros (elite e periferias urbanas) e dentro do próprio bairro, com no Tabuleiro, onde a classe social é hierarquizada por ruas. Milton Santos (2009) advoga que um discurso meritocrático de que com esforço pessoal/individual você pode realizar mobilidade social e sair de um estágio transitório de pobreza é uma forma de esquivar-se e de ocultar o problema.

Da mesma forma, que se apoiar apenas na ideia do aumento demográfico, migrações e a falta de empregos, defendido por alguns estudiosos são limitantes da compreensão sobre o tema, bastante divulgados nas mídias e meios de comunicação. Cria-se com isso mitos, que precisam ser desconstruídos, pois indicam sintomas. Se não houver ações que impactem nas raízes do problema, teremos, em contrapartida, fragilidades por efeito como a “cultura da pobreza” (SANTOS, 2009).

Uma teoria da pobreza implica reconhecer a modernização, grandes indústrias, corporações multinacionais, economia global e no entendimento das correlações de variáveis que aprofundam as desigualdades sociais e constroem padrões de dominação: em níveis mundiais, nacionais, regionais e locais (SANTOS, 2009).

Quijano (2010)<sup>19</sup> nos adverte que estamos vivendo um momento excepcional e específico da história, onde um modelo, verdadeiramente, global da nossa história constitutiva está em crise, nos seus elementos fundantes e inerentes, o que exigiria de nós uma consciência muito ativa deste processo. Exemplo dessa consciência ávida, segundo ele, seria a de que outrora tratávamos de colonialidade do poder, e agora, faz-se necessário distinguir colonialismo e colonialidade, e a partir disto, falar

---

<sup>19</sup> Citações indiretas construídas a partir de um arquivo, em formato de áudio, disponível no Youtube, com a explanação de Aníbal Quijano em uma conferência no Paraguai (Assunção), no ano de 2010, sobre colonialidade e descolonialidade do poder. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=sID-iPiGgmY>>. Acesso em 25/03/2023.

de descolonialidade. Aníbal Quijano afirma que tais conceitos, colonialismo e colonialidade, guardam entre si uma relação íntima, onde a colonialidade tem origens no colonialismo (QUIJANO, 2010).

Dessa forma, colonialismo representa a conquista de territórios, particularmente da América Latina, a dominação geopolítica (da colônia) através da força (bélica, econômica, capitalista...) “costurando” e compondo, com linhas dessa violência colonial, a ideologia da colonialidade do poder (QUIJANO, 2010). A colonialidade do poder está presente nas relações com as periferias, onde o Estado adentra esses espaços com total truculência e força bélica, a violência é sentida, cotidianamente, na pele das/dos jovens negras/os e periféricas/os, que são um dos principais alvos da violência do Estado, inclusive, o homem negro tem uma expectativa de vida menor, com probabilidade duas vezes maior de ser assassinado, quando comparado a alguém autodeclarado branco<sup>20</sup>.

Quijano (2010) considera a raça enquanto um construto mental, como a mola propulsora de tais estruturas de exploração, que ultrapassa a lógica da superioridade/inferioridade no âmbito do etnocentrismo, pois faz crê numa desumanização do humano, numa violência sem precedentes, visto que desconsidera saberes, ancestralidade, modos de vida e concluí afirmando que os povos indígenas foram (e são) as vítimas primeiras dessa desumanização.

Porque... tem muitas coisas que não deve fazer e faz... e fazem. É, perigoso. Eu acho perigoso (referindo-se ao bairro Tabuleiro) (JÔNATAS CONCEIÇÃO, 2022).

Já Maria Felipa (2022) exemplifica como a segurança pública é seletiva no bairro:

Eu acho que a segurança. Porque, é... antes deu sair de casa, tinha ocorrido um fato com meu... com meu pai, de, pessoas que se diziam policiais que espancaram ele, e quando chegou lá na delegacia, as pessoas que espancaram ele, ninguém foi condenado, ninguém teve... num pagou nada. Só meu pai mesmo. Ele fez uma coisa muito desagradável, que foi, quase tocou fogo no carro de uma pessoa lá. Mas foi por conta que, uma pesso... eu acho que ele confundiu os carro. Teve uma pessoa que quase chegou a machucar meus irmãos, que tavam sentado no rio, não chegou a machucar, e aí, por conta disso, meu pai tava alcoolizado, tava inconsciente, né? Que ele num tava, é... ciente dos ato dele, e aí, acabou que a gente... que teve essa confusão aí, e aí acabou que meu pai, é... foi machucado. E, isso me dói muito lembrar, porque, foi... era pra ter sido um passeio em família, alegre, e, no início até foi mas, quando ocorreu esse

---

<sup>20</sup> Disponível em:< [adum.org.br/midia/noticias/4205/no-brasil-negros-vivem-seis-anos-a-menos-que-a-populacao-branca](http://adum.org.br/midia/noticias/4205/no-brasil-negros-vivem-seis-anos-a-menos-que-a-populacao-branca)>. Acesso em: 30/03/2023.

ato, é... meus irmão correram no meio da rua, desesperado, com medo. E eu, a mais velha num soube nem... num sabia nem se eu podia acodi meu pai, que tava sendo espancado por um monte de homi. Eu acho que mais de cinco homis. Ou se eu juntava os meus irmão e ia pra casa. Aí, eu fiquei meio que em cima do muro, mas eu corri, pu... pronde táva meu pai, e... pedi pra soltar ele, e aí levaram ele pro... pra, pra baixo onde estávamos de novo, e aí eu pedi meus irmão que não corresse, que ficasse lá, que eu ia voltar pra buscar eles, e aí chegou a viatura, levou meu pai, e aí eu peguei meus irmãos, juntei eles, e levei eles pra casa. Né? Porque eu creio que tinha uns... eu tinha dezessete anos na época (MARIA FELIPA, 2022).

Maria Felipa (2022), durante a sua narrativa, descreve diversas situações de violência: vê seu pai sendo brutalmente agredido ainda adolescente, presencia seu companheiro sofrer violência policial (estando gestante) e foi vítima de violência sexual e violência escolar (*bullying*). É uma mulher negra que desde muito cedo sente na pele como operam os marcadores de raça, classe e gênero na reprodução e manutenção das violências. “Na verdade, mulheres negras são atacadas por todos os lados” (hooks, 2020, p. 256).

É...o bullying, depois eu sofri por abuso sexual. E, os maus trato, graças a Deus, não! Mas também, tipo, maus trato, é... apesar de ter sofrido bullying e abuso sexual, se tivesse maus tratos, meu Deus! Eu... num tem coisa pior do que você sofrer um abuso sexual e um bullying. Fere mais do que uma pessoa que lhe bate, que lhe fira com algo, com algo assim, uma arma (MARIA FELIPA, 2022).

Essas violências podem ser localizadas na atualização do período escravista/colonial, vivenciado pelos africanos sequestrados e trazidos para o Brasil. Um processo de coisificação do corpo negro, tratados pelos “senhores” com açoites, mutilação do corpo, castigos físicos, estupros e marcas de ferro (GOMES, 2002). Cabe acrescentar, que diversos teóricos validam o racismo enquanto um sistema fundante de poder e dominação e desse modo, a necessidade de racializar/descolonizar o pensamento (QUIJANO, 2010).

(...) e também, onde eu já entrei só teve um lugar, que eu não tô lembrada mais ou menos aonde foi. Que eu tava, que eu era a próxima pessoa a ser atendida, e não me atenderam. Esperaram eu por... deixaram eu por último e atenderam primeiro outras pessoas. Então eu entendi assim, que no fato de eu ser negra, porque tava assim, na ordem certa e na hora... ordem correta, esperando só minha hora. E quando chegou minha hora atenderam ota pessoa e me deixaram por último. Então agi... eu pensei assim, por fato de eu ser negra me discriminaram, né? E que eu esperasse pra ser atendida depois dos outros (LUÍSA MAHIN, 2022).

E acrescenta:

Mulher, assim...eu brincava muito, me divertia muito, quando era pequena, até hoje. Mas assim... a gente negro sempre samo di...assim...as pessoas diferencia a gente dos branco. A gente sempre é mais encostado, mais pro lado (LUÍSA MAHIN, 2022).

Sobre isso, Kilomba (2019, p. 34), em *Memórias da Plantação*, nos diz que “estamos lidando aqui com um processo de *negação*, no qual o senhor nega seu projeto de colonização e o impõe à/ao colonizada/o” e acrescenta que “no racismo a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão social”. De todo modo, colonialidade e descolonialidade são conceitos longitudinais, pois existem antes mesmo de serem nomeados como tais, tanto a colonialidade com suas raízes no colonialismo, quanto a descolonialidade “como história e práxis existem há mais de 500 anos por meio de lutas, ações, resistência contra os padrões de poder (OLIVEIRA; LUCINI, 2021, p.99).

Nesse sentido, como exemplo de colonialidade e descolonialidade temos a estética negra, como uma das vias principais das situações cotidianas de racismo, e ao mesmo tempo, uma via importante e objetiva do empoderamento negro, da superação de aspectos do racismo (GOMES, 2002).

Assim, mais a questão do meu cabelo. Porque eu tenho o cabelo cacheado, e eu nunca aceitei o meu cabelo cacheado. E sempre vivia pranchado ele, sempre vivia dano alisante. Eu não me aceitava. As pessoas olhava pra mim e, e, só do fato dela dizer “cabelo de bombom”, sa... é, memo pra algumas pessoas serem um ato de... é, de elogio, pra outras pode machucar. Então, sempre vinha essas pessoas. E aí, com o tempo, outras pessoas, como... como existem pessoas ruins, que lhe crítica, que fala mal da sua aparência, existe, também, pessoas que lhe elogiam, né? É, corretamente. Falam “Não, o seu cabelo é muito bonito. Que num sei o quê..”, aí, “Deixa ele solto”, e eu ficava assim, “Não mas ele fica muito alto...”. E aí, com o tempo, aí eu fui eu aprendendo a gostar do meu cabelo, do jeito que ele é. Aprendi é, hoje em dia, né? As meninas finalizam os cabelos, deixam os cachos mais definido, aí hoje ela tem o cabelo mais volumoso. Tem aquelas meninas que têm os cabelo, assim, cacheado com um volume baixo. E aí, vai dependendo das menina, e graças a Deus, hoje eu num tô nem aí. Tô pare... posso tá parecendo um leoa, mas eu tô com meu cabelo do jeito que eu gosto. Hoje em dia eu me sinto à vontade com meu cabelo natural (MARIA FELIPA, 2022).

Ainda segundo Milton Santos (2009), dentro da seara da economia urbana: urbanização X pobreza, fruto da modernização tecnológico, da economia global estão presentes um “circuito superior e um circuito inferior” interdependente, mas hierárquicos. “A cidade não pode mais ser estudada como um todo maciço” (SANTOS, 2009, p.43).

Em cada circuito estão presentes atividades econômicas, capital, populações, atividade de consumo e poder de compras, organização, ideia de lucro e mobilidade social diferentes, cada circuito com suas peculiaridades e lógicas internas (SANTOS, 2009). As periferias falam muito de um circuito inferior, com sua economia forjada, em grande maioria, no subemprego, poder de consumo reduzido e voltado para sua subsistência e maciça mão de obra, como ocorre no bairro Tabuleiro. São modos de vida que falam da “subcidadania da população negra” (CARDOSO, 2022, informação verbal)<sup>21</sup>

Além de, muitas vezes, apresentarem grandes demandas de serviços básicos, no caso do Tabuleiro: construção de escolas, saneamento básico, ampliação da cobertura da atenção primária em saúde e apontar atividades de trabalho precarizadas, bem como, uma distância considerável (geograficamente e financeiramente) para acessar serviços especializados em saúde, lazer e demais interesses sociais, restringindo também a circulação social.

Diversos estudiosos nos lembram do quanto o racismo é estrutural e performático, acontecendo de diversas formas e por vários ângulos, como pontua Almeida (2020). Sobre esse assunto, quatro dos cinco jovens, localizam muito das violências sofridas, pela cor da pele, formas do corpo e do jeito de ser na escola pública, espaço de socialização formal, conquistado via mobilização social, para democratização do ensino, sendo política pública de obrigatoriedade do Estado.

Luísa Mahin (2022) e Zeferina (2022) mencionam racismo no espaço escolar:

E também já sofri assim, muita discriminação nas escolas, por questão de eu ser negra, né? Porque hoje em dia, assim... nós não tamo no tempo da escravidão, mas tem muita gente que ainda leva isso hoje (LUÍSA MAHIN, 2022).

Não no bairro, mas no colégio onde eu estudei. Eu sofri bastante por causa das minhas vestimenta, é... da minha pele, da minha cor. Do meu cabelo, porque o meu cabelo é bem cacheado, bem volumoso. É... pessoas ruins, mentes ruins vai atacar mais o quê? Cabelo das pessoas, das pessoas negra, na pele. Qualquer manchinha que você tiver na pele vão criticar. Eles não tão nem aí pras que sejam coisas boas, coisas ruins. Eles não tão nem aí pra isso (ZEFERINA, 2022).

Luís Gama (2022) relata gordofobia na escola:

Bullying na escola. Naquele tempo eu era mei... forte, véi. Bem fortam. Bem gordinho. Aí, todo mundo xingava, falava coisa. Eu já era mei... a, a ansiedade

---

<sup>21</sup> Idem 14

já tinha batido, aí... Fiz até um vídeo também... explicando também, que eu ia se matar, e tal. Aí foi daí que me botaram no CRAS. Botaram na ingreja e, depois saí. Quis não (LUÍS GAMA, 2022).

Maria Felipa (2022) fala de apelidos constrangedores ligados ao seu jeito de ser:

Teve escolas que eu estudei, que eu sofri muito bullying. É... num sabia entender por quê. Que tinha pessoas que me davam apelidos, ficavam rindo de mim, e dizia que eu tinha... que eu era uma “mulher-homi”, “mulher-macho”, me chamava de, muitos apelidos constrangedores. E, é... escolas. Mais no, no meu tempo, infância mesmo, assim, uns dez anos, nove (MARIA FELIPA, 2022).

Segundo Gomes (2002) a escola é um *locus* de poder, onde compartilha-se não apenas conteúdos curriculares, mas também crenças, valores e preconceitos de raça, classe, gênero e idade. A cultura escolar tem muita responsabilidade no processo de construção das identidades de crianças e jovens, estando implicada na humanização e desumanização desses corpos e identidades.

Ao tratarmos especificamente das questões étnico-raciais dentro e fora da escola, Gomes (2002) enfatiza o peso e a importância das dimensões simbólicas do racismo, merecendo atenção e trato pedagógico. Uma forma de observá-las e tê-las como material científico seria através da relação do negro com o seu corpo e cabelo, definidores de pertencimento, bem como, das representações sociais do negro sobre si e, para tanto, precisaríamos escutá-los.

A autora demarca a existência de uma comunicação através de um corpo, construído biologicamente e culturalmente, portanto, atravessado por toda a carga de estereótipos, representações negativas e normas, esse mesmo corpo também é espaço de contestação, resistências, prazeres, beleza e arte (GOMES, 2002).

Só quando era de menor, que os meninos me chamava de gay, de viadinho. Eu sou home... homosse... sexual, como eu falei. E... chamavam de viadinho, até, até hoje chamam, mas eu nem ligo mais. Chamava de macumbeiro, e eu nem ligava, às vezes. Às veze eu... eu chorava, mas às veze eu num chorava, não. Nem ligava, às vezes. Passava e eu nem ligava (JÔNATAS CONCEIÇÃO, 2022).

Jônatas Conceição (2022) vivenciou e vivência situações de homofobia e violência religiosa, mas não necessariamente localiza tais violências na escola, sua fala transcende com maior nitidez os muros da escola, é uma violência que atravessa todos os campos da sua vida social. Ele traz marcadores da negritude, das religiões de matrizes africanas e da homossexualidade, em uma sociedade racista,

heteronormativa e praticante também de racismo religioso e “quanto mais marcas fora do padrão uma pessoa possui, mais violência ela sofre” (VEIGA, 2018, p. 78). Não é por acaso que o jovem em questão está excluído da escola, do mercado de trabalho e, aparentemente, do direito de se relacionar amorosamente com alguém.

Vivemos em uma sociedade constituída pela violência e produtora de violências. A norma homem-branco-hétero age como um colonizador e extrativista das demais subjetividades, pois exerce violência sobre o outro e suga a energia vital de quem não se enquadra à norma, em processos violentos de submissão (VEIGA, 2018).

As jovens negras também trazem relatos da violência conjugal e violência de uma maternidade solitária:

Sofri sim, muitos maus tratos, assim... quando eu vivia com o pai de minha filha. Foi por isso que eu cheguei dar um basta no nosso relacionamento, que via que não dá certo. Que se eu continuasse com ele, morando com ele, eu tava até hoje sofrendo. Tanto físico como verbal, como em falar, né, as palavras. Que ele me machucava de todas as formas, tanto fisicamente, como verbal, nas palavras (LUÍSA MAHIN, 2022).

Já Zeferina (2022) fala da violência da não assistência a maternidade:

Por causa da minha gravidez, eu passei por muita dificuldade, porque eu não tive o apoio do pai do meu filho. Muita mesmo. Eu tive receio de conversar com meu pai. Tive receio de conversar com minha mãe. Eu não conversava sobre quase nada da minha gravidez com eles. Causa que eu tinha medo do que eles ia falar contra mim. Nosso maior medo é as críticas. Porque, as mães solteira, não tem o apoio do pai do filho. A gente sofre muito. Sofre mesmo, porque eu sofri desde o início da gravidez (ZEFERINA, 2022).

Podemos observar nos relatos das/os cinco jovens que a dinâmica da violência, performada pelo racismo está presente em suas diversas facetas: entre os moradores do bairro/relações comunitárias, na periferização (circuito inferior da economia urbana), na escola pública, nas abordagens policiais, no atendimento prestado pelo serviço público, na violência de gênero e de orientação sexual e na não assistência à maternidade, questionando o papel do Estado nos direitos do materno.

E quais as implicações do convívio diário com a violência e com o risco de morte que cerca a juventude negra e periférica o tempo todo? Quais os desdobramentos na saúde mental e na construção dos seus projetos de vida? Eles respondem, indiretamente, a essas perguntas, trazendo relatos de adoecimentos emocionais:



Eu tento o máximo a não pensar nas dificuldades. Porque eu passei por um período de depressão, e por isso que eu tento o máximo a não pensar nas dificuldades, no, no medo que isso causa bastante trauma em mim. Porque eu também tenho problema de ansiedade. Aí isso me acaba. Me acaba mesmo. Eu tento o máximo a não pensar (ZEFERINA, 2022).

Na escola já. Nessa época eu peguei depressão. Eu vim até aqui, já. Eu passei, foi pela senhora...Eu tava no Terezinha. No tempo, f... me cortava, depois queria me matar. Fazia tudo. Bullying na escola. Naquele tempo eu era mei... forte, véi. Bem fortam. Bem gordinho. Aí, todo mundo xingava, falava coisa. Eu já era mei... a, a ansiedade já tinha batido, aí... Fiz até um vídeo também... explicando também, que eu ia se matar, e tal. Aí foi daí que me botaram no CRAS. Botaram na igreja e, depois saí. Quis não (LUÍS GAMA, 2022).

O Luís Gama (2022) não foi o único a mencionar a tentativa ou o suicídio como algo que acontece entre as/os jovens negras/os, entretanto, foi o único que trouxe isso como uma experiência pessoal. Segundo Veiga,

A morte entra pela soleira de nossas portas e pousa em nosso peito, dando-nos a sensação de que morrer seria o melhor remédio. Cada uma de nós cria estratégias próprias para o diálogo com a vontade de morrer, algumas de nós sucumbem a essa vontade e se entregam. A vontade de morrer não é nossa, é desse mundo. É o mundo branco que deseja nossa morte, que deseja perpetuar-se por meio do privilégio de poucos em detrimento de muitos (VEIGA, 2018, p. 87).

Cardoso (2022), analisando a obra de Lima Barreto – “Recordações do escrivão Isaías Caminha, romance escrito em primeira pessoa, no início do século XX (1909), converge sobre esta problematização sobre o suicídio. Na obra, o personagem vivência as barreiras do ser negro no Brasil.

O personagem Isaías, jovem negro, advindo do interior do Rio de Janeiro para a capital, bem preparado intelectualmente, com segundo grau completo e laureado pelos seus professores, não consegue emprego. Conforma-se em buscar uma vaga como auxiliar de padeiro e escuta: “você não me serve. Não serve para pegar um balaio de pão!” (CARDOSO, 2022). Isaías saí desnorteado e o primeiro pensamento que lhe ocorre é beber, fugir pelo álcool, embriagar-se (CARDOSO, 2022). Menção também relatada pelo jovem Jônatas Conceição (2022) participante da pesquisa:

Só minha mãe de santo. É. E o candomblé. Eu... eu acendo uma vela, pro meu Orixá, e então, vou beber cachaça (JÔNATAS CONCEIÇÃO, 2022).

Entretanto, Isaías recusa o álcool, segue em direção ao mar e escuta o mar chamando-o o “apelo da morte como único espaço de sossego, onde todos os

conflitos desapareceriam” (CARDOSO, 2022, informação verbal)<sup>22</sup>. O livro de Lima Barreto almejava contestar que as/os negras/os são inferiores biologicamente, mas sim inferiorizados nas relações sociais, uma vida sitiada/limitada (CARDOSO, 2022). Submissão e colonização direcionadas aos considerados fora do padrão “a mulher, a transgeneridade, o negro, o índio, o gay” (VEIGA, 2018, p. 77).

Paradoxalmente, estas/es jovens negras/os, gay, candomecista, mães, pai, estudantes, trabalhadoras/es, sonhadores, expostas/os constantemente às mais diversas formas de violência ainda lidam com a ausência do Estado no seu papel de prover direitos, com políticas públicas limitadas, sobretudo, em considerar a intersecção de raça, gênero, classe e território em suas elaborações e monitoramentos, e com a falta de elementos/recursos de proteção e cuidado.

Mulher, assim... as coisa ruim é que, assim... aqui tem muita coisa ainda assim, pra consertar, né? A gente tem uns pouquinho de dificuldade com algumas ruas, porque tem ruas que num são... calçada, são terra. E a gente se preocupa, devido a poeira (LUÍSA MAHIN, 2022).

Luísa Mahin (2022) também relata sobre a ausência de espaços de lazer no bairro:

Por num ter, também, muito espaço assim, pra o jovem se divertir. Muitos ainda ficam em casa, muitos inda... muitos ainda tão entrando em depressão, muitos tão se matando. Então assim, falta de ter algo pra se divertir, pra se interter, no dia-a-dia (LUÍSA MAHIN, 2022).

Maria Felipa (2022) toca no acesso limitado à saúde:

É, aqui no posto de saúde mesmo, é... aé... as consultas, esses negócios, é tudo limitado. Aí um, um Tabuleiro, um bairro médio, não é tão grande. Mas também, nem todo mundo tem o acesso à saúde, nem todo mundo consegue. E aí, eu acho isso muito complicado (MARIA FELIPA, 2022).

Como já exposto, o bairro Tabuleiro categorizado enquanto uma periferia, apresenta um território de exclusões, sem desconsiderar seus recursos reinventivos de resistência e reprodução da vida. Exclusões estas, historicamente naturalizadas, herança do período colonial escravista e perpetuado nas dinâmicas sociais e políticas

---

<sup>22</sup> Fala do prof. Edson Cardoso, no curso Ler o Brasil, Casa Sueli Carneiro, módulo 01, 16/11/22 a 14/12/22 - Edson Cardoso: A mancha indelével da cor: uma aproximação às questões raciais no Brasil, aula 2 – “Recordações do escrivão Isaías Caminha”, 2022.

de subalternização da população negra e demais grupos racializados como: indígenas e refugiados (LIMA et al., 2021).

Ao sermos duramente surpreendidos com uma pandemia em um país de profundas desigualdades sociais como o Brasil, nos impõe, como tarefa ético-política discutirmos os processos de vulnerabilização e os impactos sociais distintos e mais letais para estes grupos (LIMA et al., 2021). As/os jovens participantes da pesquisa se posicionaram sobre o enunciando em questão, a partir dos seguintes questionamentos: Como a pandemia afetou você e sua família? Teve algum lugar que você conseguiu apoio, que você buscou e conseguiu ajuda, de alguma forma?

### 5.1.3 A vivência da pandemia a partir da experiência das/os jovens negras/os do bairro Tabuleiro

A COVID-19 se tornou um fenômeno em escala global. Definida como pandemia pela sua tendência epidemiológica e surtos acontecendo simultaneamente em vários territórios do mundo. No início de 2020, em menos de três meses, atingiu mais de 210 países. Entretanto, não é um acontecimento homogêneo, pois depende de condições ambientais, culturais, socioeconômicas, coletivas e até mesmo individuais (MATTA et al., 2021).

Ademais, intervir sobre a pandemia, causada pelo vírus Sars-CoV-2, ultrapassa concepções como compreender sua transmissão, sintomas, características e controlá-lo, exige estabelecer relações com fatores de raça, gênero, classe, território e suas desigualdades, inclusive, socio sanitárias, como aponta as ciências sociais e humanas (MATTA et al., 2021). Desse modo, “grupos populacionais vulneráveis por processos de exclusão social merecem especial cuidado, por estarem mais expostos às iniquidades e a uma série de fatores de risco à sua saúde e ao seu desenvolvimento integral” (MATTA et al., 2021, p. 20).

Entres essas iniquidades e riscos temos a impossibilidade de se beneficiarem de ações protetivas e preventivas, por não “exercício do trabalho remoto, a perda do emprego/fonte de renda” (LIMA et al., 2021, p. 112), “habitações precárias e insuficiente oferta de serviços públicos, como abastecimento de água e coleta de lixo, entre outras precariedades (IBGE, 2018 apud LIMA, A. et al., 2021, p. 112). Somado a pouco acesso à testes para detecção do vírus e serem os mais afetados pelo

desmantelamento do SUS que antecedeu a pandemia (LIMA et al., 2021), “com a extinção de várias equipes de ESF, a diminuição dos postos de trabalho, cortes no financiamento e a precarização do trabalho (LIMA et al., 2021, p. 120).

A pandemia aprofundou os mecanismos de exclusão, intensificando as violências direcionadas as/aos jovens negras/os e periféricos. Nas palavras delas/es:

Na pandemia, assim... dificultou um pouco a nossa vida. Até porque, já eu num tenho um emprego bom, né? Eu faço bico pra poder me manter. E assim, logo meus pais adoeceu, eu tive que cuidar deles. Foi um momento muito difícil, porque, meus irmão são tudo casado, cada um mora em um canto, e só eu tava aqui pra cuidar dela. Então assim, foi um momento de desespero, porque tinha minha filha em casa, também. Aí eu ficava com medo de, duas adoecer, e ela adoecer também. E eu já cuidando dos meus pais. Então, eu cuidei mesmo, pra não ter que perder eles. Não levei pra hospital, e só...  
(Os dois pegaram COVID, foi?) Pegaram. Aí fumo só no posto, fizeram o teste, confirmou, e eu fui cuidar em casa. E atrapalhou assim, muito na questão de arrumar emprego. Porque já é difícil, pra quem não terminou os estudo, quem num tem um curso, já é muito difícil. Então assim, as pessoas não ficam mais tão confiante de tá arrumando uma pessoa pra botar dentro de casa, pra fazer faxina. Foi um pouco muito de dificuldade. E a minha ajuda foi mais o Auxílio Emergencial, que o governo liberou. Foi com isso que eu me mantive (LUÍSA MAHIN, 2022).

Foi ruim, porque mataram muitas pessoa... morreu muitas pessoa. E minha família conseguiu os [inaudível] dos médicos, nos hospitais.  
(Na sua casa, assim, composta por cinco pessoas, alguém chegou a contrair o COVID?) Não. (E até, em questão assim, de trabalho, é... houve uma dificuldade maior, de dinheiro, de faltar alimento em casa?) Só meu pai... trabalha no CEASA. Só, às vezes falta, às vez não falta (JÔNATAS CONCEIÇÃO, 2022).

Outra forma de violência (exclusão) foi no acesso ao direito à educação:

Bom, na época da pandemia, eu tava estudando ainda, ainda não tinha saído de casa. Tava na... estudando, é... atrapalhou só nos estudo mesmo. Porque, a gente passou um tempo aí não pode sair, aí, quando tive as aula online, eu tava sem celular, e não deu pra mim terminar. É... e o apoio que eu conseguia sempre vai ser eu mermo. Porque nessas... coisas, eu fui sempre uma pessoa, assim, meu pai só vivia trabalhando, minha madrastra... tinha suas ocupações, então a, o meu refúgio era sempre Deus. Num tinha umas pessoas específicas assim, pra me apoiar, pra me pedir socorro, ajuda. Só era Deus mermo. (E o financeiro, assim, também foi prejudicado, de alguma forma?) É. No financeiro, é... assim, depois que eu saí de casa, teve, apareceu uns bicos pra mim fazer. Eu trabalhei como... faxineira, na casa de uma pessoa, depois que eu saí de lá, trabalhei com auxiliar de salão de beleza, e aí, depois que a minha gestação já tava assim, dos oito em diante, eu não consegui mais trabalho. Aí, depois que o meu filho nasceu, no mês... no janeiro de 2022, foi que eu consegui ser contemplada com o Auxílio Brasil. E aí, graças a Deus, né, tem o Auxílio Brasil, porque infelizmente o salário, só um salário mínimo num dá pra sustentar a gente, né, que mora de aluguel, que tem coisas pra gente se... se preocupar (MARIA FELIPA, 2022).

No momento, não me lembro... se afetou em algo. Mas, afetou um pouco, sim, no estudo. É... e, principalmente pra mim, que eu tive que estudar dois

anos de colégio em um ano só. Foi bastante puxado, é... meus irmãos não conseguiram ter acesso a... ao celular. Eu também não tive quase acesso ao celular, pra estudar o remoto, é... tive que correr ao meu pai. Meu pai me deu o celular dele pra mim estudar. Tive a, a recorrer a minha mãe. Por que disse que o meu maior apoio foi os meus pais” (ZEFERINA, 2022).

Luís Gama, assim como Luísa Mahin trazem de forma mais contundente a preocupação como os pais, público de risco durante a pandemia, entretanto, no aspecto econômico Luís Gama afirma apresentar um mecanismo de redução de danos, pois na sua estrutura e dinâmica familiar sempre houve a possibilidade de realizar uma pequena poupança financeira, que foi fundamental neste período.

Isso é dentro casa mesmo. Isso aí é... ninguém saía de casa. Ninguém, ninguém! Esse tempo aí, Ave Maria! Até eu, com, com menino, num saía de casa, não. Eu vivia direto na casa de minha mãe, aí, depois que essa... a pandemia começou, nem sair de casa eu saí mais. Ruim demais, homi! É. Pra num... já são, já são meio assim, idosos (os pais). Já tem meia idade, já. Aí, pa num trazer doença pra eles. Sair pr'os canto, num saía. Ninguém saía mais. E teve alg... alguns canto que, quando eu ia, se eu ficasse muito com a máscara, eu, hum... ox! Ficava sem ar. Sério mesmo. Esperava muito não. Mas também, nem saí...(E, afetou de outra forma também, assim, financeiro, questão de alimentação, de dinheiro). Não. E, pai, mãe e eu, e a mulher, sempre teve aquele dinheirinho guardado. A minha família também tem, assim, esse dinheirinho guardado aí. Não afetou muito, não (LUÍS GAMA, 2022).

Nas palavras de Schucmam e Gonçalves (2020) viver a experiência racial não é algo unânime, semelhante entre os seus “tem-se com ela uma corporeidade, uma expressão de gênero, uma origem, um bairro, uma família, recursos materiais ou financeiros e uma série de incontáveis elementos que também constituem o sujeito e modelam as formas como a raça é vivida” (p.118).

Neste capítulo, foi possível observar, através das narrativas destas/es jovens, como se materializa no cotidiano da juventude negra e periférica diversos tipos de violências, tendo como pano de fundo o racismo, perpetrado pelo Estado e nas políticas públicas, racismo este, que produz intenso sofrimento psíquico e diferentes formas de exclusões, como relatadas por elas/es.

Seguiremos nas suas histórias, ouvindo-os, agora, sobre aspectos inclusivos destas mesmas políticas, pois como afirma Almeida (2020) o Estado tem duas caras, duas faces em uma mesma moeda. Também foi possível escuta-las/os nas suas estratégias individuais e coletivas, ancestrais e contemporâneas, concretas e simbólicas de não sucumbirem ao racismo e construírem seus quilombos, suas formas de resistência.

## 5.2 RESISTÊNCIAS: RECURSOS POLÍTICOS, AFETIVOS E CULTURAIS/PROCESSOS DE CURA.

O Estado faz suas concessões para manter a ordem social, pressionado pelos movimentos organizados, coletivos e movimentos de mulheres negras (ALMEIDA, 2020). Como produto dessa dinâmica estatal temos a oferta e execução, como profundas limitações, de políticas públicas importantes e necessárias, sobretudo, para a população negra e pobre.

Ao mesmo tempo que denota uma “indisposição” do Estado em garantir proteção social permanente e frutífera, através de políticas que transversalizem raça, gênero, classe e território e que garantam o cumprimento efetivo do ciclo da política, incluindo, seu monitoramento, avaliação e o controle social.

Nas narrativas compartilhadas, os espaços públicos escolhidos pela juventude como promotores de cuidado, lazer e conhecimento são, coincidentemente, alocados no “centro” do bairro, inclusive, apresentando ruas asfaltadas que diferem, consideravelmente, das demais - ainda na terra/no “chão batido”.

Desse modo, estiveram presentes na narrativa das/dos jovens: a Praça, o CRAS, a Escola, a Igreja, a Praça CEU e a Casa como lugares importantes, necessários e/ou prazerosos dentro do bairro Tabuleiro. Luísa Mahin, Maria Felipa e Zeferina em suas falas trazem relatos mais amplos de políticas públicas ou espaços coletivos que as mesmas consideram de impacto social positivo nas suas vidas, em relação aos jovens Jônatas Conceição e Luís Gama, que restringem-se a especificar apenas um.

Luísa Mahin (2022) descreve a necessidade do lazer, representado através da Praça Pública do bairro, o imperativo social da escola, como espaço de conhecimento e o CRAS no reconhecimento do seu papel de prover direitos, conforme relato abaixo:

**Figura 3** – Praça pública do bairro Tabuleiro

Fonte: Registro fotográfico feito pela pesquisadora (abr. de 2023)

O CRAS, a escola, a praça. Considero prazerosos porque, assim, tem muitas, assim eventos pras pessoas assistirem, principalmente, nós jovem. A praça é um lugar assim, de lazer, pra se divertir, passear com a família e distrair a mente... A escola eu acho prazeroso porque, assim, eu ainda estudo, né? É importante estudar, é um momento que eu tô... participando do meu conhecimento, também. Quando eu tenho muito conhecimento, assim, na vida. Não terminei meus estudos, e voltei a terminar agora. E o CRAS, é um momento que é, assim... resolve muitas coisas pras pessoas. É um momento assim, de... você passa por algum problema, você pode chegar aqui, que as pessoas lhe atende e vai resolver o seu problema (LUÍSA MAHIN, 2022).

A Maria Felipa (2022), menciona escola e CRAS e acrescenta também a igreja:

É...a escola, e, e a igreja que eu frequento. Também o CRAS, de vez em quando... de vez em quando eu venho. E no momento é só esses três mesmo...É, na escola, porque eu gosto de aprender, eu gosto de sempre tá tendo conhecimento, de tá me aprimorando. Na igreja, porque eu me sinto muito bem na casa de Deus. A Presença assim é tão maravilhosa, Ele me transforma, por dentro, e me ensina a como viver nesse mundo, que tá, é, pela misericórdia, né? Muita turbulência, é, é guerra, é vírus, é falta de empatia com o próximo. Então, tá na casa do Senhor faz com que a gente fique aliviada, que a gente se esqueça um pouco desse mundo... desses problemas. E aqui no CRAS mesmo, também eu fiz aula de violão, e eu achava muito bom isso... é, tinha vez mesmo de eu ficar estressada e tal, e aí eu vinha pra cá, e aliviava, através do aprendizado de violão, através da música também (MARIA FELIPA, 2022).

A Zeferina (2022), também se remete ao CRAS e a escola e cita a casa como um espaço relevante:

É...primeiramente, o que eu acho...o CRAS, principalmente pras crianças que, possam vim pra aprender mais, tirar a mente do mundo, da...da violência. Por causa que, aqui no bairro, tem muita violência. Muita mesmo. E isso pode tirar as crianças, os jovens também, deste mundo, que vem matando, vem destruindo nossa é...nossa comunidade. E a escola também. Principalmente a escola, né? Que... é o fundamental pra nós. Também a

nossa casa. Porque... é! Eu acho que também a nossa casa tem um... é o maior fundamento também, que nós aprendemos é, amar ao nossos pais, a respeitar também. E é isso! (ZEFERINA, 2022).

Podemos inferir, não só nas falas destacadas acima, mas ao longo de toda a discussão das narrativas de vida, que o fato das entrevistas terem sido realizadas no espaço do CRAS pode tender para que este dispositivo seja lembrado e mencionado como um espaço importante, ao refletir sobre o bairro.

Figura 04 – Centro de Referência em Assistência Social – CRAS/Tabuleiro



Fonte: Registro fotográfico feito pela pesquisadora (abr. de 2023)

Já os jovens Jônatas Conceição e Luís Gama limitam a fala apenas a um espaço, sendo que o Jônatas cita a Praça Pública como um espaço no qual ele frequenta e acha importante:

Só na praça. É porque tem cachaça. Tem lanche também, pra mim lanchar (JÔNATAS CONCEIÇÃO, 2022).

E o Luís Gama faz menção a Praça CEU, espaço de caráter esportivo/cultural:

Aqui na praça mesmo. Não, só aqui mesmo. Venho pra quadra jogar bola... só (LUÍS GAMA, 2022).



Figura 05 – Praça CEU



Fonte: Registro fotográfico feito pela pesquisadora (abr. de 2023)

Seguindo neste núcleo de sentido sobre *resistências: recursos políticos, afetivos e culturais/processos de cura* é sabido, que ao longo dos mais de 300 anos de escravidão no Brasil, houve diversos mecanismos de fuga, de aquilobamento, de resistência e de revoltadas organizadas (como a revolta dos Malês) pelo sonho da liberdade e pela manutenção dos valores de coletividade e identidade (VEIGA, 2018).

Tais mecanismos eram costurados e sustentados pelo saber ancestral, pela autogestão, pelo diálogo com a natureza, a sapiência do povo negro, o axé, a espiritualidade, a capoeira, a dança, o canto, a agricultura, as ervas medicinais, as tranças carregando sementes criolas e indicando rotas, as raízes cultivadas nas terras da “mãe África” e a altivez das tribos em que eram representantes ainda em África (GOMES, 2002; VEIGA, 2018).

É possível notar, na pesquisa, indicativos dessa herança ancestral advinda de África, onde dentro de um aspecto afetivo e cultural, as/os jovens, reconhecem como espaços e práticas de cuidado, de forma majoritária, a família na figura de: pai, mãe, madrasta, esposa(o), irmãs, seguido da religião e, posteriormente, experiências prazerosas com a maternidade/paternidade, cuidados com a alimentação, atividade física, conversar com alguém, cantar, dentre outras práticas e costumes.

Observando as narrativas, temos o *Apoio familiar* apontado de forma unânime, pelas/os jovens, como um espaço afetivo necessário:

Sim. Minha mãe, minha irmã... minha irmã não mora aqui. Mora longe, mas, qualquer coisa ela, tô... tenho ela pra conversar. Mas assim, no momento, aqui mermo eu só tenho a minha mãe assim, pra conversar comigo assim, de confiança (LUÍSA MAHIN, 2022).

Meus pais. Meu pai e minha mãe (JÔNATAS CONCEIÇÃO, 2022).

Eu vou pra casa de minha mãe. Lá, quando eu chego lá, tem meu pai. Meu pai me acolhe. De vez em quando minha mulher também me acolhe. Aí eu... fico mais na casa do meu pai (LUÍS GAMA, 2022).

De forma semelhante a Maria Felipa (2022) relata:

É...primeiramente, Deus. Porque, tipo, quando eu nasci, aí... dizem meu pai e a minha madrasta que, com sete meses de vida, minha mãe biológica me entregou pro meu pai. Aí meu pai se juntou com a minha madrasta, e aí, tem o meu pai, e a minha madrasta também. Que, ao longo do tempo, cuidou do... de mim. Mas minha madrasta cuidou de mim, do que meu pai. Porque meu pai vivia trabalhando o dia todo, de domingo a domingo. E aí, depois de Deus, a figura que mais cuidou de mim foi a minha madrasta (MARIA FELIPA, 2022).

Nessas narrativas percebemos o quanto os relatos sobre a família fala da importância da aceitação familiar e do amor. O amor que nos foi negado pelo sistema escravista, com famílias violentamente “apartadas” para serem comercializadas, e onde ocultar sentimentos seria uma estratégia de sobrevivência, ao passo que também era instrumento de resistência, ação em busca da liberdade, de transgredir o sistema de dominação e controle de corpos e mentes (hooks, 2020).

Sentada na areia, fiquei olhando o mar e chorando todas aquelas mortes que pareciam estar dentro de mim, ocupando tanto espaço que não me deixa sentir mais nada. Os olhos ardiavam com as lágrimas salgadas, como se fossem mar também, e senti uma solidão do tamanho dele, do tamanho da viagem da África até o Brasil, do tamanho do sorriso da minha mãe quando estava dançando, do tamanho da força com que a Taiwo segurava a minha mão enquanto observávamos o riozinho de sangue do Kokumo. Eu ainda não tinha chorado por eles, e só fui parar quando, tarde da noite, a Esméria voltou do povoado e sentiu minha falta, indo procurar em todos os lugares onde sabia que eu gostava de ficar. Ela sentou ao meu lado e me chamou de sua menina, puxou minha cabeça de encontro ao quente do peito dela e me embalou com cantigas da África (GONÇALVES, 2020, p. 101).

Estarmos entre os nossos, sentir segurança e proteção, buscar a sabedoria e o acolhimento dos mais velhos cura e contribui na descolonização dos modos de vida. “É essencial para nossa luta por autodeterminação falarmos de amor, porque o amor é a base necessária que nos possibilita sobreviver às guerras, às dificuldades, às doenças e às mortes com nosso espírito intacto” (hooks, 2020, p. 262).

Amar é uma tecnologia de cuidado, ancestralidade e revolução que reduz danos, possibilita o sonhar e reajustar/ressignificar acontecimentos não planejados ou não desejados no momento. Sobre isso a Zeferina (2022) afirma:

Meus pais. Eu agradeço muito a Deus por eu ter meus pais. Porque, sem eles eu não seria nada. Principalmente agora, que... te, tive um filho agora, há poucos dias. Tô tendo o maior apoio deles agora (ZEFERINA,2022).

Em segundo lugar temos a *Religião/religiosidade* apontada, por quatro jovens entrevistadas/os, como um suporte para os momentos difíceis:

Eu vou ler bíblia, que eu sou evangélica, vou ler bíblia. Eu faço de tudo. Vou lá arrumar a casa, pra tirar os pensamentos ruins da minha mente. Ah... Colocando também a oração, que é o principal, mas, o louvor pra mim, porque eu sou Levi[?] lá da casa do Senhor, é a melhor coisa! Eu me sinto livre pra, é... expor, falar sobre meu sentimentos com Deus (ZEFERINA, 2022).

Para a mesma pergunta o Jônatas Conceição (2022) afirma:

Só minha mãe de santo. É. E o candomblé (JÔNATAS CONCEIÇÃO, 2022).

A religião/religiosidade ocupa um lugar especial na trajetória de vida destes jovens, apresentando-se como um fio condutor que indica, coletiva e subjetivamente, caminhos e jeitos de ser possíveis para não padecer as aflições da vida. No caso das religiões de matrizes africanas, como o candomblé, ela tem um grande impacto na saúde emocional dos seus praticantes, pois forma sua rede de apoio (as vezes, a única), preenchendo boa parte do seu cotidiano (PORTUGAL, 2014 DOMINGUES et al, 2020).

Além disso, também contribui na reinserção social, “retornando” mais resistente e fortalecido e na aceitação e compreensão, inclusive, da sua orientação sexual (SILVA, 2017).

Ser a pessoa que eu sou. Ser a pessoa que eu sou! (JÔNATAS CONCEIÇÃO, 2022).

Silva (2017) a partir de um relato pessoal discorre como a participação nas oficinas realizadas no Terreiro São Jorge da Gomeia, em Lauro de Freitas - Salvador/BA propiciaram autonomia para seu reconhecimento pessoal e para a confirmação e construção da identidade étnico-racial e da identidade sexual na relação “eu e o outro”.

Segundo Domingues et al. (2020) o Brasil é um país religioso e diverso nas suas crenças e sincretismos, portanto, religião, religiosidade e espiritualidade, na maioria das vezes, são elementos que compõem os modos de vida dos sujeitos, influenciando na saúde mental, aqui, das/dos jovens negras/os de forma direta ou indireta.

Mas, meu negócio mermo é com Deus. Quando eu tô chateada, aí eu oro, aí eu vou pra igreja, boto um louvor. E ali, quando eu percebo, minha raiva, minha tristeza, minha agonia já passou. Eu sou esse tipo de pessoa assim. Num sou de incomodar ninguém. De vez em quando eu converso com a minha madrasta. A gente conversa sobre coisas da vida, mas é mais coisas assim, expostas, externas. Nada muito, muitas coisas interna, não (MARIA FELIPA, 2022).

No que diz respeito a narrativa de Luís Gama, o mesmo traz essa importância religiosa de uma forma mais indireta, como um imperativo social, não necessariamente demarcando isto como algo escolhido “voluntariamente” na sua vida:

E com uma irmã (da igreja). Passa direto, todo dia passa lá, lá em casa, perguntando “E aí? Como ele tá?”, “Tá bem?”, “Tá melhor?”, “melhorou?”. “Não, tá bem...Igreja também. Eles sempre ensina... as coisa certa. Seguir o caminho de Deus. Tem muitos que num querem, que diz que é só brincadeira. Aí, num segue, aí... tá aí, as coisa do mundo aí... (LUÍS GAMA, 2022).

As pesquisadoras Domingues et al. (2020) se propuseram a realizar uma revisão integrativa da produção científica, em língua portuguesa, com recorte entre os anos de 2010 a 2020 sobre a relação do tema em questão com a saúde mental, no contexto de um adoecimento físico ou emocional. O estudo apontou 66 trabalhos, em sua grande maioria, realizados por psicólogas/os e enfermeiras/os.

As autoras demarcam a necessidade, complexidade e riqueza de sentidos ao nos debruçarmos sobre este campo, ele seria mais um aspecto ao desejarmos “pretensiosamente” acessar e cuidar dos sujeitos em sua totalidade/de forma integral. A religião, religiosidade e espiritualidade é uma ferramenta à disposição de quem quer encontrar algum sentido para a sua existência e conseqüentemente, para o sofrer, para a dor, e aprender lidar com seus anseios, além da prevenção, cuidado, proteção e sentimento de acolhimento (DOMINGUES et al, 2020).

Existem diferenças de sentido nos conceitos: religião, religiosidade e espiritualidade, resumidamente, religião abarca de forma mais objetiva o sistema de ritos, práticas e ações relacionadas a algo no âmbito do divino, transcendente, incluindo concepções específicas de viver em sociedade e sobre a vida após a morte (KOENIG, 2012 apud DOMINGUES et al, 2020).

Religiosidade pode ser compreendida como a vivência da religião, o compromisso assumido com as doutrinas e dogmas, a realização das práticas

impostas: oração, leitura, danças, cantos etc. (DALGALARRONDO, 2008 apud DOMINGUES et al, 2020).

Por fim, espiritualidade é apontada como algo antecedente a religião e a vivência desta (religiosidade), seria algo independente, um fenômeno que ressalta o relacionamento e intimidade com o transcendental. Um movimento belo, prazeroso, processual e voluntário de autoconhecimento, gerando compreensões sobre si, a vida e o Outro (MANO, 2010 apud DOMINGUES et al, 2020).

A referida pesquisa também aponta, a partir dos trabalhos analisados, que: deve-se haver um respeito aos recursos escolhidos pelas/os pacientes, entre eles a religiosidade no seu cuidado e bem estar; que a religião só deve ser abordada quando a/o própria/o paciente traz isso como algo relevante em sua vida e; construir uma comunicação saudável entre os saberes técnicos e populares, entre as/os profissionais de saúde e as/os líderes religiosos/os, durante o tratamento só potencializa o cuidado (CARDOSO et al. (2017); FLEURY et al. (2018); SCORSOLINI-COMIN (2014) apud DOMINGUES et al, 2020).

Entretanto, apesar de nítida a importância da religiosidade como recurso terapêutico, em algumas situações, a religião pode gerar afastamento do tratamento e dos serviços de saúde, a partir da negação da necessidade do cuidado e, com isso, o agravamento do quadro de adoecimento, afetando também as relações sociais e familiares. Ademais, pode ser considerada negativa quando o adoecimento psíquico é visto pela instituição religiosa como algo do mal e/ou resultado da punição divina (THIENG et al. (2019); REINALDO e SANTOS (2016) apud DOMINGUES et al, 2020).

Seguindo nas narrativas sobre espaços de cuidado, dos quatro jovens que experienciam a maternidade/paternidade, três mencionaram a *interação com os filhos* como mecanismos de prazer e momentos de felicidade:

Levo ela (a filha) pra brincar, passear e me divirto muito mais ela (LUÍSA MAHIN, 2022).

(...)Tem vez que eu levo o meu guri pra passear (LUÍS GAMA, 2022).

A melhor coisa... aconteceu há onze dias atrás. O meu filho. A melhor coisa que Deus botou na minha vida (ZEFERINA, 2022).

Outra dimensão presente nas falas foi o cuidado com a *alimentação*, reconhecida por três, das/os cinco jovens, como um aspecto relevante:

Na minha alimentação eu tento fazer o possível, né? O que eu posso. Até porque, a cesta básica hoje em dia tá muito cara. Então assim, eu tento comer o que for preciso, mas também me cuido bastante, evito bastante coisas gordurosa. Coisas que não é muito saudável pra saúde, eu evito um pouco. É difícil, mas evito um pouco. E questão do meu corpo, eu zelo muito (LUÍSA MAHIN, 2022).

(...) E da alimentação, saudável ... (JÔNATAS CONCEIÇÃO, 2022).

Se alimentar também. Beber bastante água, também, é ... eu gosto de cuidar da minha parte externa, também. Que é do meu corpo (MARIA FELIPA, 2022).

Também foi possível localizar nos discursos o “*sair/passear*” e atividade física como tecnologias de cuidado/distração:

Onde tiver evento assim, pra jovem, eu vou, dependendo do lugar (LUÍSA MAHIN, 2022).

Tem vez que eu saio. Tem vez que eu levo o meu guri pra passear, tem vez que... saio com a muié, saio com os amigos. Pra distrair a mente mermo (LUÍS GAMA, 2022).

A atividade física e esporte:

E questão do meu corpo, eu zelo muito. Eu faço exercício físico em casa, quando eu tarra com condições, eu fazia academia. Mas no momento eu não tô, que eu não tô trabalhando. Mas faço meus exercício em casa (LUÍSA MAHIN, 2022).

AH... eu jogo, jogo bola (LUÍS GAMA, 2022).

Ademais, observou-se o apoio dos amigos/amizade:

Amigos meu também me ajuda lá. [Inaudível] Eu tô lá... Perto ou em casa, ou do lado de fora (com eles) (LUÍS GAMA, 2022).

Coisas boas...é...coisas boas que eu acho, talvez só a amizade, que aqui tem. Num tem pessoas boas, mas também tem aquelas pessoas, né? Amizade, é... entre... os pessoal, porque tipo, aqui mesmo eu tenho mais família, aqui. Aí, 50% é família, aí tem o restante amigos, colegas... (MARIA FELIPA, 2022).

Na mesma linha, *conversar com alguém* apareceu como uma forma de proteção, acolhimento e orientação:

Mas tem umas pessoas aí afora que, não é nada da família, que também me ajuda, conversa comigo, me aconselha no que eu preciso (LUÍSA MAHIN, 2022).

É... e as coisas boas é que, o bairro é bastante cheio, né? Pessoas lhe com... muitas pessoas pra gente se interter, conversar ...É...eu acho que é isso (ZEFERINA, 2022).

A Zeferina, traz *o choro* como uma via possível também de extravasar a dor, ao ser perguntada sobre o que faz quando está triste ou cansada da vida? responde:

É... eu choro bastante, porque eu penso nas dificuldades... (ZEFERINA, 2022).

O Luís Gama relata que ter *apoio psicológico* em um momento de sofrimento emocional foi muito importante

Nessa época eu peguei depressão. Eu vim até aqui, já. Eu passei, foi pela senhora... Foi aqui, foi com a senhora. O CRAS também já faz. Foi quem me acolheu aqui. No tempo que eu tava com depressão. (LUÍS GAMA, 2022).

As narrativas demonstram que ter acesso a alguns serviços (políticas públicas) também pode ser visto como algo bom e que traz proteção para o núcleo familiar, como no caso Luísa Mahin e sua filha:

E as coisa boa é que ainda tem muita gente boa, pra nos ajudar, como o CRAS, que tem... é um, é um lugar de apoio pra muita gente necessitado, né? Pra o jovem, adolescentes, criança... e as creches, foi um momento muito bom, que deixaram pras criança, foi a creche. Que é um momento que ajuda muitos pais a ir trabalhar, enquanto os filhos tá seguro na escola, na crechezinha, sendo cuidado. A escola também, né? Pra nós adulto... porque assim, ter o apoio assim, do governo, que ele teja liberano os estudo pra quem ainda não terminou, dependendo da idade (LUÍSA MAHIN, 2022).

Foram mencionados *o sono com qualidade, cantar, viajar e escutar música* como estratégias de cuidado, respectivamente:

De mim? Eu, procuro dormir bem, porque agora, depois que eu tive meu filho nasceu, eu percebi que dormir bem é uma base extremamente importante... (MARIA FELIPA, 2022).

Eu canto... Sim. Pra mim é a melhor forma de falar com Deus. A melhor forma mesmo (ZEFERINA, 2022).

Eu viajo. Pro Ceará, pra casa, pra casa da família (LUÍS GAMA, 2022).

Então no momento que eu tô triste eu escuto uma música, eu saio, vou me distrair por aí, procuro algum lugar pra me distrair, conversar com alguém (LUÍSA MAHIN, 2022).

Nota-se aqui, que o Luís Gama é o único com carteira registrada, ou seja, que possui renda de pelo menos um salário mínimo, o que justificaria ser ele, apenas, a reconhecer viajar como uma possibilidade de cuidado e descanso.

Percebe-se também *ações pessoais de cuidado* como possibilidade de resistência e melhoria da bem estar social:

Também, eu sou... gosto de me arrumar livre, vestir uma roupa que eu me sinta confortável, arrumar o meu cabelo, fazer as unhas. Assim, quando posso, né? Que vida de dona de casa é complicado. Mas eu gosto muito de me cuidar, assim, por dentro. Como é, indo na casa do Senhor. Por fora também, que é cuidando daqueles básicos, né? (MARIA FELIPA, 2022).

E a *autopreservação*:

Me preservando. Cuidando de mim... Cuido do meu corpo! Não ser ruim com as pessoas (JÔNATAS CONCEIÇÃO, 2022).

Pesquisas sinalizam que pessoas religiosas tendem a evitar, com mais frequência, comportamentos nocivos, se resguardando e exercitando a autopreservação (SANTOS e ABDALA, 2014 apud DOMINGUES et al, 2020), como mencionada por Jônatas Conceição, prática comum nas religiões de matrizes africanas que enfatizam a importância do cuidado com o Orí, demonstrando uma compreensão mais integral do processo de adoecimento e cura.

Por fim, como elementos presentes no território Tabuleiro que são fontes de apoio e cuidado, foram mencionados: *a ajuda da comunidade* e *o SCFV*, espaços abstrato e concreto, respectivamente.

As coisa boa, é que aqui tem muito apoio, muita gente que gosta de ajudar, de apoiar a gente (LUÍSA MAHIN, 2022).

Vale salientar, que apesar de quatro jovens terem declarado participar ou terem participado de coletivo de jovens, apenas uma trouxe isso de forma consistente como um lugar de cuidado.

Abriu mais a minha mente sobre o mundo. Esse nosso... nosso Brasil. Abriu bastante a minha mente. Pra mim entender as, as dificuldades que eu não entendia. O que era certo, o que era errado. Agora eu entendo o que é certo, o que é errado. Eu entendo a, a nossa luta. A nossa luta negra (ZEFERINA, 2022).

De modo geral, os espaços concretos, abstratos e subjetivos apontados pelas/os jovens negras/os sujeitos da pesquisa como instrumentos de cuidado e resistência transversalizam elementos de um âmbito relacional, ou seja, recursos de



um “mundo vivido” (JORGE et al., 2011, p. 3056), que acontece nas relações, em tempo real.

No campo da saúde e suas tecnologias de cuidado, faz-se presente o conceito de tecnologias leves (MENDES, 1994 apud JORGE, M. et al., 2011) associadas a uma assistência integral e mais resolutiva, ao considerar as subjetividades humanas, seus modos e condições de vida com a rica, potente e necessária produção de vínculos, acolhimento e autonomia (AYRES, 2004 apud JORGE, M. et al., 2011).

O cuidado é considerado uma tarefa complexa, multifatorial, dinâmica e produzida de modo relacional e contextualizada. Não há cuidado sem uma escuta ativa e qualificada entre os atores e atrizes da política, trabalhadoras/es e usuárias/os dos serviços e uma co-responsabilização social, comunitária e governamental, tendo como objetivo inicial e final defender a vida, como suas especificidades, belezas, dores e saberes (JORGE et al., 2011).

### 5.3 NECESSIDADES ESPECÍFICAS DAS/DOS JOVENS NEGRAS/OS DO BAIRRO TABULEIRO

A suposta resposta para essa questão foi gerada a partir de dois questionamentos: Pela Constituição Federal de 1988 (emenda Constitucional nº 90, de 2015), no seu Art. 6º diz que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados...”. Qual ou quais desses direitos sociais você “sente” que não está tendo acesso e porque você “sente” isso? Seguido de: Cite três sonhos atuais e cite, pelo menos, três coisas que você precisa para realiza-los?

Ademais, a resposta de alguns jovens sobre “as coisas ruins de se morar no Tabuleiro” e de “como foi participar da entrevista” também serviram de parâmetro para este terceiro núcleo de sentido. Portanto, são apontamentos que com toda certeza não abarcam a complexidade (e as interseccionalidades) do ser jovem negra/negro e residir na periferia.

O primeiro anseio foi pela demanda de lideranças jovens produzindo espaços de escuta, acolhimento e orientações:

É... ouvir o problema de cada um, que eu acho que, hoje em dia, a gente precisa muito de alguém pra conversar com a gente, assim. E alguém que seja jovem, que possa nos entender. Porque tem muitos que criticam e não

entende. Acha que é coisa da nossa cabeça, que é porque merecia, e fica criticando, apedrejando, né?

Gostei. Gostei, porque é o que a gente precisa falar. Porque se a gente não desabafar o que a gente precisa, o que a gente pensa e o que a gente acha, ninguém nunca vai botar nossos planos e nossas práticas em dias (LUÍSA MAHIN, 2022).

Achei legal (a entrevista). Foi bom porque pergunta umas coisas (JÔNATAS CONCEIÇÃO, 2022).

Bom, eu achei bom. É, porque é bom que outras pessoas saiba, né? É, pra ver se consegue ter o consenso de ter, de conseguirem soluções pra, assim... num vai melhorar, quer dizer, num vai dim... como é que diz? O, o problema num vai sumir, mas pelo menos, ficar é... melhorar, ficar suportável, né? Porque, a gente acaba sendo tão é... sofrido, tão machucado pela sociedade que... às vezes a gente... pessoas mesmo, pensam em se suicidar... em querer coisas piores pra vida. Aí, é bom! Porque... que tenham pessoas que se importa, que queiram saber, né? Sobre as... as histórias de pessoas, que queiram ajudar a gente, é... dessa classe baixa, tipo... é muito complicado de... a gente, poder, porque a gente não tem quem apoie a gente, né? Talvez tenha, mas a gente ainda não conheça essa pessoa (MARIA FELIPA, 2022).

Foi... gostei bastante da entrevista. Foi bem emocionante. Ah, eu gostei. Gostei sim (ZEFERINA, 2022).

As colocações das/os jovens remetem, nos faz lembrar, dos movimentos negros e de mulheres negras como lugar de articulação da vida nas periferias, como espaço e instrumento de construção mútua e coletiva de identidades e de pensar e produzir escolhas a partir de um olhar micro e macro entre suas realidades, o país e o mundo. Tais Movimentos como uma/um orientadora/o política/o (GOMES, 2017).

Segundo Gomes (2017), o movimento negro é um “produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil. Saberes transformados em reivindicações, das quais várias se tornaram políticas de Estado nas primeiras décadas do século XXI” (p. 14).

Entre elas, a lei 10.639/03 que estabelece o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio, as cotas raciais para negras/os e indígenas nas universidades, cotas raciais em concursos públicos, dentre outras (GOMES, 2017).

Na vanguarda das trajetórias dos movimentos negros, século XX, temos o papel da Imprensa Negra, a Frente Negra Brasileira (1931), o Teatro Experimental do Negro (TEN – 1944 – 1968) e de forma mais atual a Associação Brasileira de Pesquisadores Negras/os (GOMES, 2017), a Coalizão Negra por Direitos e diversos coletivos de pautas étnicas-raciais espalhados pelos estados brasileiros.

A segunda necessidade demarcada pelas/os jovens trata-se de políticas públicas de geração de emprego e renda:

\_\_\_Conseguir um bom emprego. Né? Eu sempre quero, sempre quis trabalhar numa loja, ou ser uma secretária. É o meu sonho. Poder dar tudo que minha filha precisa, sem assim, tá precisando dos outro, seno humilhada, seno pisada. Trabalhar honestamente (LUÍSA MAHIN, 2022).

\_\_\_Corage... ter trabalho, porque o caba tem que trabalhar. O cara dar esforço... só (LUÍS GAMA, 2022).

É! Porque a gente não tem experiência. E a gente ainda tá entrando no mercado, ainda. A gente tá na caminhada para trabalho, e, é... às vezes, nem todo mundo confio num jovem, porque, como tá aprendendo, Alí diz: "Não, eu quero uma pessoa que já tem experiência, que já, já sabe o que é que tem que fazer." É, por mais que tenha jovens que queira brincar, também tem jovens intere... interessado em aprender, e fazer uma coisa séria. No momento mesmo, eu queria só um trabalho mermo. Que eu trabalhano, tendo uma fonte de renda, já conseguiria é... é... ter... realizar meu sonho de ser empresária, de criar várias empresas pra ajudar minha família e outras pessoas que não têm é... trabalho. É... É! E realizar sonhos de ter, simples, com de ter casa própria, carro, moto, e... é! Os projetos... criar projetos, é, pra sociedade também, como, é... abrir ongs, pra puder, é... resgatar as pessoas da rua, pra elas terem um teto, pra poderem ter o pão de cada dia (MARIA FELIPA,2022).

Cardoso (2022) fala de um racismo sistêmico, materializado em bloquear/limitar o acesso ao trabalho como fonte de renda. Segundo ele, a vida se reproduz através do trabalho, sobretudo, em uma sociedade capitalista, bloquear o acesso a fonte de renda (ao trabalho) é impelir pessoas a fome, a miséria e a morte, em seus diversos sentidos.

Seguindo nas análises, em terceiro lugar, manifestou-se o direito à habitação, a moradia própria. Uma boa parcela da renda das/dos jovens negras/os e periféricos é destinada para o pagamento de aluguel de residências, muitas vezes, bastante precárias. As/os jovens precisam de uma política de habitação consolidada para potencializar qualidade de vida e segurança.

Eu não tô acesso, no momento, é... em questão da minha *moradia própria*. Porque assim, eu moro de aluguel, é... eu nunca consegui as casinha que o governo liberou, e aí, depois não teve mais. E ainda tem muita gente assim, que tá morando de aluguel, e muita gente carente mermo. Eu, como uma mãe de família, solteira, tenho que trabalhar pra poder ter que pagar o aluguel. Assim... o meu dinheiro num dá muito pra feira, então o que sobra, é o que eu compro. Mas me sinto assim, um pouco desampa... desamparada nesse sentindo, de não ter minha casa própria (LUÍSA MAHIN, 2022).

Ser caminhoneiro... é, outra coisa é... *construir minha casa*, e comprar um carro, que eu sempre quis ter (LUÍS GAMA,2022).

É! E realizar sonhos de ter, simples, com de *ter casa própria*, carro, moto (MARIA FELIPA, 2022).

Acho que esse é o meu maior sonho mesmo. Fazer minha faculdade de odontologia, e *ter minha casa própria* (ZEFERINA, 2022).

A demanda por algo seu/próprio, por bens, para ter sua moradia e as limitações impostas, tem suas raízes no período colonial, nossos antepassados, forçadamente, trabalharam, cuidaram e produziram nas terras deste país, a “força de trabalho escravizada gerava riquezas para o Brasil” (CARDOSO, 2022, informação verbal)<sup>23</sup>, movimentando intensamente a economia. Entretanto, os herdeiros são os brancos, expropriadores de terras e das riquezas do povo negro.

As jovens também relataram a importância de Cursos Profissionalizantes, gratuitos e dentro do território:

Planejo, também, fazer curso, muito curso que e... o que o governo liberar pros jovem, gratuito, eu quero tá dentro! É uma ajuda muito boa (LUÍSA MAHIN, 2022).

No momento, eu gostaria que os CRAS(s) pudesse oferecer oportunidades de cursos, né? É... com...é, pra poder ajudar os jovens a entrarem no mercado de trabalho, pra poder eles... é porque eles... é porque tipo, quando a gente quer trabalhar, nós jovens, nós que querem curso, pra se profissionalizar, a gente tem que ir, às vezes, ir muito longe. E às vezes, pela internet, não é nem confiável, tanto, né? Não é 100% confiável. Mas se os CRAS(s) pudesse trazer isso, era bom. Que a gente ia se sentir mais seguro, e... ia ser mais confiante, né? Do apoio (MARIA FELIPA, 2022).

Como mencionado anteriormente, tanto Cardoso (2022) quanto Sodré (2023) demarcam como privar pessoas da oportunidade de competir é extremamente injusto. Os cursos profissionalizantes são vistos pelas jovens como instrumentos importantes para disputar vagas de emprego, contribuindo para acessar lugares menos “subalternos” no mundo do trabalho.

Sodré (2023) problematiza a existência de um jogo de posições, onde o lugar dos afrodescendentes já está pré-determinado ideologicamente. Isso significa dizer, que a pouca participação das/dos negros/as nos setores públicos, as barreiras educacionais, inclusive, para alcançar a escolaridade universitária e de oportunidades de emprego falam da atuação do racismo em alta performance discriminatória.

As/os jovens trouxeram o desejo e as dificuldades de acesso ao ensino superior, fazendo-se necessário políticas de permanência, incentivo e divulgação de como ingressar no ensino superior gratuito:

---

<sup>23</sup> Idem 14

E realizar o sonho da minha mãe. Fazer enfermagem (JÔNATAS CONCEIÇÃO, 2022).

Fazer minha faculdade, poder eu penso, é... meu sonho é fazer faculdade de odontologia. É... eu tive oportunidades... Só que eu precisei negar, por causa da minha gravidez, que seria muito, muito gasto. Pra mim, gasto com a faculdade, e com a minha gestação. Na época. Que foi bem do início mesmo. Acho que esse é o meu maior sonho mesmo. Fazer minha faculdade de odontologia, e ter minha casa própria (ZEFERINA, 2022).

Ampliar os espaços de lazer também é uma necessidade apontada pela juventude negra e periférica:

E a coisa ruim é que, assim, tem muitas coisa que precisa, ainda, pra o jovem aqui no bairro, e um espaço de lazer, só pra o jovem se divertir, conversar, se reunirem, trocar as ideias de cada um (LUÍSA MAHIN, 2022).

Assistência a maternidade:

Eu... o primeiro sonho é terminar meus estudo. Assim, tá sendo um pouco dificultoso, né? Por conta de minha filha, e por eu tá grávida agora que não foi uma gravidez planejada mas, eu quero terminar meus estudo (LUÍSA MAHIN, 2022).

Eu acho que é essa assistência à maternidade. Eu necessito bastante disso aí. Por isso que eu vim aqui, pra tentar fazer o Auxílio Brasil. Por causa que... eu moro de aluguel, e isso me... e eu tô desempregada, praticamente desempregada no momento. Mas, ia me ajudar bastante (ZEFERINA, 2022).

Investimento em políticas de incentivo à cultura:

Ser dançarino...É só esse (sonho) mesmo (JÔNATAS CONCEIÇÃO, 2022).

E aqui no CRAS mesmo, também eu fiz aula de violão, e eu achava muito bom isso... é, tinha vez mesmo de eu ficar estressada e tal, e aí eu vinha pra cá, e aliviava, através do aprendizado de violão, através da música também (MARIA FELIPA, 2022) – o Serviço deixou de ser ofertado no CRAS desde meados de 2020.

Luís Gama (2022) faz um apelo para que as escolas desenvolvam, com empenho e qualidade, projetos e ações de combate ao bullying:

Parar de... incentivar os aluno parar de, de xingarem na escola, fazer bullying cum, com os oto. Cara tem, tem muitas pessoas nessa escola aí, que eu conheço, que tem depressão. Que os professores cheguem junto, conversem com os aluno: “Ó, tal, assim... parem com isso, que isso é f...”. Aí, depois que... aí, quando morre, aí todo mundo fica lá, sentindo a culpa (LUÍS GAMA, 2022).

A escola enquanto uma instituição educacional duradoura e democrática deve proporcionar a quebra de estereótipos e preconceitos e não silenciar sobre diversos temas, entre eles, o bullying. Esse equipamento social faz parte da arena política e precisa se posicionar de forma ética, responsável e antirracista. Brito (2021), advoga

sobre uma abordagem psicopedagógica preta/enegrecida, que lance mão dos recursos ancestrais, africanos, indígenas na construção e desenvolvimento da existência de pessoas negras e plurais, “fortalecidos para a projeção de seus sonhos, conscientes de suas potências, conhecedores de suas histórias e passíveis de vivenciar o amor que potencializa e transforma (p. 85).

Nessa perspectiva, considerar as trajetórias de vida das famílias, aqui, da juventude negra e periférica, no monitoramento e aperfeiçoamento das políticas públicas, condiz com a construção de jeitos de cuidar territorializados e com processos decoloniais de produzir conhecimento. Sobretudo, porque:

Os tempos dos territórios nem sempre combinam com os tempos institucionais das políticas públicas, da política de assistência social. Já diz um ditado que “o que anoitece não é o que amanhece”. Os territórios apresentam vida também após às 18h00, também de sábado, domingo e feriado (BRASIL, 2013, p. 83).

É preciso uma aproximação, através da escuta das narrativas de vida, da forma como cada pessoa negra vivência a experiência do racismo estrutural em cada fase da vida, quais seus mecanismos de amparo e desamparo social. E dessa forma a análise interseccional vem sendo colocada como uma ferramenta robusta para se pensar o cuidado individual e coletivo, sobretudo, nas políticas públicas e especificamente, ao tratarmos do trabalho social com famílias desenvolvido no Sistema Único de Assistência Social – SUAS e embasado, dentre outras vertentes, pela psicologia social/comunitária.

## 6. PSICOLOGIA SOCIAL/COMUNITÁRIA

A psicologia, enquanto profissão regulamentada no Brasil, tem sessenta anos de desenvolvimento e atuação. É uma ciência extremamente “polivalente” que pode ser inserida e contribuir em diversas áreas do conhecimento e da ação humana.

Tal característica, fruto de um processo maturacional contínuo, visto que nem sempre foi assim, exige uma constante avaliação e aprimoramento do seu arsenal teórico, metodológico e político, sobretudo, para não incorrer no erro de violar direitos e sucumbir aos desmontes ético-políticos que observamos na atualidade.

Da mesma maneira, atentar-se para não individualizar sofrimentos, que na verdade são coletivos e políticos ou acreditar na meritocracia. “Promover saúde mental no Brasil passa, necessariamente, por distribuição de renda e justiça social” (VEIGA, 2021, p.47). Nesse campo, discorreremos, de forma sucinta, sobre a psicologia social/comunitária (PSC) e sua importância no fazer profissional de psicólogas e psicólogos que atuam nas políticas públicas, especialmente, a política de assistência social.

Segundo Gonçalves e Portugal (2012) a Psicologia Social apesar das suas raízes Europeia e Norte-americana, por volta da década de 70, na América Latina e no Brasil, é convocada a repensar suas bases e relevância enquanto disciplina e, a própria PSC surge como um produto dessas inquietações, além da Psicologia da Libertação, a Psicologia Política e a Psicologia Sociohistórica. “O que atualmente chamamos de PSC surgiu eminentemente de práticas realizadas em favelas e comunidades, quando isso ainda era uma novidade para a disciplina” (GONÇALVES; PORTUGAL, 2012, p.140).

A PSC é um desdobramento da psicologia social e traz, no seu bojo, muito dos receios, objetivos e princípios da proteção básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ambas, têm um trabalho desenvolvido com um público específico, caracterizado, muitas vezes, como marginalizado e o desafio de “compreender os diferentes atores sociais, dentro de sua própria realidade, sem se distorcer a concretude histórica de sua vida cotidiana, sem cair no paternalismo ou assistencialismo” (FREITAS, 2015, p. 526).

Além destas semelhanças, segundo Freitas (2015), a Psicologia Social Comunitária, norteia-se de seis condições/interesses para se construir a práxis dessa abordagem, são elas: *a dimensão epistemológica*, definida como o movimento de

compreender a concepção sociopolítica das histórias de vida e da comunidade, além de correlacionar aspectos locais, regionais e globais, observando determinantes estruturais e de conjuntura política.

*O enquadre teórico central*, delimitando que a base do trabalho da psicologia comunitária é o cotidiano dos sujeitos e as redes de convivência estabelecidas, ou seja aspectos individuais e coletivos, mutualmente dependentes que forjam estratégias de enfrentamento, falam dos problemas diários e dos sonhos, ambições comuns e comunitárias.

Em seguida, *as alianças e projetos políticos*, como estão organizados os grupos societários, movimentos sociais e os demais coletivos na defesa e articulação de projetos e propostas voltados para a melhoria das condições de vida da comunidade. Segue-se a essa, a quarta necessidade, a de desnaturalizar a vida diária das pessoas e tomá-las como um fazer político, incentivando para que as pessoas participem das reivindicações e dos espaços políticos de deliberações para ações de cunho coletivo e com o objetivo de produzir transformação social.

Em continuidade, temos os dois últimos interesses da psicologia social comunitária: *as dinâmicas das relações do trabalho em comunidade e avaliação e impactos*, o primeiro definido como as motivações para o fazer, agentes internos e externos e quais os objetivos almejados com o trabalho; e o segundo, o monitoramento, produzindo estratégias de avaliação participativa, para compreender se a ação/projeto é realmente válida e necessária, trará mudanças significativas para o coletivo e se essas mudanças estariam sobre o interesse de quem e pra quem (FREITAS, 2015).

Observa-se, como tais necessidades da práxis da PSC vão ao encontro dos interesses e desafios da Política de Assistência Social, “praticamente toda produção teórico-metodológica desenvolvida na área da ciência psicológica, principalmente a PSC, pode, ser adaptada as características específicas deste campo, subsidiar o trabalho do psicólogo atuante no SUAS/CRAS” (SILVA; CORGOZINHO, 2011, p. 19).

Desse modo, apesar de reconhecermos a importância das políticas públicas, aqui, especificamente, a política de Assistência Social, bem como, que já é possível termos alicerces teóricos-científicos, metodológicos e filosóficos, que fundamentem o trabalho (e os processos reflexivos) realizados e produzidos em campo, como a PSC, as políticas públicas ainda são bastante falhas, limitadas e carecidas de constante aperfeiçoamento e validação dos que delas se utilizam e para as quais (elas) se



destinam. Há portanto, o indicativo da expansão das ferramentas de cuidado e análise social no SUAS com o debate também oportuno de uma psicologia construída e vivenciada a partir das interseccionalidades de raça, classe, gênero e demais marcadores sociais escutas e percebidas, nas narrativas de vida das/dos jovens a partir de seus territórios de moradia.

## 6.1 POR UMA PSICOLOGIA FORJADA NA INTERSECCIONALIDADE DAS NARRATIVAS DE VIDA DA JUVENTUDE NEGRA E PERIFÉRICA

Toda a escrita, até aqui produzida, nos faz um convite para pensarmos, através da escuta e da experiência do vivido (narrativas de vida), a construção de metodologias de cuidado para a juventude negra e periférica que realizem uma análise interseccional, onde vidas “são moldadas, controladas e, por vezes, perdidas aos nexos entre gênero, raça, cor, etnia e outros eixos da subordinação (CRENSHAW, 2002, p.177).

Segundo CRENSHAW (2002), a interseccionalidade “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (2002, p.177).

Durante os relatos das/dos jovens negras/os do bairro Tabuleiro diversas perspectivas e elementos das suas narrativas se conectam, como galhos, formando a copa de uma árvore frondosa, um umbuzeiro de resistência, afeto e frutos, mas também de dores, escassez de recursos materiais e político e ausência do Estado na seguridade social de direitos.

É no território da periferia, *in loco*, na dinâmica das relações e dos modos de vida que podemos observar e extrair informações que contribuam para demarcar o caminho, os erros e os acertos das políticas públicas, percebendo onde elas são excludentes, inclusivas e incompletas na sua resolutividade.

Abordar a interseccionalidade no campo da psicologia social e dentro da política SUAS é uma tarefa complexa e primordial, pois significa sermos ágeis, criativos, esperançosos e potentes, no acolhimento e tensionamento individual, coletivo e comunitário. É preciso desenvolver o “letramento racial” (SCHUCMAN, 2014 apud SCHUCMAN; GONÇALVES, 2020, p. 118).

As demandas que chegam até nós, carregam uma cronologia de tempo para serem vistas, lidas, compreendidas e devolvidas em forma de acolhida/validação do sofrimento, orientações, problematizações de saídas possíveis, construção de vínculos, encaminhamentos e discussão com a rede de garantia de direitos, sensibilização para inserção em acompanhamento familiar, grupos ou demais atividades do escopo da política.

As pessoas que adentram nos dispositivos da política de Assistência Social, especificamente o CRAS, têm pressa em retornar as labutas do cotidiano, das atividades do “ganha pão”/sobrevivência e de cumprir os papéis de gênero. É comum ouvirmos as jovens, dentro de um processo de atendimento técnico, verbalizarem que não podem demorar, que precisam buscar as/os filhas/os na escola, terminar o almoço ou que deixaram as crianças sozinhas.

As jovens negras participantes da pesquisa necessitam trabalhar para se manterem e manterem suas/seus filhas/os, principalmente, quando não contam com o apoio do pai das crianças e nem do Estado. Lutam com todas as forças para, apesar disso, terminarem ao menos o 2º grau, enquanto ambicionam por cursos profissionalizantes e pelo ensino superior, desejosas de acessarem empregos formais duradouros, melhor remunerados e com alguns direitos garantidos.

Enquanto isso não acontece, se veem impelidas aos trabalhos informais e de maior subordinação ao colonialismo, ao patriarcado e ao racismo como: babá, faxineira, garçoneiro, manicure, cuidadora de idosa/o ou “qualquer bico que aparecer”. “Mulheres pobres acabam tendo de carregar o peso do cuidado da família dos outros, além da própria” (CRENSHAW, 2002, p.180).

CRENSHAW (2002) demarca a atuação do Estado na administração desse quadro, onde quando se reduz recursos destinados a políticas de amparo a juventude, aos idosos e enfermos, as crianças, as ausências são supridas pelas mulheres, nos estereótipos de gênero. “Além disso, as adicionais estruturas de classe determinam quais mulheres executarão fisicamente esse trabalho e quais mulheres pagarão outras, economicamente desfavorecidas, para que prestem esse serviço” (CRENSHAW, 2002, p.180).

Enquanto psicóloga e trabalhadora de uma política pública de assistência social preciso ter um “olhar crítico sobre o Estado” (CRUZ, 2007 apud SOARES; MACHADO, 2017, p. 205), compreendendo que “a tomada de decisões por instituições distantes

do local do problema pode criar fardos monumentais para a vida das mulheres social e economicamente marginalizadas de todo o globo” (CRENSHAW, 2002, p.181).

A pandemia escancarou esta problemática, com as mulheres e, principalmente as mulheres negras, sendo as mais afetadas por essa catástrofe<sup>24</sup>, tentando equilibrar as contas e ao mesmo tempo lutando para se proteger e protegerem os seus da não morte pela covid-19. “O ônus desse processo não atinge o topo da pirâmide, mas a sua base, um lugar geralmente marcado pelo gênero, pela classe e, frequentemente, pela raça” (CRENSHAW, 2002, p.181).

Nessa perspectiva, a proposta sugerida e corroborado por diversas/os autoras/es, é a de que devemos pensar as questões raciais, de classe, de gênero e outros operadores sociais a partir de como a/o usuária/o da política há descreve nas suas relações sociais. Relação familiar, escolar, amorosa, religiosa, de emprego e desemprego, amizade e mobilidade social, na própria periferia, na relação da periferia com o resto da cidade e na forma como estas e estes pensam “o mundo”, seus projetos de vida e as barreiras para acessá-los.

Frente a essa “anamnese” do discurso torna-se possível pensar as intervenções e metodologias de cuidado, bem como, avaliar e replanejar o que está sendo implementado e realizado no serviço. Há a necessidade urgente de também construir o letramento racial da própria equipe, que influencia diretamente na cultura organizacional da política pública presente no território. É comum compreensões do tipo: quem necessita de uma cesta básica ou de qualquer benefício eventual (direito presente no escopo da política SUAS) precisa se portar com humildade e não com ignorância (MEMÓRIAS- CRAS, 2013-2022).

Esse trecho discursivo, descrito acima, nos remete ao conceito analítico da branquitude, como um lugar de poder (BENTO, 2014), substancialmente, pelo fenótipo/cor da pele, seguido de outras características. “É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E, nesse sentido, o racismo é a *supremacia branca* (KILOMBA, 2019, p. 76).

Crenshaw (2002) defende que é preciso produzir protocolos especiais de pesquisa e análise, com a participação de diversos estudiosos, na direção de identificar onde os marcadores sociais de raça, classe, gênero, território...se

---

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/735348-mulheres-sao-as-mais-impactadas-financeiramente-pela-pandemia-diz-pesquisadora/>>. Acesso em: 15/04/2023.

transversalizam, produzindo injustiças “sofisticadas” e sutis, e mantendo os privilégios da branquitude.

Para tanto, uma das sugestões, seria “fazer outras perguntas” (MATSUDA apud CRENSHAW, 2002, p.183). Se o racismo já está perceptível, questionar: “onde está o sexismo nisso? Qual a sua dimensão de classe? Onde está o heterossexismo?” (...), “de que forma esse problema é matizado pelo regionalismo? Pelas consequências históricas do colonialismo” (MATSUDA apud CRENSHAW, 2002, p.183).

A ideia, segundo Veiga (2019) é “dizermos não às narrativas brancas e hegemônicas e traçarmos nossas próprias narrativas (...). Dizermos não a uma certa psicologia, branca demais para acolher e tratar os efeitos do racismo em nossas subjetividades” (p.247). E acrescenta:

Como negros, vivemos no exercício de driblar à exaustão e de não sucumbir à tristeza que este mundo branco gera em nós. Para nós não há saídas fáceis, nem rotas de fuga tranquilas. Há um trabalho permanente de confronto com o mundo, confronto que se dá simplesmente por existirmos. Ignorar o confronto é uma forma de resignar-se, um jeito de morrer aos poucos, bem devagarinho, enquanto o racismo vai sugando nossa energia vital. Olhar de frente para o confronto, assumi-lo, é espalhar granadas por todo o tecido social, provocar explosões micro e macropolíticas, desestabilizar a política, a economia, a universidade, a rua, a religião, a mídia (VEIGA, 2019, p. 247).

Tirar do conforto e mostrar as fragilidades de políticas públicas que perpetuam violências disfarçadas de cuidado, ao mesmo tempo, que reconhecemos tais atravessamentos em nós e caminhamos em busca da negritude, através da nossa história (passada e presente) como afirmação e potência. “A nossa escrivência não pode ser lida como história para “ninar os da casa grande” e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (EVARISTO, 2007, p. 21).

Sugerimos, alicerçada nessas e nesses teóricos citadas/os ao longo de todo esse trabalho, que as/os jovens negras/os e periféricas/os tenham cada vez mais espaços para contar e pensar suas trajetórias de vida, através da fala/discurso, mas também através da música, dança, poesia, fotografia, pintura, teatro, rádio, literatura, cinema, jornal, contação de histórias, sorrisos e lágrimas. É preciso ampliar os espaços do “ser”, das afirmações de identidades.

Fortalecer a autoestima e a autoconfiança, “recuperar o protagonismo de narrativas próprias, o que concorre para o crescimento e desenvolvimento social e emocional da população negra” (SOARES; MACHADO, 2017, p. 205) e para “uma mentalidade descolonizada” (HOOKS, 2020, p.56).

Acreditamos ser a juventude negra um balizador importante para se pensar o cuidado através da qualificação das políticas públicas e da leitura interseccional, justamente por uma exposição maior a violência do Estado e a presença, constante, de um desamparo social e político nas suas subjetividades. É traumática e atemporal a experiência cotidiano do racismo, com consequências dolorosas para a estrutura psíquica de quem as vivenciam (KILOMBA, 2019). Segundo Almeida (2022), “preto tem que fazer política, pois não há racismo sem o Estado, vai sempre nos atravessar (informação verbal)”<sup>25</sup>.

## 6.2 PRODUTO: CORDEL DO SERVIÇO PÚBLICO

A partir dessa pesquisa/dissertação e dos elementos observados nas narrativas de vida da juventude negra e periférica foi realizada a confecção de um cordel com ilustrações sobre o conceito de interseccionalidade cruzando os marcadores de raça, gênero, classe, religião, território e orientação sexual, a ser distribuída nos equipamentos públicos presentes no território: CRAS, UBS, escola municipal e estadual e nos dois centros de educação infantil que compõem o bairro Tabuleiro, especialmente direcionada para as/os trabalhadoras/os destas políticas. O cordel tem um papel pedagógico com ludicidade, objetividade e simplicidade de contribuir na compreensão que o racismo, atrelado as demais formas de opressão, “não é um problema pessoal, mas um problema *branco* estrutural e institucional que pessoas negras experienciam” (KILOMBA, 2019, p. 204) e que precisa ser enfrentado e combatido.

A ideia de criação do cordel surgiu após a realização e análise das entrevistas, como um produto-ação frente a narrativas das/os jovens com diversos marcadores de exclusão e violência e o “apelo” para que as políticas públicas já existentes tenham um melhor trato e compreensão de como o sistema opera na produção e manutenção das iniquidades sociais. Foi uma forma também encontrada de retribuir a generosidade das/os jovens em compartilhar suas histórias, lutas e resistências. Objetivamos com o cordel sensibilizar e tensionar a rede de serviços públicos presentes no território do bairro Tabuleiro sobre o seu papel, muitas vezes

---

<sup>25</sup> Trecho da fala de Silvio Almeida, no podcast Mano a Mano – Episódio. 2h 36 min. 17 de nov. de 2022.

“esquecido”, de que direitos sociais e equipamentos públicos são conquistas do povo em lutas históricas e permanentes.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi produzido a partir da narrativa de vida de cinco jovens negras/os moradores do bairro Tabuleiro, periferia de Juazeiro/BA e gerou a construção de três núcleos de sentido: *vulnerabilidade social; adoecimentos e mecanismos de exclusão; resistências: recursos políticos, afetivos e culturais/processos de cura e necessidades específicas das/dos jovens negras/negros do bairro Tabuleiro.*

O primeiro núcleo aponta como o território geográfico e político, a cor da pele, classe, gênero, orientação sexual, religião e a vivência da pandemia são elementos/marcadores de exclusão social/violências no cotidiano da juventude negra e periférica, promotores de sofrimento psíquico como: depressão, ansiedade e tentativa de suicídio e como essas violências também estão presentes nas estruturas das políticas públicas comprometendo e limitando a atuação destas em garantir acolhimento, proteção e cuidado.

Na segunda categoria temos as estratégias concretas e simbólicas, individuais e coletivas de resistência para não sucumbirem as essas diversas e articuladas violências. As/os jovens relataram alguns espaços públicos como praça, escola, igreja, CRAS, o papel da família, religião, amigas/os e filhas/os, dança, música, alimentação, atividade física, lazer, viajar, apoio psicológico, ajuda comunitária e o cuidado com a aparência.

No terceiro núcleo de sentido, as demandas específicas percebidas e declaradas pelas/os jovens, tais quais: lideranças/movimentos jovens produzindo escuta, acolhimento e orientações/direcionamentos, necessidade de emprego e renda, cursos profissionalizantes, direito à habilitação, acesso ao ensino superior, assistência a maternidade, políticas de incentivo à cultura e combate ao bullying nas escolas.

A pesquisa também se propõe a fazer uma análise da psicologia, especificamente, a psicologia social/comunitária e suas possibilidades de construção/delineamento de uma psicologia forjada na interseccionalidade de raça, classe, gênero, religião, orientação sexual presentes nas narrativas destes/as jovens negras ampliando e aperfeiçoando o cuidado e a escuta como ferramentas essenciais das políticas públicas.

Nesse sentido, esta pesquisa caminha na direção de movimentar as/os jovens negras/os, da periferia, da margem ao centro da investigação, colocando nossos

instrumentos profissionais, teóricos e acadêmicos a disposição da juventude, permitindo que suas histórias sejam narradas e lançadas ao mundo, como sementes, que germinem e contribuam para pensar “*jeitos de cuidado*” de forma política, integral e localizado nos seus territórios.

Há ainda o desejo de contribuir na desmistificação de estereótipos e preconceitos em relação a juventude negra e periférica, muitas vezes atreladas ao consumo de alto risco de drogas lícitas ou ilícitas, conflitos com a lei, comportamentos desviantes/nocivos e etc. Essas representações sociais são impregnadas de racismo e cooperam para que a/o jovem negra/o não seja vista/o com sujeito de direitos, bem como, para o não desenvolvimento de tecnologias de cuidado institucionais.

Tivemos nesta pesquisa cinco jovens negras/os com suas histórias, inseridas/os em uma periferia/território, cidade e país, tecendo sonhos e enfrentando questões estruturais como: racismo, violência doméstica, sexual, religiosa, pobreza, desemprego, homofobia. “A insegurança alimentar, a falta de oportunidade de emprego, as privações sociais, de moradia, educação e renda podem ocasionar experiências de microagressões raciais e de gênero” (SANTOS; RODRIGUES; TAVARES, 2022, p.16).

Em contraponto, foi possível observar como elas e eles se movimentam pela sua subsistência, resistência, para cuidar de si, de seus núcleos familiares e pelo direito de sonhar. A juventude negra vive e produz modos de vida com criatividade, potência e amor, ao passo que são cotidianamente atravessados por diversas formas de violência e descaso também do poder público.

As políticas públicas assumem, neste cenário de exclusão, sérias limitações em efetivar direitos e garantir proteção social. O SUAS, apesar da sua importância, ainda age timidamente na construção de metodologias que qualifiquem o diálogo com a comunidade, na inserção e compreensão da política enquanto articuladora da vida na periferia, sobretudo, da juventude negra. Inferimos, a partir do estudo desenvolvido, que uma possível fragilidade e contribuição seria a importância das políticas públicas trabalharem de forma integrada a análise interseccional de raça, classe, gênero, orientação sexual, religião, território.

Produzir este projeto dentro de um Programa de Pós-graduação em Saúde da População Negra e Indígena (Curso de Mestrado Profissional) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB é um ato de resistência e afeto (pessoal e coletivo), uma estratégia de fuga e aquilobamento. “Escrevo da periferia, não do



centro. Este é também o lugar de onde eu estou teorizando, pois colo meu discurso dentro da minha própria realidade” (KILOMBA, 2019, p. 59).

Uma realidade que fala de um momento histórico entre a vivência de uma pandemia, infiltração do fascismo e o desmonte de políticas públicas, através de cortes de recursos, como estabelecido na “Portaria Nº 2.362 de dezembro de 2019, que reduziu as verbas destinadas para os equipamentos do SUAS (SANTOS; RODRIGUES; TAVARES, 2022, p.13), além de demissões em massa e, a mudança, considerável, na “paleta de cores” da equipe de trabalho. “Vivemos um paradoxo no qual é quando a população mais precisa das políticas do Estado, este diminui tais políticas e sua abrangência e alcance” (SANTOS; RODRIGUES; TAVARES, 2022, p.19).

“Escolher escrever é rejeitar o silêncio” Chimamanda<sup>26</sup>. Eu sou, porque nós somos. UBUNTU! Ana Coelho de Santana, mãe, presente!

---

<sup>26</sup> Chimamanda Nogzi Adichie. Disponível em:< <http://www.afreaka.com.br/notas/chimamanda-adiche-escrevendo-uma-nova-historia-para-africa/>>. Acesso em: 16/04/2023.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é o racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é o racismo estrutural?** São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020.

ARAÚJO, Edna Maria de. et. al. A utilização da variável raça/cor em Saúde Pública: possibilidades e limites. In: **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, n. 31, p. 383–394, out./dez. 2009.

ARRAES, Jarid. **Cordéis Heroínas Negras do Brasil: Luísa Mahin, Maria Felipa e Zeferina**. São Paulo. Editora de Cultura, 2016.

BARRO, Antônio; DUARTE, Jorge. (org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa e, Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BENTO, M. A. S Branquiamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, M.A.S & CARONE, I. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. ed. Vozes, 2014.

BRASIL. LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE**. Presidência da República Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm)>. Acesso em: 31 de maio de 2022.

BRASIL. LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991. **Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências**. Presidência da República Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8212cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm)>. Acesso em: 26 de maio de 2022.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. 2. ed. Brasília: MS; 2013. 36p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Brasília-DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. v. 1. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. v. 2. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. **Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: MDS, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. **Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social**. CapacitaSUAS (caderno 03). Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Plano Juventude Viva: um levantamento histórico**. Brasília: SNJ, 2018. 52 p. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/programas/PlanoJuventudeVivaUmlevantamentohistorico.pdf>>. Acesso em: 03/06/2022.

BRITO, Clarissa. **O Enegrecer Psicopedagógico – Um Mergulho Ancestral**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA, Rayssa Silva de; CARDOSO, Cauan Braga da Silva. Trabalhando o Conceito de Vulnerabilidade Social. In: **XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP: população, governança e bem estar social**. São Pedro/SP. nov. de 2014. Disponível em: [http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho\\_completo/TC-10-45-499-410.pdf](http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf). Acesso em: 12 de março de 2023.

CARDOSO, Edson Lopes. Aula 2 – “Políticas reparatórias e compensatórias”. In: **Curso Ler o Brasil**. Casa Sueli Carneiro, módulo 01 - Edson Cardoso: A mancha indelével da cor: uma aproximação às questões raciais no Brasil, 2022. Disponível em: <<https://cursos.casasuelicarneiro.org.br/lessons/edson-cardoso-aula-2-politicas-reparatorias-e-compensatorias/>>. Acesso em: 07 de abril de 2023.

CARDOSO, Edson Lopes. Aula 2 – “Recordações do escrívão Isaiás Caminha”. In: **Curso Ler o Brasil**. Casa Sueli Carneiro, módulo 01 - Edson Cardoso: A mancha indelével da cor: uma aproximação às questões raciais no Brasil, 2022. Disponível em: <<https://cursos.casasuelicarneiro.org.br/lessons/edson-cardoso-aula-2-recordacoes-do-escrivao-isaias-caminha/>>. Acesso em: 07 de abril de 2023.

CARDOSO, Edson Lopes. Aula 3 – “Racismo sistêmico”. In: **Curso Ler o Brasil**. Casa Sueli Carneiro, módulo 01 - Edson Cardoso: A mancha indelével da cor: uma aproximação às questões raciais no Brasil, 2022. Disponível em: <<https://cursos.casasuelicarneiro.org.br/lessons/edson-cardoso-aula-3-racismo-sistemico/>>. Acesso em: 07 de abril de 2023.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. In: **Cadernos de Saúde Pública/CSP**, 34(3): e 00101417, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de março de 2023.

CARNEIRO, A. Sueli. Aula 02 – “Desigualdades raciais e a produção de políticas públicas na história recente do Brasil”. In: **Curso Ler o Brasil**. Casa Sueli Carneiro, módulo 03– Sueli Carneiro: “A luta por igualdade racial no Brasil (1985-2022)”, 2023. Disponível em: < <https://cursos.casasuelicarneiro.org.br/lessons/sueli-carneiro-aula-2-desigualdades-raciais-e-a-producao-de-politicas-publicas-na-historia-recente-do-brasil/>>. Acesso em: 10 de março de 2023.

CHEHUEN, José Antônio et. al. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: implementação, conhecimento e aspectos socioeconômicos sob a perspectiva desse segmento populacional. In: **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. v. 20, n. 6, 2015. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csc/a/mNYPvyFtbp3bm3bc8S64b3j/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 04 de junho de 2022.

CONPAS, Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social. **Nota técnica com parâmetros para atuação das(os) profissionais de psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

CREPOP, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 48p., 2007.

CREPOP, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os**. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 147p., 2017.

CRUZ, R. A. A Trajetória Social e Educacional do Abolicionista Luís Gama: Notas e Anotações para a História da Educação Brasileira. **Travessias**, Cascavel, v. 8, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/9737>>. Acesso em: 26 de fev. 2023.

DAVIS, Angela. Mulheres negras na construção de uma nova utopia. In: **Portal Geledés - Instituto da Mulher Negra**. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em: 16 de abril de 2023.

DELORY-MOMBERGER, C. Abordagens Metodológicas na Pesquisa Biográfica. **Revista Brasileira de Educação**. v. 17 n. 51 set.- dez. 2012.

DOMINGUES, M. E. dos S. et al. Religião, religiosidade e espiritualidade e sua relação com a saúde mental em contexto de adoecimento: uma revisão integrativa de 2010 a 2020. IN: **Caderno PAIC**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 555–576, 2020. Disponível em: <<https://cadernopaic.fae.edu/cadernopaic/article/view/418>>. Acesso em: 2 abril de 2023.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: Alexandre, Marcos A. (org.) **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21, 2007.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

FREITAS, Maria de Fatima Quintal de. Práxis e formação em Psicologia Social Comunitária: exigências e desafios ético-políticos. In: **Estudos de Psicologia (Campinas)** [online]. 2015, v. 32, n. 3. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/ZzJP9rXS9C4FDR34yY3kBcT/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 12 de junho de 2022.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 154 p., 2017.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? IN: **Revista Brasileira de Educação**, n.21, p. 40–51, set. 2002.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 22º ed. 2020.

GONÇALVES, Mariana Alves; PORTUGAL, Francisco Teixeira. Alguns apontamentos sobre a trajetória da Psicologia social comunitária no Brasil. IN: **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2012, v. 32, n. spe. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/rZkMzKDQPRXMmWKjvGMVwzc/?lang=pt#>>. Acesso em: 14 de junho de 2022.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. In: **Boletim campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

HOOKS, bell. **Ensinando o pensamento crítico: sabedoria prática**; tradução Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

IGNEZ, Luciana Antonia Ferreira. **As técnicas projetivas como ferramenta complementar na pesquisa qualitativa**. 2011. 73p. Monografia (Especialização em Pesquisa de Mercado Aplicado em Comunicações). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

JORGE, M. S. B. et al. Promoção da Saúde Mental - Tecnologias do Cuidado: vínculo, acolhimento, co-responsabilização e autonomia. IN: **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 3051–3060, jul. 2011.

JUAZEIRO/BA. **Lei nº. 2.279, de 19 de abril de 2012**. Reconhece o dia 21 de outubro como Dia do aniversário Natalício do Bairro Tabuleiro e incorpora a referida data no calendário oficial de eventos do Município de Juazeiro – BA. Juazeiro/BA: Gabinete do Prefeito Municipal de Juazeiro-BA, 2012.

KILOMBA, GRADA. **MEMÓRIAS DA PLANTAÇÃO**: Episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, A. et al. Covid-19 nas favelas: cartografia das desigualdades. In: MATTA, G. et al. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]**. RJ: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, pp. 111-121. Disponível em: < <https://books.scielo.org/id/r3hc2/pdf/matta-9786557080320-11.pdf>>. Acesso em: 08 de abril de 2023.

LOPES, Alessandra de Jesus Santos; RABELO, Dóris Firmino. Mulheres negras e periferia: intervenção psicossocial. In: OL; IVEIRA, Regina M. de Souza; SILVA, Kelly Cristina A. da; SANTANA, Ana Flávia de Souza (orgs). **Psicologia na UFRB: diversidade e territorialidade**. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, Cap. I, p.73-89. 2022.

MARCONDES, Keila Hellen Barbato; SIGOLO, Silvia Regina Ricco Lucato. Roteiro de investigação junto a pais, alunos e professores no contexto de progressão continuada e baixo rendimento escolar. In: DESSEN, Maria Auxiliadora; WEBER Lidia (orgs). **Pesquisando a família: Instrumentos para a coleta de análise de dados**. Curitiba: Juruá, Cap.VI, p.182-229, 2009.

MATTA, G. et al. A Covid-19 no Brasil e as Várias Faces da Pandemia: apresentação. In: **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]**. RJ: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, p. 15-24. Disponível em: < <https://books.scielo.org/id/r3hc2/pdf/matta-9786557080320-01.pdf>>. Acesso em: 08 de março de 2023.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: **Arte & Ensaios [online]**. RJ. 2016. p. 122-151. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 21 de abril de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. In: **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v.5, n. 7, p. 1-12, abril 2017.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Paz e Terra S/A. Rio de Janeiro (RJ), 1978.

NETTO, Roberto Magno Reis; CHAGAS, Clay Anderson Nunes Chagas. O Método Hermenêutico-Dialético aplicado às Ciências Sociais: uma análise sobre sua utilização para o estudo do tráfico de drogas. In: **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 18, n. 2, p. 1-13, dez. 2019.

OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCINE, Marizete. O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. **Boletim Historiar**,

vol. 08, n. 01, jan./mar. 2021, p. 97-115. Disponível em:<  
<https://seer.ufs.br/index.php/historiar/index>>. Acesso em: 25 de mar. de 2023.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes. Os desafios e limites para a atuação do psicólogo no SUAS. In: CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (Orgs). **O psicólogo e as políticas públicas de assistência social**. 2. Ed. Petropolis, RJ: Vozes, p. 35-51, 2014.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996. Disponível em: <  
<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111579>>. Acesso em: 17 maio. 2022.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise Social**. vol. XXV. (105-106), (1º,2º), p. 139-165,1990.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade/descolonialidade do poder 1/5. Conferência no Paraguai (Assunção), arquivo em formato de áudio, 2010. Disponível em <  
<https://www.youtube.com/watch?v=sID-iPiGgmY>>. Acesso em 25 de março de 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1. Ed. SP: Companhia das Letras, 2019.

SACRAMENTO, Antônio Jorge Serqueira. **Juazeiro Fala**. Juazeiro/BA, p.01, 2010. Não publicado.

SANTOS, Abrahão de Oliveira. A educação e a saúde mental da população negra. In: **Ensino, Saúde e Educação**. V10(3). p. 159-170, 2017.

SANTOS, Gilney Costa. Ribeiro D. O que é lugar de fala? In: **Saúde Debate**. v. 43, n. especial 8, p. 360-362, 2019.

SANTOS, Inês Maria Meneses dos; SANTOS, Rosângela da Silva. A etapa de análise no método história de vida: uma experiência de pesquisadores de enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem [online]**. v. 17, n. 4, 2008, p. 714-719. Disponível em: <  
<https://www.scielo.br/j/tce/a/fgg38tGXsf9F4qsDjH7KFbJ/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 08 de março de 2022.

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. In: **Estudos Avançados [online]**. v. 34, n. 99, 2020. Disponível em: <  
<https://www.scielo.br/j/ea/a/LnkzjXxJSJFbY9LFH3WMQHv/?lang=pt#>>. Acesso em: 04 de junho de 2022.

SANTOS, Mariana Silva dos et al. Políticas públicas, vulnerabilidade social e seus efeitos na saúde mental da população negra em um município do Recôncavo da Bahia. In: **Ayvu: Revista de Psicologia**, v. 09, 2022.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, Ronaldo A. A.; MEZZARI, Danielly C. S.; TEIXEIRA-FILHO, Fernando S. A narrativa de histórias de vida como recurso metodológico na pesquisa em psicologia. In: **Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 8 (16): 171-184, janeiro a abril de 2021.

SAUCEDO, Danieli Naziazeno. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: um “equilíbrio” coletivo?** Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 120p., 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer; GONCALVES, Monica Mendes. Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. In: **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 72, n. spe, p. 109-123, 2020. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v72nspe/09.pdf>>. Acesso em: 16 de abril de 2023.

SILVA, Angelica Maria da; SILVA, Ana Célia da. **Jônatas Conceição da Silva: 1952-2009**. Salvador/BA, 2021. Seção Biografia. Disponível em: <<https://plataformaJônatas.wixsite.com/Jônatasconceicao/biografia>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2023.

SILVA, Francisco de Assis. **Educomunicação no sertão do São Francisco: o papel do Acervo Dom José Rodrigues de Souza em Juazeiro da Bahia**. 2020. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, SP, 2020. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-02032021-110238/publico/FranciscodeAssisSilvaVC.pdf>>. Acesso em: 22 de abril de 2023.

SILVA, Janaína Vilares da; CORGOZINHO, Juliana Pinto. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. In: **Psicologia & Sociedade [online]**. 2011, v. 23, n. spe. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/hfMzSBCwb3sMh5cShTYqLzD/?lang=pt#>>. Acesso em: 12 de junho de 2022.

SILVA, Thiffany Lima Da. Construindo identidades de gênero raça e sexualidade no terreiro São Jorge da Gomeia. In: **Anais V Enlaçando Sexualidades**. Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/30483>>. Acesso em: 02 de abril de 2023.

SJDHDS, Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social. **Orientações Técnicas do Relatório de Acompanhamento Físico – RAF**. BA: jan. 2020.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. In: **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 203-219, ago. 2017. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v17n39/v17n39a02.pdf>>. Acesso em: 16 de abril de 2023.



SODRÉ, Muniz. Aula 01 – “A liberdade de ser infeliz onde e como queira”. In: **Curso Ler o Brasil**. Casa Sueli Carneiro, módulo 02 – Muniz Sodré: o conceito de liberdade a partir de Luís Gama, 2023. Disponível em: <<https://cursos.casasuelicarneiro.org.br/lessons/muniz-sodre-aula-1-a-liberdade-de-ser-infeliz-onde-e-como-queira/>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2023.

SODRÉ, Muniz. Aula 02 – “A diferença entre sociedade escravista e a forma social escravista”. In: **Curso Ler o Brasil**. Casa Sueli Carneiro, módulo 02 – Muniz Sodré: o conceito de liberdade a partir de Luís Gama, 2023. Disponível em: <<https://cursos.casasuelicarneiro.org.br/lessons/muniz-sodre-aula-2-a-diferenca-entre-sociedade-escravista-e-forma-social-escravista/>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2023.

SODRÉ, Muniz. Aula 05 – “Sobre a persistência do racismo na sociedade”. In: **Curso Ler o Brasil**. Casa Sueli Carneiro, módulo 02 – Muniz Sodré: o conceito de liberdade a partir de Luís Gama, 2023. Disponível em: <<https://cursos.casasuelicarneiro.org.br/lessons/muniz-sodre-aula-5-sobre-a-persistencia-do-racismo-na-sociedade/>>. Acesso em: 06 de abril de 2023.

SOUZA, E. C. de. A arte de contar e trocar experiências: reflexões teórico-metodológicas sobre história de vida em formação. In: **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 25, n. 11, p. 22–39, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8285>. Acesso em: 18 maio. 2022.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SPOSATI, Aldaíza. A fluidez da inclusão/exclusão social. **IN: Cienc. Cult.**, São Paulo, v.58, n. 4, p. 4-5, Dez. 2006. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252006000400002&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 de março de 2023.

TAVARES, Jeanne Saskya Campos; LIMA, Jakeline Souza. Setembro Amarelo e a saúde mental de adolescentes e jovens negros. [Entrevista concedida a] Vinícius Vieira. **Baobá-Fundo para Equidade Racial – Programa Já é**, p. 1-9, 01 out. 2021.

VEIGA, Lucas Mota. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. **IN: Tabuleiro de Letras**, v. 12, n. 1, p. 77-88, 19 jul. 2018.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia – Dossiê Psicologia e epistemologias contra-hegemônicas**, Niterói, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019.

VEIGA, Lucas Motta. **Clínica do Impossível: linhas de fuga e de cura**. RJ: Telha, 122p, 2021.

WALSH, Catherine. **Notas pedagógicas a partir das brechas decoloniais**. 2016. Disponível em: <[www.hemisphericinstitute.org](http://www.hemisphericinstitute.org)>. Acesso em 02 de março de 2023.

## APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**  
**Centro de Ciências da Saúde – CCS-UFRB**  
 Campus Universitário Santo Antônio de Jesus-BA-Brasil.  
 CEP – 44.430-622. Tel. (75) 3632-1833

**Título do projeto:** “FAZER VIVER SEM DEIXAR MORRER”: adoecimentos e cuidados na trajetória de vida de jovens negras e negros da periferia de Juazeiro – BA.<sup>27</sup>

### Identificação geral

Responsável: \_\_\_\_\_

Jovem entrevistado: \_\_\_\_\_

Jovem - nº \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Codinome para a pesquisa: \_\_\_\_\_

### Dados pessoais do jovem:

Nome: \_\_\_\_\_

Nome social: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Apelido: \_\_\_\_\_ Data de nascimento: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_ Nº de filhos: \_\_\_\_\_

Religião: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_

Orientação Sexual: \_\_\_\_\_ Raça/cor da pele: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Ponto de referência: \_\_\_\_\_

Telefones: \_\_\_\_\_ Ocupação: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo você mora no bairro Tabuleiro?

Participa de algum coletivo de jovens dentro do bairro, qual?

Em que ano você frequentou o SCFV- adolescente do CRAS/Tabuleiro e quantos anos você tinha?

### Perguntas disparadoras

1. Quais espaços você frequenta dentro do bairro Tabuleiro que você considera importante e prazeroso, porquê?

<sup>27</sup> Título proposto antes da realização das entrevistas.

2. O que existe nesses espaços que o faz considerá-los importantes e prazerosos?
3. O que para você significa se sentir protegido e cuidado? Poderia dar três exemplos?
4. Quem ou quais pessoas cuidam de você nos dias atuais e o que elas fazem que você considera como cuidado?
5. Quem ou quais pessoas e instituições já te “machucaram” ao longo da sua vida e porquê/de que forma?
6. Quando você se sente “machucado” como você cuida dessas feridas? Alguém ou alguma instituição (escola, família, SCFV/CRAS, UBS, igreja, amigos...) te ajuda ou já ajudou?
7. Você faz o que quando está muito triste ou cansado da vida?
8. Você sabe onde pedir ajuda quando você está mal? Quais lugares seriam esses e porquê?
9. Você costuma cuidar do seu corpo, da sua alimentação e da sua cabeça/saúde mental? Se sim, de quais formas?
10. Você já sofreu algum tipo de discriminação, violência, maus tratos que te marcou profundamente (que faz você lembrar até hoje)? Poderia, caso sintasse à vontade, descrever como foi?
11. Em relação ainda a pergunta anterior, você chegou a contar isso para alguém, além de mim, agora? E como foi que ela/ele reagiu ao saber?
12. Você sabe o que é ser negra/negro? Você já sofreu algum tipo de preconceito, no seu bairro, por causa da sua cor de pele, seu cabelo, seu jeito de ser? Poderia, caso sintasse à vontade, dizer onde e como foi? (A pergunta poderá ser repetida usando os marcadores de gênero e orientação sexual)
13. Qual a melhor coisa que já aconteceu na sua vida e porquê?

14. Quem ou quais pessoas estavam ao seu lado e até ajudaram para que “essa coisa boa” acontecesse? Alguém foi contra, e porquê?
15. Como você se sente tendo a idade que tem hoje? Quais as maiores lições que você aprendeu nesses \_\_\_\_ anos de vida?
16. O que você gostaria que essas instituições e pessoas fizessem por você: Família - Amigos – SCFV/CRAS – Escola – UBS – Igreja? Alguma aqui que não foi citada?
17. Quais as coisas boas de se morar no bairro Tabuleiro?
18. Quais as coisas ruins de se morar no bairro Tabuleiro?
19. O SCFV – adolescente do CRAS – Tabuleiro trouxe alguma contribuição para sua vida e de que forma?
20. Pela Constituição Federal de 1988 (emenda Constitucional nº 90, de 2015), no seu Art. 6º diz que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados...”. Qual ou quais desses direitos sociais você “sente” que não está tendo acesso e porque você “sente” isso?
21. Cite três sonhos atuais e cite, pelo menos, três coisas que você precisa para realiza-los?
22. Como a pandemia e o COVID-19 afetou você e sua família? Onde buscou e conseguiu apoio?
23. Como foi para você participar dessa entrevista? Quais as reações que ela lhe provocou? Teria algo mais a dizer?

## APÊNDICE B - Cordel do Serviço Público



Eugamma Coelho da Silva

### Cordel do Serviço Público

Produção artística (produto técnico), resultante da Dissertação “**A gente acaba sendo ferida pela própria segurança**”: adoecimentos e cuidados na trajetória de vida de jovens negras/os da periferia de Juazeiro – BA. Apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde da População Negra e Indígena, como requisito para obtenção do título de Mestra em Saúde da População Negra e Indígena.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Souza.

Linha de Pesquisa: Conhecimentos tradicionais, adoecimento, cuidado, saberes e práticas de saúde e cura.

Santo Antônio de Jesus – BA

2023

Sistema de Bibliotecas da UFRB  
Biblioteca do Centro de Ciências da  
Saúde

S586c

SILVA, Eugamma Coelho da

Cordel do serviço público/ Silva, Eugamma Coelho da. Juazeiro:  
[s.n.], 2023.

21 p.: il.

1. Racismo. 2. Juventude. 3. Serviço público. 4. Interseccionalidade. I. Silva, Eugamma Coelho da. II. Título.

CDU: 305.80981

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Eva Dayane J. Dos Santos, CRB-5/BA 1670,  
com os dados fornecidos pela autora.

CORDEL DO  
SERVIÇO PÚBLICO

Eugamma Coelho da Silva



AUTORIA  
**EUGAMMA COELHO DA SILVA**

ORIENTADORA  
**Dr<sup>a</sup>. Raquel Souza**

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO  
**CAIO ALVES**

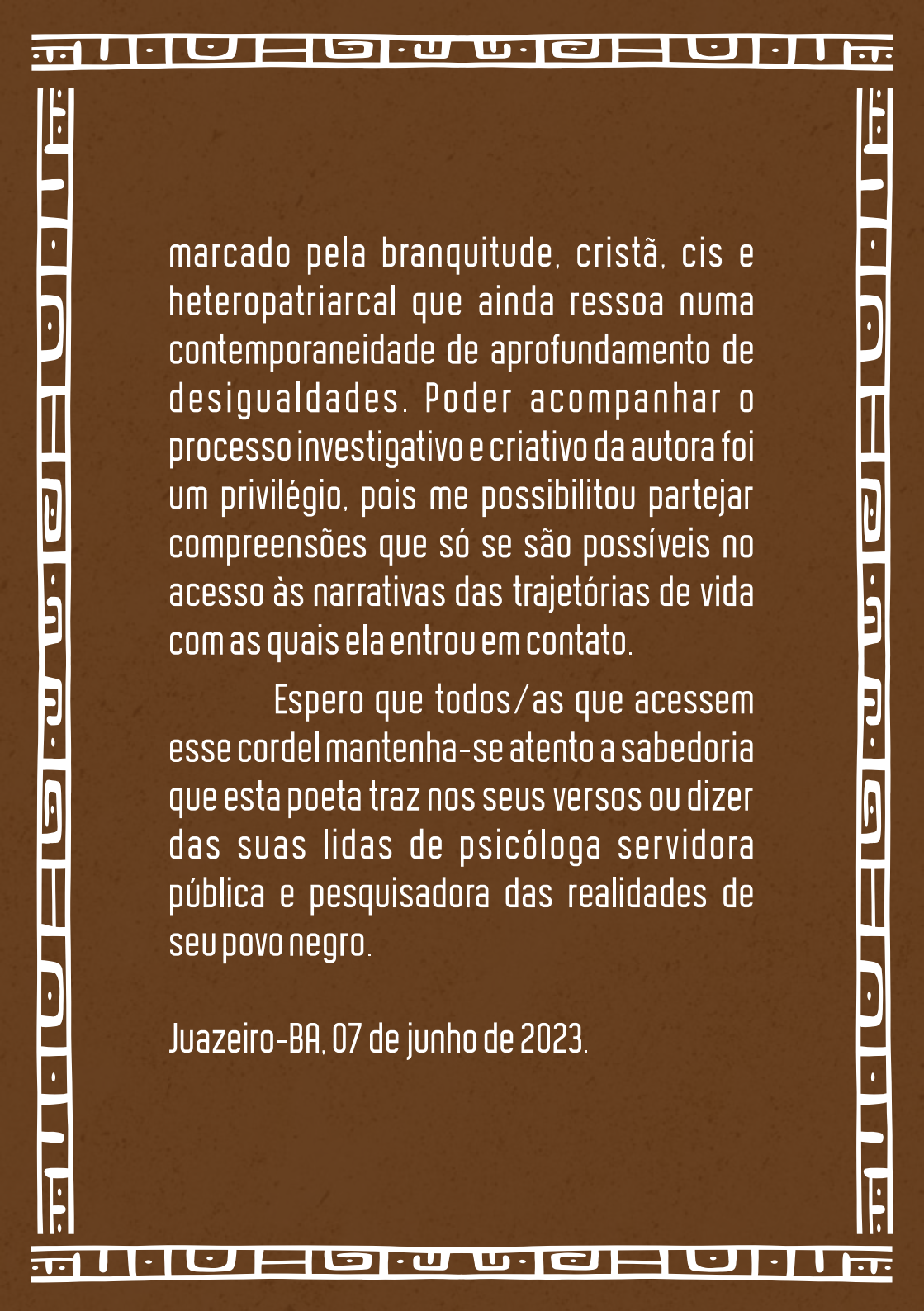
ILUSTRAÇÕES  
**FREEPIK.COM**



# APRESENTAÇÃO

Por Antonio Carvalho dos Santos Junior

O Cordel do Servidor /a Público nasce da inquietação investigativa da autora, que, diante das situações vividas em seu lugar de trabalho, começa a se perguntar sobre as encruzilhadas de marcadores sociais e indentitários que tornam corpos vulneráveis e por isso precarizam vidas. A poesia de Eugamma brota dum percurso na psicologia que se fez e se faz num desejo de desenhos de outros mundos possíveis, onde a cidadania seja restaurada para aqueles e aquelas que desde muito tiveram que viver em diáspora, forçados/as a habitarem numa sociedade onde seus corpos não importam. Margeados pelo perverso regime político



marcado pela branquitude, cristã, cis e heteropatriarcal que ainda ressoa numa contemporaneidade de aprofundamento de desigualdades. Poder acompanhar o processo investigativo e criativo da autora foi um privilégio, pois me possibilitou partilhar compreensões que só se são possíveis no acesso às narrativas das trajetórias de vida com as quais ela entrou em contato.

Espero que todos/as que acessem esse cordel mantenha-se atento a sabedoria que esta poeta traz nos seus versos ou dizer das suas lidas de psicóloga servidora pública e pesquisadora das realidades de seu povo negro.

Juazeiro-BA, 07 de junho de 2023.

## A autora



**E**ugamma Coelho da Silva, nasceu em Santa Maria da Boa Vista -PE, em 1988, filha de Ana Coelho, professora e, João André, agricultor, formada em Psicologia pela UNIVASF (2012) e atualmente mestranda do Programa de Pós-graduação em Saúde da População Negra e Indígena da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Servidora pública estatutária de Juazeiro/BA desde março de 2019, atuando durante todo este período como técnica social (psicóloga) do CRAS/Tabuleiro.

Este cordel é produto da dissertação intitulada "A gente acaba sendo ferida pela própria segurança": adoecimentos e cuidados na trajetória de vida de jovens negras/os da periferia de Juazeiro – BA. Junho/2023. Caso tenha interesse em ler a pesquisa, por favor entrar em contato pelos email(s): [eugamma.coelho@hotmail.com](mailto:eugamma.coelho@hotmail.com) / [eugammacoelho@gmail.com](mailto:eugammacoelho@gmail.com).



O cordel

Você já ouviu dizer:  
Somos todos iguais  
Temos os mesmos direitos  
E todo mundo é capaz  
Quem quer dar um jeito  
Oportunidade tem demais

Se com isso concordou  
Olhe para quem tá atrás  
Pode ser do seu lado  
Ou na sua frente  
Pra colega de trabalho  
Pra mim tanto faz

Olhe também para o povo  
Que o equipamento presta serviço  
Criança, adolescente, adulto, idoso  
Para a nossa JUVENTUDE  
Depois de tudo expiar  
Ouça o que vou lhe contar

Juventude negra e periférica



Essa é minha pesquisa  
Calma que vou me apresentar  
Sou Eugamma Coelho  
Servidora pública do Tabuleiro  
E quero com você conversar

Sobre Interseccionalidade  
Conceito e ação  
Um monte de opressões  
Quando na pele de um só  
Causa um estrago  
De dá um nó

Pegue seu cafezinho  
E bora prosear  
Comece me contando  
Se não tiver ninguém aí esperando  
Qual a cor da/o jovem  
Que mais vem lhe procurar!?

Porque cor ele tem  
É o moreninho ou escurinho  
Mas o correto mesmo



Pra não fazer feio  
E usar sem medo  
É que o jovem é NEGRO!

Já temos a cor  
E preciso lhe falar  
São os mais assassinados  
Pela polícia espancados  
Largam mais cedo a escola  
É preciso trampar!

Vixe que aperreio  
Não é fácil não  
Depressão, ansiedade  
Automutilação, suicídio  
Vão tudo pra conta  
Do chamado Racismo

O racismo é efeito da raça  
Produto da nossa história  
Não fomos "descobertos"  
Pagamos o preço





Sangramos no peito  
Pela tal da escravidão

Se é homem ou mulher  
Também tem sua peleja  
Mulher negra é sobrecarregada  
Homem preto só vacila  
O sexo compõe a cena  
Determinando sua sina

Moradia também é pauta  
Pois se morar em ocupação  
A tal da "área descoberta"  
Ou em ruas de maior precisão  
Quem vai chegar primeiro  
Vai ser sempre "o não"!

Não tem iluminação pública  
Não tem saneamento básico  
Água potável é riqueza  
Pra quem faz o seu "gato"  
Quem mora lá precisa



Teto bom é caro!

Vá juntando aí:

Cor, sexo, território de moradia

Pense agora se for gay

Sapatão no dia dia

Pode usar homossexual

Fazer bonito na terminologia

Oxente, isso não é errado

Não me venha falar de pecado

Gostar do mesmo sexo

Não é papo furado

Furada é ser preconceituoso

E distratar quem merece cuidado

Juntamos quatro dos chamados

Marcadores sociais:

Cor, sexo, território, orientação sexual

E pra não tomar muito seu tempo

Só mais um pra chegar no final:

Sua religião, qual você declara!?



Só que tem religião  
Que é mais atacada  
Que a galera não respeita  
E ofende na cara  
Tô falando do Candomblé  
Religião de Matriz Africana

Quem pratica vai chegar  
Requerendo seu direito  
Pode vir de branco e de cordão  
Vestimentas de respeito  
Com suas contas no pescoço  
E seus orixás de devoção

Você trabalha no público  
Seu atendimento é diverso  
Seu olhar deve ser de respeito  
E não seja perverso  
Diversidade vem primeiro  
Não bagunce o que tá certo

UBS, Escola e CRAS  
É pra quem deles precisar



Seja aqui no Tabuleiro  
Ou em qualquer lugar  
São conquistas do povo  
Em uma luta secular

Ufa, já falamos um bocado  
E tanta coisa não foi dita  
Há tantos outros marcadores:  
É gordo ou magro  
Tem deficiência ou não!?  
Tudo isso é elemento  
De nossa atenção!

Não pra fazer fofoca  
A vida é do outro  
Preste atenção!  
É pra não levar processo  
Nas costas e no bolso  
E até perder seu ganha pão

Já vou concluir  
E deixar você trabalhar  
Batemos um bom papo



sobre a tal da interseccionalidade  
E você ainda pode pesquisar  
No Google ou comigo falar

Esse palavrão fala de soma  
De atravessamentos  
Quanto mais marcas você tiver  
Mais dores você sente  
Porque o mundo é racista  
Machista, homofóbico, mas mente!

Isso serve pra quê?  
Pra melhorar o atendimento  
Qualificar o serviço  
Fazer jus ao que o outro sente  
Porque é nosso dever  
Trabalhar decentemente

Todos devem ser acolhidos  
Escutados e atendidos  
Os marcadores são muitos  
As necessidades também  
Tô repetindo de propósito



INTER  
SECCI  
ONALI  
DADE



Pra não cair no esquecimento

A conclusão deve ser  
De que não somos todos iguais  
Cada corpo traz marcas  
Conta uma história  
Passada e presente  
De luta e resistência

Não sabe lhe dar com isso  
Busque capacitação  
Leia as normativas  
Da política em questão  
E até terapia  
Faça teus corres meu irmão

Não tô exagerando não  
Racismo é crime  
E tá na tipificação  
Assim como qualquer forma  
De discriminação  
Política pública é inclusão



Se não tá a fim de mudar  
Busque outra ocupação  
Não quero ser grosseira  
Essa não é a intenção  
Mas se tá difícil pra você  
Pro negro, indígena, gay, trans,  
Nunca foi fácil não!





# Tabuleiro



Riacho: travessia precária feita pelas/os moradoras/es



Riacho: Travessia feita pela prefeitura para pedestres



Praça pública do bairro Tabuleiro



**Centro de Referência em  
Assistência Social –  
CRAS/Tabuleiro**



**Praça CEU**



